

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO

Eduarda Stefenon

**A PERIFERIA É AUSÊNCIA, MAS A PERIFERIA TAMBÉM É POTÊNCIA:  
A individualização do acontecimento covid-19 e os sentidos sobre o Outro no podcast  
Cartas da Periferia**

Porto Alegre  
2024

Eduarda Stefenon

**A PERIFERIA É AUSÊNCIA, MAS A PERIFERIA TAMBÉM É POTÊNCIA:  
A individualização do acontecimento covid-19 e os sentidos sobre o Outro no podcast  
Cartas da Periferia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

**Orientador:** Prof. Dr. Felipe Moura de Oliveira

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Stefenon, Eduarda  
A PERIFERIA É AUSÊNCIA, MAS A PERIFERIA TAMBÉM É  
POTÊNCIA: A individualização do acontecimento covid-19  
e os sentidos sobre o Outro no podcast Cartas da  
Periferia / Eduarda Stefenon. -- 2024.  
121 f.  
Orientador: Felipe Moura de Oliveira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo,  
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Acontecimento covid-19. 2. Alteridade. 3.  
Narrativa. 4. Representação. 5. Periferia. I. Moura de  
Oliveira, Felipe, orient. II. Título.

Eduarda Stefenon

**A PERIFERIA É AUSÊNCIA, MAS A PERIFÉRICA É TAMBÉM POTÊNCIA:  
A individualização do acontecimento covid-19 e os sentidos sobre o Outro no podcast  
Cartas da Periferia**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Moura de Oliveira

Aprovado em: \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Felipe Moura de Oliveira – UFRGS

Orientador

---

Prof. Dra. Thaís Furtado – UFRGS

Examinadora

---

Dra. Camila Freitas Siqueira

Examinadora

A todos os Outros que me constituem.

## AGRADECIMENTOS

Certas pessoas são como acontecimentos em nossas vidas. São capazes de suscitar momentos passados, presentes e futuros, instaurar grandes questionamentos, revelar e produzir sentidos sobre nós. Diante de suas presenças, moldados também a nossa, percebemos quem somos.

Sou grata às pessoas-acontecimento que, ao longo deste trabalho e, mesmo antes dele, revelaram, suscitaram e instauraram grandes sentidos sobre quem sou, sobre quem fui e sobre quem desejo ser. Sou grata, acima de tudo, às mulheres da minha família que, diante do acontecimento inesperado de uma vida, fizeram do cuidado um dos traços mais bonitos de suas existências.

Sou grata à minha mãe, Graziela Stefenon.

Sou grata à minha avó, Genilda Pereira.

Sou grata às minhas tias, Jéssika Pereira e Sabrina Stefenon.

Sou grata às minhas primas, Mariana Stefenon Mello e Manuela Stefenon Mello.

Juntas, sinto que vivemos os acontecimentos que simbolizam ser mulher nesse mundo e, ainda que muitos deles não sejam os mais bonitos e não revelem as coisas mais prazerosas, passamos por cada um deles porque, mesmo de longe, sempre estivemos juntas.

Sou grata também às pessoas-acontecimento que ajudaram a dividir o peso da vida nos últimos anos.

Sou grata à Daniela Suris, amiga de infância que desde cedo me viu cair e me ajudou a levantar. Me fez e faz companhia durante tantas caminhadas.

Sou grata à Alícia do Amaral, amiga da juventude que me ensina tanto desde sempre, ainda que ela pense que é o contrário. Sem ela para rir, minhas piadas sem graça não teriam razão de ser.

Sou grata a Karoline Costa, Ricardo de Moraes e Mélani Ruppenthal que, juntos, ajudaram a tornar cada uma das manhãs na FABICO um acontecimento melhor que o outro.

Sou grata à Júlia Ozorio, Valentina Bressan, Nicole Goulart e Rafael Pereira, do Áreas Verdes Canoas, talvez o grupo de reportagem mais duradouro e multifacetado. Reportagens investigativas, pesquisas científicas, horas de entrevistas e reuniões online durante a pandemia, prêmios jornalísticos e infinitas trocas de angústias sobre o TCC nas semanas finais deste trabalho. Sem vocês, cada um destes acontecimentos não teria tanta beleza.

Sou grata também ao Felipe de Oliveira, professor e amigo que me permitiu conhecer melhor a pesquisa e me apaixonar por ela. Que me deu a oportunidade de fazer também

amigos pelos projetos de extensão que participamos. Que acreditou nas ideias, muitas vezes meio malucas, que levávamos para discussão, Júlia Ozorio e eu, nos tempos de iniciação científica.

Sou grata também aos professores que me acompanharam nessa jornada na FABICO. Em especial, Alexandre Rocha (in memoriam), cujas aulas eram sempre um acontecimento, desorganizavam o presente, questionavam o passado, instigavam um desejo melhor de futuro.

Sou grata à professora Thais Furtado que, diante de um acontecimento-denúncia, preferiu acolher a julgar. Seu abraço carinhoso vai me acompanhar sempre.

Sou grata ao professor Flávio Porcello (in memoriam) pelo incentivo diante de uma reportagem desafiadora. Ou melhor: diante dos desafios de reportar. Sua gentileza e afetuosidade vão ser disseminadas para sempre pelas pessoas que tiveram a oportunidade de presenciar o acontecimento que foi a sua vida.

Sou grata também às professoras Cida Golin e Márcia Benetti que, em especial durante a pandemia, guiaram e ajudaram a atravessar o acontecimento mais sombrio que já nos acometeu. Sou grata à professora Laura Wottrich que ajudou a tornar as inquietações em torno deste acontecimento, pesquisa científica.

Sou grata à universidade pública e a todos que lutaram historicamente para que ela pudesse me oferecer uma formação diversa, crítica, gratuita e de qualidade. Por me proporcionar chegar aqui e dizer para aquelas que me acompanham que esse sonho está mais perto de nós do que nos fazem crer.

Sou grata aos inumeráveis amigos e conhecidos que acompanham, incentivam, torcem, mesmo de longe, para que as minhas invenções, maluquices e insights se tornem algum dia grandes coisas. Sou grata a todas as pessoas-acontecimento que me fazem ter a maior revelação de todas: a vida sem vocês seria bem menos vida.

## RESUMO

Este trabalho pretende analisar a representação do Outro periférico a partir do acontecimento covid-19 no podcast Cartas da Periferia, produção jornalística do ano de 2020 que buscou compor narrativas das populações periféricas de Porto Alegre e região metropolitana durante os meses iniciais da pandemia de covid-19. O problema central investiga quais os sentidos sobre populações de baixa renda, populações de rua, povos indígenas e mulheres na narrativa empregada pelo podcast, buscando compreender como ela se coloca em um cenário de disputa de sentidos e perda de credibilidade da representação dos fenômenos do mundo pelo jornalismo. Partindo de autores que elaboram intersecções entre alteridade, comunicação, narrativa e acontecimento, analisa os seis episódios da temporada do podcast Cartas da Periferia por meio da análise de conteúdo, como procedimento metodológico de identificação e descrição de categorias temáticas, e a análise do acontecimento, por meio da individualização do acontecimento que, por sua vez, se desdobra nas etapas de análise: descrição, narrativização, identificação do pano de fundo pragmático, caracterização do problema público e normalização. Conclui, finalmente, que o podcast Cartas da Periferia, ao individualizar o acontecimento covid-19, revela disputas de sentidos relacionados aos diferentes sujeitos periféricos que busca representar e suas experiências pragmáticas diante da pandemia. Mesmo não abordando significados mais abrangentes das alteridades envolvidas, promovendo uma superação das adversidades que as afetam, o podcast contribui para criar uma produção que representa os sujeitos periféricos a partir de aspectos mais sensíveis e abre, por vezes, brechas para o encontro e dialogismo.

**Palavras-chave:** Acontecimento covid-19; Alteridade; Narrativa; Representação; Periferia;



## ABSTRACT

This work aims to analyze the representation of the Periphery Other based on the covid-19 event in the Cartas da Periferia podcast, a journalistic production from 2020 that focused on the narratives of the peripheral populations of Porto Alegre and the metropolitan region during the early months of the covid-19 pandemic. The central problem investigates the senses about low-income populations, homeless populations, indigenous peoples and women in the narrative adopted by the podcast, seeking to understand how it places itself in a scenario of contested meanings and loss of credibility in journalism's representation of world events. Based on authors who develop intersections between alterity, communication, narrative and events, it analyses the six episodes of the Cartas da Periferia podcast season through content analysis, as a methodological procedure for identifying and describing thematic categories, and event analysis, through the individualization of the event which, in turn, unfolds in the following stages of analysis: description, narrativization, identification of the pragmatic background, characterization of the public problem and normalization. Finally, it concludes that the Cartas da Periferia podcast, by individualizing the covid-19 event, reveals disputes over meanings related to the different peripheral subjects it seeks to represent and their pragmatic experiences in the face of the pandemic. Even if it doesn't address the broader meanings of the alterities involved, promoting an overcoming of the adversities that affect them, the podcast contributes to creating a production that represents peripheral subjects from more sensitive aspects and sometimes opens gaps for encounter and dialogism.

**Keywords:** Covid-19 event; Alterity; Narrative; Representation; Periphery;

## **LISTA DE SIGLAS**

**AC** - Análise de conteúdo

**FABICO** - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

**FUNAI** - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

**JORDI** - Grupo de Pesquisa em Jornalismo Digital

**PAHO** - Pan American Health Organization

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**UFRGS** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. O MUNDO QUE O JORNALISMO (NÃO) REPRESENTA.....</b>	<b>19</b>
2.1 DIVERSAS REALIDADES.....	19
2.2 CONSTRUIR, REPRESENTAR, MEDIAR: QUAL O CONHECIMENTO DO JORNALISMO?.....	22
2.3 O CONHECIMENTO DO JORNALISMO EM XEQUE.....	24
<b>3 O OUTRO (NÃO) NARRADO PELO JORNALISMO.....</b>	<b>27</b>
2.1 O OUTRO ANIQUILADO.....	28
2.2 O OUTRO INALCANÇADO.....	31
2.3 O OUTRO NARRADO.....	34
<b>4 O ACONTECIMENTO COVID-19.....</b>	<b>41</b>
4.1 O PODER HERMENÊUTICO DO ACONTECIMENTO COVID-19.....	42
4.2 A INDIVIDUALIZAÇÃO DO ACONTECIMENTO COVID-19.....	46
<b>5 OS SENTIDOS SOBRE O OUTRO NO PODCAST CARTAS DA PERIFERIA.....</b>	<b>50</b>
5.1 O CARTAS DA PERIFERIA.....	54
5.2 O ACONTECIMENTO COVID-19 E A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.....	61
5.3 O ACONTECIMENTO COVID-19 E A POPULAÇÃO DE RUA.....	67
5.4 O ACONTECIMENTO COVID-19 E AS MULHERES.....	74
5.5 O ACONTECIMENTO COVID-19 E OS POVOS INDÍGENAS.....	79
5.6 O ACONTECIMENTO COVID-19 E AS DISPUTAS DE SENTIDOS SOBRE O OUTRO.....	83
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO DE EPISÓDIOS.....</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A periferia é ausência, mas a periferia também é potência. E a sua potencialidade reside, em especial, na multiplicidade de formas de ser. Enquanto o estigma, a desigualdade e dificuldade de acesso a recursos básicos, por vezes, desafiam o viver pleno na periferia, a potência da experiência periférica toma forma e força corporificada em indivíduos, coletivos e mobilizações que desafiam a lógica da escassez, do desalento e do desafeto. Estar na periferia passa, então, a significar estar em comunidade com aqueles que sentem na pele os mesmos problemas. Problemas os quais se colocam, muitas vezes, como sentença. Estar em comunidade, nesses casos, é o recurso mais abundante para aqueles que necessitam, acima de tudo, de cuidado.

A potência da periferia, por vezes, é subjugada. Vista por um olhar de fora, é passível ser assimilada como um produto do desconhecido e desmerecedor de humanidade. Difícil por natureza, a representação de outro indivíduo em sua completude, pode ser dizer, é quase impossível. Indivíduos sob os quais recaem estigma, distanciamento e estereótipos sociais, são ainda mais inalcançáveis pela representação, em especial àquela feita pelo jornalismo.

A construção de um Outro periférico é também a construção basilar do que entendemos como o próprio comum, o ordinário, o padrão. Para Lotman (Américo, 2017), a semiosfera é o espaço de significados comuns de uma determinada cultura que constrói a própria identidade e homogeneidade a partir da ideia de um Outro, o que acaba por delimitar esse espaço semiótico. Quando o inimigo necessário à delimitação da semiosfera não existe, ele é inventado. Essa ideia também está presente dentro da própria semiosfera que, em seu núcleo, reproduz discursos muito específicos, enquanto coloca à margem ideias, sujeitos e narrativas que não gozam de valorização social (Américo, 2017). A periferia é, nesse contexto, ao mesmo tempo que elemento fundamental de definição do si, uma camada social que absorve e troca com ambientes externos ao núcleo do ambiente semiótico, permitindo maior diversidade e diferentes matizes de sentidos saindo e entrando na semiosfera.

Para além de uma questão para o jornalismo, entender e representar o Outro é uma questão humana. O ser humano está sempre em busca de coletar as informações que se destacam de um objeto a fim de representá-lo com a maior verossimilhança possível em sua mente, sua fala, seu entendimento próprio. Entender e representar, para o jornalismo, esteve durante muito tempo relacionado à ideia da representação positivista das práticas investigativas sociológicas, de um sujeito apartado do objeto e que, tão somente assim, alcançaria a verdade verificável. A verdade, a realidade e a representação são, nesse sentido,

conceitos caros ao jornalismo e revelam também o importante papel social desempenhado pelo campo. Para Reginato (2016), recaem sobre o jornalismo, 12 finalidades que, ainda que não estejam sempre onipresentes nas produções jornalísticas, devem ser buscadas sempre e estão entrelaçadas.

Em uma sociedade democrática, as finalidades do jornalismo são: a) informar de modo qualificado; b) investigar; c) verificar a veracidade das informações; d) interpretar e analisar a realidade; e) fazer a mediação entre os fatos e o leitor; f) selecionar o que é relevante; g) registrar a história e construir memória; h) ajudar a entender o mundo contemporâneo; i) integrar e mobilizar pessoas; j) defender o cidadão; k) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; l) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade. (Reginato, 2016, pág.221)

Em um cenário de pós-verdade, *fake news*, desinformação e crise do jornalismo (Oliveira, 2016), o mero informar, entretanto, – visto ainda por muitos como função principal do jornalismo – já não é mais suficiente, é preciso lançar mão de outros instrumentos de afetação sobre o público evocado pelo jornalismo. A autoridade de permitir a fala do Outro ou, ainda, representá-la de fora, sem acolher as verdades, afetos, desejos e seus dilemas, pouco tem contribuído para a validação do discurso jornalístico como um dos representantes da realidade. Cremilda Medina (2008), aponta, refletindo sobre o paradigma da crise da contemporaneidade, sobre um jornalismo que não seja mais frio e objetivo, pois, sendo assim, já não é capaz de dar conta da representação da realidade. Para ela, “a derrocada das certezas, a crise de valores e o triunfo do absurdo exigem um mediador que se deixe impregnar por sensações e emoções ao narrar o mundo” (Medina, 2008, pág.12).

É nessa brecha que minha inquietação pessoal sobressalta e na qual, particularmente, me insiro nesta pesquisa. Um jornalismo tão distante nunca foi capaz de me tocar ou de produzir representações sobre os grupos aos quais me identifico da maneira como acredito, enquanto jornalista, serem as ideais, bem como alcançar as possibilidades de uma profissão tão potente. Porém, uma vez identificado um cenário de crise de representações, o que fazer? Como pode o jornalismo representar melhor e, assim o fazendo, se aproximar de quem pode se beneficiar das formas que só este campo produz conhecimento?

Existem, nos últimos anos, em especial, uma série de iniciativas que buscam estudar formas de representar melhor a realidade através do jornalismo. A alteridade, em especial, é um campo de pesquisa contemporâneo, que propõe novas ferramentas de incursão sobre o Outro, contrárias àquelas historicamente produzidas e que, em cenário último, contribuíram para o descrédito e desmerecimento da profissão.

Quando se trata das práticas jornalísticas, no entanto, a ruptura com um habitus (Bourdieu, 2007) construído e alicerçado por tanto tempo, não é tão simples. É olhando para a periferia do campo, muitas vezes, que as outras formas de representar o Outro podem surgir e é, em especial em momentos de ruptura com a normalidade, que se anabolizam produções mais complexas de representação da alteridade, particularmente à de grupos socialmente minoritários, como mulheres, negros, refugiados, LGBTQIAP+, entre outras populações. Algumas pesquisas recentes denotam o interesse convergindo para temáticas nesse sentido, tanto pelos estudos de jornalismo, quanto pela própria prática profissional. É o caso das pesquisas “Nas fronteiras da alteridade: a representação do espaço do imigrante na narrativa jornalística de Zero Hora (2014-2015)” (Paula, 2019) que, ainda que por uma entrada a partir dos estudos culturais, tem como propósito entender a representação do Outro migrante no jornal Zero Hora (agora GZH) de maior circulação no estado do Rio Grande do Sul. Também vale mencionar a dissertação de mestrado “Alteridade e jornalismo : a outridade na editoria Mundo da Folha de S. Paulo” (Siqueira, 2017) e o trabalho de conclusão de curso “Outridade no jornalismo: uma análise da construção do outro na narrativa das Hard News da Editoria Cotidiano da Folha de S. Paulo” (Fontanive, 2021), ambos ajudam a conformar um campo mais palpável de ímpetus de pesquisa que se voltam sobre as representações sobre o Outro no jornalismo feitas a partir do jornalismo hegemônico do país.

Também se colocam como exemplos singulares as pesquisas “Em Quarentena – um podcast da Agência Mural de Jornalismo das Periferias” (Rovida, 2021) e “Notícias do movimento indígena brasileiro: análise de conteúdo da produção da Apib e Coiab na pandemia da covid-19” (Kolling, 2022), porque revelam a entrada nessa temática voltada para as produções feitas pelo jornalismo periférico e ajudam a compreender a relevância de determinados acontecimentos como catapultas de representações que divergem do comum. No caso destas duas últimas, fica evidente como momentos de quebra de ruptura de normalidade, associados a iniciativas alternativas de jornalismo, trazem à tona a representação do Outro periférico para a superfície do fazer profissional. Não é dizer, no entanto, que essas produções alcançam ou dizem, necessariamente, o que é o ideal de representação da alteridade pelo jornalismo, mas que revelam a preocupação presente em suas práticas, em especial em momentos que colocam sob ameaça a vida destas pessoas representadas.

A pandemia de covid-19 é um destes acontecimentos que gera problemáticas sobre determinados grupos sociais. Sendo um acontecimento mundial, não deixou de fora nenhum indivíduo, mas, sem sombras de dúvidas, gerou consequências diferentes para grupos

distintos. É nesta perspectiva em que o fenômeno de análise desta pesquisa surge. O podcast Cartas da Periferia é uma produção jornalística coletiva com estreia nas plataformas de *streaming* de áudio e disseminado também via redes sociais e aplicativo de mensagens a partir de 2 de junho de 2020. O Cartas da Periferia foi produzido a partir da mobilização do Coletivo Fora dos Muros, que reúne outros movimentos sociais pautados pelo direito à cidade, além de grupos de pesquisa e extensão<sup>1</sup>. Também conta com a participação dos coletivos independentes de jornalismo, Iguana Jornalismo e O Periférico. Além dos coletivos, o podcast se utiliza de repórteres populares para contar sobre a situação vivida pelos grupos de destaque em cada episódio: mulheres em situação de vulnerabilidade, população de rua, grupos socioeconômicos menos favorecidos e povos indígenas.

Hoje o risco da pandemia dizimar aldeias é enorme, pois muitos já têm problemas de saúde, muitos se forem contaminados não vão aguentar. Eu fico pensando muito o quanto isso hoje nos afeta na parte da demarcação das nossas terras. Porque sem terra não há vida. Sem terra não há índio. Sem terra todas as pessoas vão acabar morrendo. (Cartas, 2020)

Quem fala é Raquel Kubeo, membra do coletivo Rede Indígena de Porto Alegre, no quarto episódio da produção, intitulado “Povos Indígenas e pandemia: Contexto e Impactos”, lançado em 21 de julho de 2020 nas plataformas de *streaming*, como o Spotify. Àquela altura da pandemia de covid-19, pouco mais de três meses do seu início no mundo, a população brasileira passava por muitas incertezas sobre quais os reais impactos que o novo vírus SARS-CoV-2 traria para suas vidas, mas uma coisa era certa: grupos minoritários, como o de pessoas com menor poder econômico, em locais com pouco ou nenhum saneamento básico, em condições precárias de existência e sobrevivência, seriam as mais impactadas negativamente.

Neste contexto, a fala de Raquel Kubeo simbolizava a preocupação com uma fração dentre os grupos mais afetados pela pandemia, os povos indígenas. Tratando em especial das dificuldades dos povos indígenas em contexto urbano de Porto Alegre, mas também dos aldeados afastados das cidades, o episódio busca compreender quais as dificuldades que o vírus da covid-19 impunha no trato com a doença, bem como o dia a dia de indígenas que sobreviviam da venda do artesanato nos centros urbanos e agora se viam impedidos de exercer o seu comércio. Também da dificuldade de acesso à saúde de povos mais afastados da cidade, da falta de internet para o acesso à educação das crianças indígenas e ausência de

---

<sup>1</sup> São eles: Margem\_laboratório de narrativas urbanas (PROPUR/UFRGS), JORDI – Jornalismo Digital (PPGCOM/UFRGS), o grupo de extensão Ocupas: cidade, resistência e subjetividade (PPGPSI/UFRGS), os movimentos sociais Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, Ocupação Baronesa – Centro de Referência Afro-indígena do RS, Assentamento 20 de novembro e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB.

apoio das organizações de defesa da população, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) ou, ainda, outros órgãos de apoio governamental. A fala de Raquel Kubeo é, no entanto, apenas uma das vozes indígenas de Porto Alegre representada no episódio 4 do podcast e uma das diversas representantes dos grupos sociais minoritários ouvidos ao longo da temporada de episódios.

Particularmente, chego ao *Cartas da Periferia* como integrante do grupo de pesquisa em Jornalismo Digital (JorDi), em abril de 2020, onde atuava como bolsista de iniciação científica vinculada à pesquisa do professor Felipe Moura de Oliveira, e pude acompanhar o desenrolar da produção e contribuir na dinâmica do grupo. Enquanto estudante e pesquisadora, pude compreender a importância do conhecimento compartilhado e transdisciplinar e, enquanto jornalista, o valor que o coletivo poderia significar em produções sobre a periferia.

A intenção do projeto era colher narrativas das populações periféricas de diversas partes de Porto Alegre durante a pandemia de covid-19 e, ao mesmo tempo que informar sobre elas, informar para elas. O podcast de apenas uma temporada conta com 6 episódios entre 06 e 20 minutos cada e define sua metodologia como um mecanismo de “focalizar os impactos produzidos pela covid-19 nas periferias da cidade, buscando legitimar a potência da narrativa enquanto epistemologia capaz de apreender processos contemporâneos de subjetivação que influenciam e são influenciados pelo território em disputa” (UFRGS, 2023).

As questões suscitadas a partir do fenômeno e por esta produção jornalística são diversas. Dentre elas, algumas mais latentes: como elenca os principais sentidos para dar entendimento ao que as populações afetadas pela covid-19 estavam passando naquele momento? Como ela usa a presença de repórteres populares para a construção de suas narrativas? Em detrimento às construções feitas pelo jornalismo hegemônico naquele momento, é possível que essa forma de representar tenha sido inovadora e mais sensível ao se aproximar afetivamente do público a que se dirige o podcast, pensando em um contexto de crise do jornalismo e de representação da contemporaneidade?

São questões que podem dar a ver a ânsia de sentir representada uma forma mais afetiva de mediação com a realidade periférica, em especial após uma ruptura de normalidade cotidiana imposta pelas consequências de uma pandemia viral. No entanto, a pergunta que dá base a esta pesquisa é: **como os sentidos sobre o Outro desencadeados pelo acontecimento covid-19 foram representados pelo podcast “Cartas da Periferia?”**.

A pergunta pressupõe, então, um objetivo geral: compreender como os sentidos em relação ao Outro, desencadeados pelo acontecimento da covid-19, foram abordados e



explorados no podcast "Cartas da Periferia". Além de cinco objetivos específicos que são, respectivamente:

- 1) Entender como o jornalismo produz conhecimento no podcast Cartas da Periferia;
- 2) Relacionar os entendimentos entre jornalismo, narrativa e alteridade na bibliografia do campo;
- 3) Delimitar o contexto da covid-19 a partir das teorias do acontecimento;
- 4) Identificar e descrever o conteúdo do podcast Carta da Periferia;
- 5) Analisar as categorias de sentidos sobre o Outro presentes na narrativa do podcast Cartas da Periferia a partir das teorias do acontecimento;

Para alcançar tais objetivos escolheu-se a análise de conteúdo (Bardin, 2002; Herscovitz, 2018), utilizada como procedimento metodológico para a identificação e descrição do conteúdo presente nos seis episódios do podcast, cujos temas são, respectivamente: "O panorama da covid-19", "O auxílio emergencial", "População de Rua e Pandemia 1 - Contexto e Impactos", "Povos Indígenas e Pandemia: Contexto e Impactos", "A Pandemia e a Desigualdade de Gênero" e "População de Rua e Pandemia 2 - Redes de solidariedade". Em seguida, será aplicada a análise do acontecimento como operador de incursão crítica sobre as categorias temáticas suscitadas a partir da análise de conteúdo de tais episódios. Entende-se, a partir de França e Lopes (2017), que o acontecimento pode ser analisado a partir de alguns vieses, sendo a individualização do acontecimento um deles. Esta possibilidade metodológica se desdobra em cinco etapas: a descrição, a narrativização, a identificação do pano de fundo pragmático, a caracterização do problema público e a normalização.

O primeiro capítulo teórico tem como fim situar de onde partimos nos estudos de jornalismo, debatendo seu papel como um importante mediador social, construtor de conhecimento e, em especial, como é constituída a sua forma de representação. Uma vez partindo da compreensão de que a realidade só é apreendida a partir da linguagem, advogamos que o jornalismo é um importante mediador na realidade caótica dos fatos (Oliveira et al., 2020) e entre os acontecimentos e a sociedade. Construimos nossa base teórica, então, a partir de Américo (2017), Berger e Luckmann (1983), Meditsch (2004; 2010), Oliveira (2015; 2016; 2018; 2020), Reginato (2016), Santaella (1995) e Sponholz (2009).

No segundo capítulo teórico, buscamos compreender onde se situa a perspectiva da narrativa dentro dos estudos de jornalismo e de que forma ela é capaz de produzir sentidos

sobre a alteridade, compreendida, por sua vez, como um conceito relacionado às formas de representação do Outro sob a perspectiva do jornalismo. A partir de autores que pensam comunicação e alteridade, como Hall (2008), Horn (2017), Martino (2016a), Medina (2008), Meirelles (2021), Mello (2019), Moraes (2002), Sodré (2004) e outros mais a partir da narrativa, Freitas (et. al, 2017), Lago (2014), Lobato e Lobato (2018), Martino (2016b), Motta (2005) e Resende (2007; 2008; 2009), podemos observá-la como uma possível forma de produzir sentidos mais englobantes da alteridade representada pelo campo e de dialogismo.

O terceiro capítulo, por sua vez, pretende recobrar historicamente o período da pandemia de covid-19 a partir do escopo do conceito de acontecimento como um produtor de sentidos na sociedade. A partir de França e Lopes (2017), França (2012), França e Almeida (2008) e Quéré (2011), compreendemos o acontecimento como um produtor e operador de sentidos útil para compreensão deste período histórico recente e suas afetações em públicos diversos, em especial, na periferia. O esforço será, então, olhar sobre a forma pela qual o Outro é representado nesta produção jornalística em específico e de compreender como o Outro é representado na narrativa jornalística a partir da individualização do acontecimento covid-19, abarcando grupos sociais como mulheres, pessoas de baixa renda, povos indígenas e população de rua de Porto Alegre, focos de atenção nesse cenário de busca pelos sentidos que se inscrevem a partir do objeto empírico.

Entendendo, ao fim, que pensar novas produções de sentidos sobre o Outro e, principalmente, com o outro são urgentes, concluímos que o fenômeno analisado é uma das produções contemporâneas que se coloca como uma possibilidade de apreensão e narrativização do Outro periférico que diverge daquela feita pelo jornalismo historicamente. Em um contexto em que a credibilidade do jornalismo já não está mais alicerçada em uma lógica de autoridade de cima para baixo e de que as representações feitas pelo jornalismo afetaram e afetam ainda mais a representação social de grupos minoritários, por vezes, afastados das possibilidades de fala sobre si próprios, o podcast demonstra formas de produção de sentidos sobre a alteridade que se inscrevem em uma parcela de produções mais gentis sobre o Outro, ainda que não mobilize sentidos amplos para a discussão das mazelas que os acometem.

## 2 O MUNDO QUE O JORNALISMO (NÃO) REPRESENTA

“A nossa realidade é outra. [...] Como tu obriga, dentro de uma comunidade, uma pessoa a ficar dentro de casa, sendo que ela mora numa casa de cinco metros quadrados?”

(Cartas, 2020)

Recai sobre o imaginário social de que a principal finalidade do jornalismo é informar, mas a mera informação é diferente da informação jornalística, cuja função não é somente transmitir coisas, mas ser “verificada, relevante, contextualizada, plural e envolvente.” (Reginato, 2016, pág. 224). Pela filosofia da linguagem, o jornalismo sempre representou os acontecimentos para um público que não teve acesso a ele de forma direta, mas os signos produzidos pelo jornalismo, em seu caráter vicário (Santaella, 1995), jamais são capazes de substituir o lugar do objeto, nunca alcançado em plenitude. O signo será sempre representado a partir de um aspecto de sua totalidade sem, no entanto, conseguir manifestá-lo completamente. Da mesma forma, faz o jornalismo. Em busca, idealmente, das menores perdas possíveis nessa representação.

Tudo o que o jornalismo não dá conta de representar da realidade e dos acontecimentos, tem o atributo de produzir sentidos alheios a ele. Com as redes sociais digitais, é comum que a livre circulação de informação não checadas e apuradas previamente, produzam “sobras” de sentidos. Uma vez respaldado pela autoridade da representação da realidade, agora o jornalismo passa a ser contestado como um verídico representante e uma crise sistêmica de legitimidade e credibilidade (Oliveira, 2018) passa a ser percebida frente às possibilidades de apreensão dos fenômenos, da realidade e do Outro no jornalismo.

Neste capítulo, vamos abordar como o jornalismo, diferente de outros sistemas de produção de conhecimento, produz representações sobre o mundo e produz significados diversos, colocando em perspectiva a disputa de sentidos sobre os acontecimentos e a crise de representação enfrentada pelo campo, ancorada pela filosofia da linguagem, em Charles Sanders Peirce e Lotman.

### 2.1 DIVERSAS REALIDADES

"Se uma árvore cai na floresta e ninguém está perto para ouvir, ela fez barulho?" é um experimento filosófico mental interessante para pensar a realidade. O que dela podemos captar pelos nossos sentidos? O que dela podemos representar? “Há uma realidade que não depende de um sujeito conhecedor para existir?” (Sponholz, pág. 90, 2009).

A última questão colocada talvez encarne bem o espírito dos questionamentos acerca do que é possível apreender e representar da realidade objetiva do mundo. No quarto capítulo do livro “JORNALISMO, CONHECIMENTO E OBJETIVIDADE: Além do espelho e das construções” intitulado “Jornalismo e conhecimento”, Liriam Sponholz (2009) pretende compreender qual o tipo de conhecimento do jornalismo, mas, em primeiro momento, aborda questões que inquietam qualquer estudioso do conhecimento: é possível conhecer a realidade? Existe uma realidade a ser conhecida?

Para a autora, existem realidades primárias e realidades secundárias, sendo que a segunda apenas existe por meio da representação que, uma vez sendo passível de ser acessada, também permite o acesso à primeira. Pensando a realidade, existem dois caminhos possíveis de teorizar sobre ela, uma por meio de correntes mais idealistas e outras mais realistas. Para os idealistas, a realidade só existe por meio da percepção, ou seja, só conheço algo por meio do que a minha consciência diz sobre este objeto. Nessa corrente, se misturam as concepções do que existe (ontologicamente falando) e o que se pode conhecer (a partir de um *status* epistemológico ou cognitivo da realidade), concluindo que algo pode existir ainda que não seja conhecido (Sponholz, 2009).

Mas persiste a questão: existe algo exterior à minha percepção? Para os pragmáticos, a existência da realidade é algo indiscutível, mas é na realidade construída socialmente onde a discussão ganha profundidade, por meio da sistematização de diferentes tipos de realidade – física, social subjetiva e social objetiva (Sponholz, 2009).

Para Peter Berger e Thomas Luckmann (1983), autores que também pensam a construção da realidade, ela será uma interpretação que os homens fazem dos acontecimentos. O que é real é unicamente aquilo que conseguimos significar e, tudo aquilo que não conseguimos significar, tende a ser negado. Ou seja, o mundo real exterior existe, mas identificá-lo passa pela minha capacidade de decodificar os acontecimentos e significá-los. Para Berger e Luckmann (1983) existem várias realidades, mas há uma que se apresenta por excelência, a da vida cotidiana. É na vida cotidiana que a atenção da consciência chega ao máximo. É na vida cotidiana que aquilo que é experienciado ganha contornos da máxima realidade. Não é, no entanto, dizer que demais realidades não existam, elas seguem sendo outras realidades. Mas é na vida cotidiana em que existirá um grupo de significantes infinitos sobre a realidade, enquanto outras são apenas mundos cujos significados se findam.

A realidade encarnada na vida cotidiana é, sendo assim, a realidade mais latente. Berger e Luckmann (1983) também formulam que a vida cotidiana se apresenta de maneira

subjetiva aos indivíduos e ganha sentido à medida que forma um mundo coerente para ele, ou seja, cada um possui sua própria visão de mundo, no entanto, as marcações e concepções são anteriores aos indivíduos. A vida cotidiana também está intimamente ligada à interação social, pois precisa dessa interação para validá-la como realidade dominante, onde a consciência é elevada, intensa e a atitude dos sujeitos é sempre tida como natural.

É possível destacar uma espécie de separação e uma ordenação entre as realidades mencionadas, podendo ser consideradas “camadas de entendimento”, sendo estas: a realidade cotidiana, a realidade cotidiana problemática e a realidade não cotidiana. A primeira delas, a realidade cotidiana, é onde a rotina se apresenta, com todos os elementos comuns e familiares à vida pessoal. Já a realidade cotidiana problemática, ainda que esteja dentro do campo de coisas próximas ao sujeito, contém em si elementos não usuais. E por último, a realidade não cotidiana figura como a que está mais distante da compreensão do sujeito e é onde elementos de difícil compreensão irão se apresentar. É por isso que esta última tende sempre a ser traduzida para a realidade predominante, a cotidiana (Berger e Luckmann, 1983).

É preciso, porém, fazer a ressalva: ainda que as compreensões de Berger e Luckmann (1983) tenham sido e, ainda hoje, sejam relevantes para a compreender a realidade e como ela se configura a partir da sociabilidade, é preciso ter em mente que a teorização é feita com enfoque na sociologia do conhecimento, não do conhecimento da mídia jornalística. Não pretendem, assim, por luz sobre a realidade e conhecimentos produzidos pelo jornalismo.

Pesquisadores do jornalismo enquanto campo e forma de conhecimento, como Eduardo Meditsch (2004; 2010), pontuam tal diferença. Para Meditsch (2010), durante algum tempo a teoria construcionista no jornalismo – que acredita que a mídia constrói a realidade – foi importante para rebater a ideia do jornalismo enquanto mero espelho da realidade. Porém, ela ainda é frágil para explicar os processos do jornalismo e suas formas de conhecer e representar. Meditsch reforça que, mesmo que Berger e Luckmann em seu tratado de sociologia, vejam a mídia jornalística como um índice da realidade, outros elementos são tomados com maior peso nessa construção, como as relações cotidianas dos indivíduos e suas interações sociais.

Desta forma, ao se discutir a construção da realidade na perspectiva daqueles autores, deve ficar claro que, para eles, o jornalismo pode ser incluído entre os autores que contribuem significativamente para essa construção - tanto para a realidade objetiva quanto para a realidade subjetiva -, mas não como ator único e nem mesmo o principal. (Meditsch, 2010, pág.25)

Meditsch (2010) acredita que dentre as principais contribuições dos autores, e que muitas vezes passa despercebida para uma formulação do conhecimento do jornalismo, são

suas formulações sobre a realidade objetiva e a realidade subjetiva, ancoradas pela ideia de socialização primária e socialização secundária. A primária dirá respeito aos primeiros anos de vida de um indivíduo, onde a criança toma consciência do mundo pré-existente a ela e o toma como o único mundo possível. Essa socialização é tão potente que gera reflexos durante toda a vida. É ela que define as bases da realidade de um indivíduo em sua vida cotidiana. Já a socialização secundária será onde os indivíduos se inserem nos papéis institucionais por meio de treinamento especializado. É secundária porque se coloca como um submundo da realidade dominante, aquela que será internalizada pela socialização primária (Berger e Luckmann, 1983 apud Meditsch, 2010).

Nesse sentido, a realidade dominante, calcada pela socialização primária, é a que será resultado de mundos infinitos de significação, onde a nossa atenção estará voltada boa parte do tempo e de nossas vidas, ainda que haja momentos de direcionamento para outras realidades secundárias dentro da vida cotidiana. O jornalismo, nesse contexto, seria ainda menos um elemento de socialização, quase algo terciário, já que não tem tanto poder como o da socialização primária. É algo que serve como elemento da atualidade, como parte da conversa da vida cotidiana e, portanto, importante na dinâmica social, mas ainda com limites, já que o diálogo que se dá pelo jornalismo é distinto também de uma interação cara a cara.

## 2.2 CONSTRUIR, REPRESENTAR, MEDIAR: QUAL O CONHECIMENTO DO JORNALISMO?

Se não constrói a realidade, certamente o jornalismo a representa de alguma forma. E, representando de tal forma, oferece efeitos de sentidos diversos para o público que o acessa.

“Representar o mundo é uma produção de conhecimento sobre ele” (Santaella, 1996 apud Oliveira, 2016, pág.51). Charles Sanders Peirce formula, ainda quando estuda como apreendemos o mundo, que “todo o conhecimento humano é processado por signos” (Oliveira, 2015, pág. 2) e dentre suas maiores contribuições para a compreensão de como apreendemos e inteligimos o mundo, está na ideia de que o signo se coloca como um mediador entre um objeto a ser conhecido e um sujeito a ser conhecedor (Santaella, 2008). Por meio da percepção captamos os conceitos do mundo, mesmo aqueles que não são racionais. Os fenômenos se forçam sobre nós. E todos os fenômenos nos afetam em uma relação triádica, de qualidade (como uma possibilidade), de relação (como um existente), de representação (como código). Apreendemo-os pela consciência, porém, a partir unicamente na forma de representação.

Em Peirce, a verdade existirá e será a mesma, mas a compreensão acerca da realidade pode ser alterada. É parte dos estudos da fenomenologia, portanto, compreender quais efeitos de sentidos são produzidos sobre os objetos, mais do que saber se são verdadeiros ou não. No exercício filosófico mental que questiona o som produzido pela árvore que cai na floresta, por exemplo, do ponto de vista da semiótica, não importará dizer se fez som ou não. Se ninguém viu o acontecer do tombamento, não há produção de sentidos, não há realidade a ser conhecida.

Para termos conhecimento da realidade, ou seja, dos objetos do mundo, é preciso que eles se expressem por meio de signos. São eles que representarão o nosso mundo cognoscível, ainda que, nesta representação, aspectos diversos do objeto fiquem de fora.

Entender o signo, no entanto, como mera representação de algo a alguém, é simplificá-lo. Primeiro que este alguém não é, necessariamente, a figura encarnada de uma pessoa, mas uma mente interpretante. Para Pierce (Santaella, 1995), a representação se dá a partir de uma relação triádica e a forma ordenada deste processo ocorre entre objeto, signo e mente interpretante. Um signo, sendo assim, representa um objeto – não em todos os seus aspectos, mas em referência a uma ideia dele – gerando um interpretante.

Na relação triádica da semiótica Peirceana, o signo também pode ser entendido a partir de 3 fundamentos: enquanto primeiridade, característica de qualidade, quando há apenas ainda a potencialidade sígnica (ícone); enquanto secundidade, em uma relação de existência (índice) e, finalmente, enquanto terceiridade, em seu caráter de representação (símbolo). A capacidade de representar deste símbolo será ditada, por sua vez, no seu poder de gerar outro signo genuíno, dando início, assim, a semiose (Santaella, 1995).

Representar é estar em lugar de alguma coisa, e o signo possui caráter procuratório do objeto, que o prescinde. A representação dos fenômenos da realidade, proposta pela filosofia da linguagem de Peirce, entretanto, diz-nos que, dado também o caráter de cooperação entre três sujeitos para ocorrer a semiose, o signo possui natureza incompleta, porque jamais abrangerá todo o objeto e a realidade (o objeto) jamais consegue ser apreendida senão pelo signo. Reside nesta formulação, então, a função mediadora do signo, entre o objeto (fenômeno da realidade) e a mente interpretante (significados produzidos) (Santaella, 1995). Os objetos, por sua vez, poderão ser dinâmicos ou imediatos, o primeiro dizendo respeito àquilo real, à totalidade do fenômeno e o segundo àquilo que se vê representado no signo, ou seja, mediado e sempre de natureza sígnica. O primeiro, dinâmico, jamais poderá ser acessado senão pelo segundo, imediato (Santaella, 1995).

Já quando falamos de interpretante na relação triádica da representação, ele é a mente potencial para a interpretação determinada pelo signo, a ideia que ele provoca. Ele também pode ser compreendido na relação triádica de interpretante dinâmico, imediato e final. O interpretante dinâmico, figura como uma possibilidade de sentido, algo vago, determinado, sem mediação. O interpretante imediato, no que lhe diz respeito, será o efeito realmente produzido na mente pelo signo. Já o interpretante final, o limite ideal, porém jamais atingido na forma de uma semiose genuína (Santaella, 1995).

O interpretante se situa entre uma classe potencial infinita de antecedentes e uma classe potencialmente infinita de consequentes e funciona como uma regra geral para a passagem de uma classe infinita à outra. [...] Assim sendo, o interpretante é um mediador, tanto do lado do objeto quanto do lado dos interpretantes futuros, ou seja, situa-se entre seu signo antecedente e o objeto que lhes é comum, adicionando outros signos para aquele objeto, mas também se situa entre seu signo antecedente e seu interpretante consequente como uma regra para a transformação de um em outro.” (Santaella, 1995, pág. 118)

Tal ideia é fundamental para conceber as formas de conhecer a realidade e a verdade dentro da semiótica Peirceana, mas não apenas isso, contribui para compreender uma das suas principais importâncias dentro da representação dos fenômenos, a de que os objetos se forcem sobre nós dando a ver infinitas significações imprevistas. Essas infinitas significações possíveis, entradas por ângulos nunca imaginados, criam terreno possível para a mudança de hábitos, desalojamento de crenças, característica não apenas autogerativa do signo, mas também autocorretiva (Santaella, 1995). Nenhum signo, portanto, é absoluto, já que a geração de signos é infinita. Interrompido este processo, um signo pode ser entendido como imperfeito ou degenerado.

O mundo do jornalismo é, essencialmente, o mundo da linguagem (Meditsch, 2004). Sendo assim, Oliveira (2016, pág.3) defende que o jornalismo é um “sistema de produção de sentido com regras próprias para representar os acontecimentos na forma da notícia”. Com base na relação sígnica triádica na fenomenologia de Charles Sanders Peirce, formula a ideia de que a semiose da notícia ocorre, pela lógica semiótica, quando o jornalismo, no lugar da mente interpretante, produz representações sobre os objetos (acontecimentos) na figura de um signo (notícia), fazendo-o circular pela semiosfera e desencadear semioses infinitas.

### 2.3 O CONHECIMENTO DO JORNALISMO EM XEQUE

A semiosfera é um espaço semiótico, ou seja, espaço de processos de produção de sentidos e equiparada à esfera pública na transposição ao jornalismo (Oliveira, 2016). Em Lotman, a semiosfera é onde a cultura se organiza e onde ocorre toda e qualquer semiose.



Dentro dela circulam diversos textos culturais, heterogêneos e diversos, mas, ao mesmo tempo, também capazes de revelar sua homogeneidade e caracterização como um espaço uniforme (Lotman, 2001 apud Américo, 2017).

Disputas de sentidos ocorrem, porém, tanto dentro da semiosfera, quanto entre uma semiosfera e outra. Na fronteira ocorrem as trocas com o meio externo que permitirão sentidos mais diversos adentrando o espaço e se constituindo como novos textos em disputa pela hegemonia da significação na semiosfera em questão.

É neste contexto de disputa em que a crise contemporânea do jornalismo se insere, uma vez que se configura como uma disputa sobre os sentidos, tanto dos acontecimentos, quanto de suas representações na esfera pública, o espaço de atuação semiótico por excelência do jornalismo. Ainda que não seja algo contemporâneo exclusivamente, as redes sociais digitais contribuem para essa disputa de sentidos, já que, agora, chegam à superfície de conhecimento público manifestações alheias àquelas feitas pelo jornalismo (Oliveira, 2015).

Se instaura, então, a partir desta disputa de sentidos, não apenas uma crise do jornalismo enquanto meio de comunicação, mas uma crise de representação e mediação. Mais do que a credibilidade em xeque quanto ao conhecimento produzido, há, agora, uma problemática que envolve o Outro abarcado (ou não) no processo representacional e comunicacional.

Estes movimentos salientam o fato de que as ações de mediar e representar, que pela perspectiva da linguagem estão no epicentro da atividade jornalística, impõem um desafio ético fundamental: a perspectiva do outro como problema; o outro representado, o outro evolvido, dialogicamente, no ato comunicacional (Resende, 2014[5], 2009 apud Oliveira, 2015)

Neste contexto, se campos problemáticos aparecem nesta disputa de sentidos, cabe, então, ao jornalismo, representar de forma mais complexa. Essa representação mais complexa esbarra, entretanto, na experiência colateral acionada no processo de significação do jornalismo. Em Peirce (Oliveira, 2015), a experiência colateral refere-se aos acionamentos de significados que estão relacionados a um contexto específico, permitindo a compreensão de um signo de certa forma – não deve se confundir o conhecimento colateral com o conhecimento do código em si, que é a base da significação (Oliveira, 2016). Cada mente interpretante possui suas próprias experiências colaterais. No jornalismo, como uma mente interpretante dos eventos, as experiências colaterais são acionadas para representar e significar as notícias. No entanto, devido à velocidade e à forma de produção das notícias, a complexidade da contextualização de um acontecimento ou objeto pode se perder no

processo. As sobras não representadas no signo/notícia, na semiose da notícia, podem ser representadas por outros agentes a partir do ciberacontecimento, definido como:

[...] acontecimentos que só são possíveis, se materializam e, do ponto de vista da linguagem, afetam mentes interpretantes, pelo advento das redes sociais digitais; uma imagem registrada por um dispositivo móvel pelo participante de um protesto de rua e compartilhada em plataformas como YouTube, Facebook ou Twitter. (Oliveira; Henn, 2014b apud Oliveira, 2015, pág.9.)

Os ciberacontecimentos, colocam em xeque a representação feita do objeto no signo/notícia. O jornalismo, pela outorga histórica de produzir representações sobre os campos sociais (Franciscato, 2005), almeja para si o estatuto de representante por meio do signo imediato que produz, enquanto ignora as outras afetações, significações e partes integrantes do objeto dinâmico. Essa compreensão é essencial para dimensionar a crise contemporânea do jornalismo que, diferentemente de crises anteriores, pautadas pelo avanço tecnológico e ancorada por bases materiais do exercício da profissão, agora, se vê constituída em função de representação – não – produzida por si sobre os acontecimentos (Oliveira et. al, 2020). Ou seja, o jornalismo se vê contestado pelas sobras que, se uma vez não tinham outras formas de chegar à superfície de conhecimento público, agora, irrompem na superfície de acontecimentos, gerando produções alheias a ele.

Essa problemática pode parecer, logo de cara, relevante apenas em termos de afirmação do campo profissional – como de fato é. Mas também suscita questões ainda mais profundas do que a capacidade de ser visto pelo público como um sistema produtor de conhecimento sobre a realidade e, conseqüentemente, autorizado a representar e mediar, na forma de um signo/notícia, os acontecimentos do mundo. O jornalismo, quando se vê diante de uma crise sobre o que produz e produziu historicamente de significados, mais que o perigo de perder a outorga sobre a representação do mundo, precisa correr contra o tempo e buscar vencer as limitações na complexificação das representações sobre o Outro. Arriscando, do contrário, estar fadado muito além do descrédito, à obsolescência.

### 3 O OUTRO (NÃO) NARRADO PELO JORNALISMO

“[...] será que uma vida indígena vale 8 reais?”

(Cartas, 2020)

No jornalismo, entender o Outro, se aproximar do Outro, é uma ferramenta imprescindível para a representação da realidade que se almeja no discurso do campo. O jornalismo, sendo sinônimo de muitas vozes, busca colocá-las o mais próximo possível do que são em realidade. De acordo com Lago (2014), é insuficiente simplesmente apresentar as informações consideradas de interesse público, visto que, enquanto um ato social inerente ao sistema democrático, o jornalismo possui a responsabilidade moral de evidenciar a diversidade de opiniões presentes na sociedade.

A partir de Neveu (2005 apud Lago, 2014), entende-se que a prática desse tipo de jornalismo só pode ocorrer se assentada em três suportes, sendo eles o Estado, a introdução de saberes científicos no debate público e o pluralismo. O pluralismo será um dos elementos mais importantes que, para ser executável, demandará do jornalista perceber a construção de Si e do Outro, a fim de que possa narrar a alteridade. Narrar o Outro prescinde, portanto, perceber também a si.

Acontece que, na prática, a apreensão e narrativa desse Outro, não é tão simples. Primeiro pelo fato de que, ao tentar compor narrativamente a alteridade, é muito comum que o jornalista caia em um reducionismo ao tentar ser didático ou opinativo, por exemplo. Além disso, é comum e de interesse do jornalismo, muitas vezes, que experiências que não fazem parte da paisagem cultural já estabelecida (“o Mesmo”) sejam escanteadas, quando não compostas a serem vistas como narrativas exóticas ou inimigas (Lago, 2014).

Essa ideia é também similar ao que Lotman entende como parte consequência do processo de formação de uma semiosfera. Entendendo, então, que, para a construção de uma identidade própria e homogeneidade do espaço semiótico, é preciso que se construa a ideia do Outro, afinal é isso que delimita a própria semiosfera. Quando esse inimigo necessário à delimitação da semiosfera não existe, ele é inventado. Não obstante, essa ideia também está presente dentro da própria semiosfera que, em seu núcleo, reproduz discursos muito específicos, enquanto coloca à margem ideias, sujeitos e narrativas que não gozam de valorização social (Américo, 2017).

No capítulo anterior falamos sobre como apreendemos e somos afetados pelo mundo e como o jornalismo, por meio da linguagem, busca representá-la. A dificuldade de captar os

objetos do mundo em sua completude é o que dá lastro também à dificuldade de apreensão do Outro. Se, por um lado, a alteridade é o que permite ao jornalismo recobrar a credibilidade de representação da realidade no mundo contemporâneo, por outro, ela não é uma ação simples de ser praticada no dia a dia da profissão.

## 2.1 O OUTRO ANIQUILADO

É latente, em especial na atualidade, a necessidade de estabelecer relações que ecoam e reforçam para Si aquilo que se acredita ser o correto, moral, valorizável e seguro, enquanto se colocam como inimigas ideias de um Outro estrangeiro, animalizado, desfigurado e, até mesmo, inexistente. Um Outro criado para ser aniquilado.

Ao longo da história humana, alguns exemplos de tal aniquilação se fizeram marcantes e rondam, ainda hoje, um imaginário de horror. Ou, infelizmente, muito mais que o imaginário, tal horror regressou ao presente para além dos debates históricos, mas no noticiário do dia a dia. Para Patrícia Campos Mello (2019), tal comportamento, na configuração contemporânea das sociedades midiáticas, reflete-se na fabricação de estrangeiros a partir de milícias digitais. Para a jornalista — que também foi vítima desta “estrangeirização” ao sofrer ataques pessoais no exercício de seu trabalho —, demonizar pessoas de grupos distintos é, acima de tudo, presentemente, uma tática política. Reúnem-se, assim, a partir de uma pretensa visão homogênea de sociedade global, valores que representam ressentimentos daqueles que veem no Outro a perda de lugares de prestígio, segurança, alguns privilégios ou possibilidades, certa comodidade histórica e a sensação de injustiça e desesperança (Mello, 2019).

Demonizar e culpabilizar tais estranhos é uma forma de ação política populista para reunir um grupo em torno de uma ideia comum. Essa estratégia, que não nasce com as redes sociais digitais, ganha com ela, no entanto, novos contornos. Se por um lado, a tática se mostrou eficiente em eleger, em diversos países, figuras de extrema-direita, além de contribuir para um cenário de desinformação, por outro, aponta Mello (2019), a condescendência de lideranças progressistas em taxar quem se alinha a tais ideais como figuras “racistas”, “ignorantes”, “fascistas”, entre outros adjetivos pejorativos e rasos, é a raiz da paisagem desta configuração.

Tal equiparação tem suas ressalvas, por óbvio. A maior delas, a de que as milícias dos políticos populistas se armam de aparatos tecnológicos para disseminar em larga escala *fake news*, notícias enviesadas e articulações de campanhas por meio de *bots* de *WhatsApp* e *trolls*

em redes sociais como *Instagram*, *Facebook*, *X*<sup>2</sup>. Para Mello (2019), pouco ou quase nada dos ataques e discursos midiáticos direcionados aos estrangeiros fabricados são orgânicos. São, ao contrário, armas utilizadas na batalha do discurso político que a autora vê, a partir do teórico da comunicação Marshal McLuhan, como narrativas midiáticas.

Tais narrativas também podem ser equiparadas aos ciberacontecimentos, àqueles cuja determinação e propósitos nascem muito imbricados com o seu próprio acontecer e desenrolar público. Os ciberacontecimentos se utilizam de tais estrangeiros fabricados para serem veículos das ideias de um grupo de interesse. Na corrida em busca do melhor holofote, pode ser que se ganhe visibilidade para um tema ou acontecimento, mas se “ganha”, por outro lado, também, muitas das vezes, espetáculos de preconceito e diversas outrofobias (Castro, 2015).

Para Martino (2016a), a potência da alteridade está contida nas mídias digitais, que colocam o Outro disponível em escala planetária. No entanto, o impacto disso é menos afirmativo e bastante calcado na eliminação do que é diferente. As mídias digitais, espaços de potência da alteridade, configuram-se, portanto, em ambientes que estimulam uma postura diante do Outro de hostilidade e indiferença. Isso se dá porque não há uma efetiva criação de conexões no ambiente digital. Tais redes, pelo contrário, privilegiam e reforçam os laços já existentes. Têm-se aí descentralização, não abertura; redundâncias, não novidades. Cenário que favorece a exclusão da diferença.

Existem ambientes de conexão nas mídias digitais, aponta Martino (2016a). Contudo, o propósito do autor vai ao encontro do reconhecimento da desconexão com a alteridade existente nas redes, entendendo que a tolerância — ato de, ao menos, suportar a existência do diferente — é imprescindível para o exercício democrático. A alteridade, menos que tolerada, nesses espaços, é também ignorada.

Essa forma de relação com a alteridade também se vê presente nas produções jornalísticas diárias. Fabiana Moraes (2022, pág.19) defende que “a notícia diária é fortemente o veículo de difusão de um conteúdo outrofóbico” e vê na pauta uma arma de combate de tais outrofobias, além de uma ferramenta de produção tanto profissional, quanto reflexiva, que permite articular novas formas do fazer jornalístico, por meio de técnicas mais abertas e críticas à dimensão ideológica e social da profissão.

---

<sup>2</sup> *Bots*, abreviação do termo robô em inglês, são softwares criados para realizar tarefas automáticas na internet que, tanto podem ter fins benignos, como execução de tarefas de forma rápida e eficiente, quanto podem ser usados para disseminar desinformação e manipular redes sociais. *Trolls*, por sua vez, se refere a pessoas que praticam o ato de “trollar” na internet, ou seja, provocar ações de indignação e conflito entre outros usuários.

Dentre as várias referências e conceitos em relação à alteridade trazidos por Moraes (2022), acreditamos que outrofobia (Castro, 2015), corporifica bem a ideia de um Outro aversivo e, por isso, passível de ser menosprezado, aniquilado — quando não literalmente, discursivamente — em especial pelas produções jornalísticas, quando se vê falsamente representado ou, até mesmo, ausente em qualquer produção.

Sodré (2004) aponta que, na sociedade contemporânea, existe um neo-racismo, que já não é baseado em formas tradicionais de exclusão do Outro (geralmente negro ou migrante) com base na raça ou sangue. Agora, ao contrário da valorização da “raça” e do “sangue”, há uma operação retórica no discurso pós-moderno mais sofisticada, que abraça a diferença e a valoriza. Porém, essa “valorização” coloca a diferença como algo a ser integrado de cima para baixo. Na Antiguidade, menciona Sodré (2004), o estranho era algo abraçado por algumas comunidades. O autor cita passagem da *Odisséia* (Canto VIII), em que o rei dos feácios recepciona Ulisses, encontrado despido na praia. Ali, o estrangeiro, o desconhecido, é visto como uma porta de entrada para o processo de descoberta da verdade.

Agora, contudo, a lógica é a de abominação do Outro, e por mecanismos e estratégias mais sutis e sofisticadas. Sodré (2004) teoriza que existem forças sociais de coesão entre determinados grupos que mantêm a “igualdade” entre eles. As representações racistas, nesse sentido, são base dessa forma de civilização. A própria construção de uma cultura ou civilização é o que a faz ser resistente à reforma. “Não se trata, portanto, de nenhuma comunidade real, mas de afetos instituídos pelo racismo ou pela exclusão do outro” (Sodré, 2004, pág.185). A consciência racista, ainda que seja algo bastante individualizado, opera numa lógica de comunidades percebidas a partir de representações comuns. Como construímos comunidades homogêneas, civilizações, grupos culturais é, ao fim e ao cabo, fruto de uma lógica racista e de exclusão do Outro.

Tal relação de aniquilação, em contornos mais “aprimorados” pode surgir em relações outras de subjugação, como a relação entre um “Eu” masculino e um “Outro” feminino. Simone de Beauvoir se dedicou a entender as questões de opressão das mulheres a partir filosofia existencialista e formula, em *O Segundo Sexo*, que a identidade da mulher é vista como um Outro em sentido negativo. Para a filósofa, a tendência histórica é a de criação de hierarquias e de categorias humanas, em que umas se veem privilegiadas em detrimento a outras, oprimidas (Felden, 2021).

No caso da alteridade feminina, a reciprocidade — a capacidade de olhar o Outro influenciar a capacidade de olhar a Si — é negada. Nesse contexto, o homem, ainda que dependa da mulher em diversos aspectos — de reprodução da vida por meio do cuidado, por

exemplo, — não vê nisto uma motivação para a libertação social feminina. O trabalho de Simone de Beauvoir exemplifica um esforço de busca pelo cerne da opressão de uma categoria historicamente relegada a uma eterna alteridade em desvantagem. E, ainda que seus estudos indiquem caminhos de compreensão de tal subjugação, a superação do estigma e sujeição, infelizmente, não se fizeram presentes desde sua formulação.

## 2.2 O OUTRO INALCANÇADO

Definimos quem somos a partir do Outro. É a partir do estrangeiro, do diferente, desigual e do distinto que percebemos, formulamos e criamos discursos sobre nós. Mesmo que na maior parte das vezes não nos demos conta, definimo-nos em relação ao outro quando perguntados — “sou filha de fulano, neta de sicrano” —, e raramente conseguimos exprimir e definir a nossa essência fora dessa relação. Ainda que usemos adjetivos para isso, eles vêm sempre na esteira de experiências passadas que nos fizeram perceber tais elementos e características próprias, na grande maioria das vezes, em comunicação e relação com o Outro.

Para o filósofo Jean Nabert, que formula questões sobre a (in)comunicabilidade e a relação com o Outro, a alteridade é constitutiva de todos os sujeitos (Meireles, 2021). O autor dirá que a solidão se apresenta como algo além da mera ausência de semelhantes e que tal ideia demonstra a falibilidade de pensar que o ser humano é autossuficiente e não um ser que precisa dos demais. A presença do Outro, desse modo, é mais que um mero alargamento de quem somos, mas também parte de quem somos, uma vez que permite nos colocarmos vigilantes sobre a nossa própria consciência.

Definimo-nos como seres independentes individualmente, mas — para além de algumas independências pragmáticas necessárias da vida cotidiana —, somos seres essencialmente dependentes uns dos outros. Não em sentido negativo, mas em sentido constitutivo: precisamos do Outro, contudo, rechaçamos, não apenas o Outro, mas, acima de tudo, esta necessidade basilar e primordial do ser.

A noção de solidão em Nabert também é importante para pensar a relação entre um Eu e um Outro e surge, não pela ausência do segundo, mas pela ausência de reciprocidade. Por isso, é perfeitamente possível estar na solidão, mesmo na presença de outros. Inclusive, é possível pensar nos impactos que a privação do Outro opera sobre os sujeitos e sua constituição de si, como em casos que desencadeiam exclusões sociais radicais e colocam em exposição um adormecimento das consciências do si, uma vez que o Outro é quem traz o apelo à minha própria consciência (Meireles, 2021).

Prisões, exclusões sociais frutos do encarceramento, pandemias que colocam a imposição do isolamento. Todos servem para pensar esse adormecimento de consciências cujos impactos ainda não estão bem delineados, mas que, sem dúvidas, apontam para um cenário de extrema solidão. Além da privação da alteridade em contextos como estes, estar privado do convívio com o Outro distante em termos culturais e sociais provoca um tipo de adormecimento da consciência sobre si-mesmo e coloca o questionamento e a angústia de pensar sobre quais resultados surgiriam de tais interações. Jamais saberemos, neste contexto, qual o resultado de duas alteridades tão distantes em contato, uma vez que essa interação não se concretizou efetivamente.

Nabert ressalta que, além do Outro-indivíduo, também estamos em relação com Outros historicamente. Somos frutos deles e não há nada em essência que nos reste quando os resquícios dessa alteridade nos é retirado.

[...] se ele [o eu] tira de si tudo aquilo que não lhe pertence absolutamente de maneira própria, tudo aquilo de que ele corre o risco de ser privado a todo instante e do que ele será inevitavelmente privado algum dia, tudo aquilo que lhe foi anexado e que parece fazer parte de sua substância; se ele subtrai do seu sentimento do existente e de sua experiência de ser as recordações, os testemunhos do amor e o enriquecimento de si que ele adquiriu por sua familiaridade com as grandes obras do homem, ele recai imediatamente numa subjetividade cuja origem, cuja razão de ser, lhe escapam radicalmente (Nabert, 1962 apud Meireles, 2021, pág.113).

Stuart Hall (2008), por sua vez, define a identidade de um sujeito, pelo viés dos Estudos Culturais, destacando sua natureza construída, condicional e intrinsecamente ligada à diferença do Outro e à exclusão. No senso comum, dirá o autor, a identificação é construída a partir do reconhecimento de uma origem comum, características compartilhadas ou um mesmo ideal, formando a base de solidariedade de um grupo. Pela abordagem discursiva, a identidade é um processo em constante construção, nunca completo. Ela não é totalmente determinada e está sempre condicionada à contingência, envolvendo um trabalho discursivo que opera por meio da diferença. Identificação, portanto, é uma prática de significação por meio de um processo de articulação que nunca é completo.

A identidade precisa de algo que é deixado de fora. Se uma identidade consegue se afirmar, é, muitas vezes, baseada na repressão do que é externo, envolvendo um jogo de poder e exclusão. Hall (2008), sendo assim, constrói a ideia de identidade percebendo a importância do Outro, mas, ao contrário de Nabert, por exemplo, não como algo constitutivo, mas algo à margem do sujeito.

Em Nabert, a comunicação é, em um contexto primordial, absoluta entre consciências, mas se perde à medida que estas se individualizam. Segundo o filósofo, mais que a ausência



de reciprocidade, a solidão demarca o rompimento da comunicação (Meireles, 2021). Já para Paul Ricoeur, autor que também se dedica a entender a comunicação, por meio do discurso e das narrativas, a incomunicabilidade é a realidade, e a comunicação um acontecimento paradoxal, enigmático e maravilhoso que suplanta a ausência de comunicação. A solução da incomunicabilidade, para o segundo, está no discurso, que conjuga acontecimento e sentido (Meireles, 2021).

Tanto em Jean Nabert, quanto em Paul Ricoeur, existe, no entanto, conceitos que colocam como horizonte uma comunicação compartilhada, sem antes problematizar as dificuldades de seu alcance. Quando Nabert aponta a existência de uma comunicação absoluta das consciências, uma comunicação primordial à consciência individual, mas que não é linguística, dirá que estas duas consciências criam reciprocamente a noção de um si. Constituído um si, se cria também um problema: como colocar, agora, em relação duas consciências individuais e diferentes? Ou seja, caracterizamo-nos primordialmente, enquanto sujeitos, com o Outro, a partir de uma comunicação absoluta entre consciências e, então, definidos individualmente, dificultamos a relação de uma consciência com outra reciprocamente (Meireles, 2021).

Mas agora, como podemos ver, a dificuldade é maior. A comunicação absoluta não pode se estabelecer aos moldes de outrora, pois ao adquirirem a determinação da consciência reflexiva de si, as consciências individuais se especificaram e se diferenciam. Mas Nabert não abandonaria tão facilmente sua aposta no poder regenerador da comunicação: para ele, é preciso que a comunicação se renove, buscando recriar a unidade perdida, ainda que sobre novas bases. Ao fazê-lo, o próprio sujeito será beneficiado, enriquecido em sua interioridade (Meireles, 2021).

Como traz Meireles (2021), para Nabert, a comunicabilidade é a regra, enquanto o contrário, ocasionalidade. Para ele, a afirmação da unidade é o que faz vencer a incomunicabilidade e, ao contrário da ideia de que é preciso existir semelhança de crenças, a condição para a comunicação é mais a interrupção da inimizade entre consciências, o que permitirá sua restauração. Em Paul Ricoeur (Meireles, 2021), porém, esse horizonte não é compartilhado. Para o filósofo, não existe um momento em que a comunicação foi absoluta entre indivíduos, ao contrário, ela só é possível por meio do discurso, ainda que ele também, por sua vez, não seja intransponível em todas as circunstâncias.

Se a alteridade está contida em nós, como formulam tais autores, por que acreditamos ser tão difícil a apreensão do Outro? Pode ser, muitas vezes, angustiante não conseguir ver o mundo exatamente como o Outro vê — ou como somos vistos pelo Outro e vice-versa. No jornalismo, especialmente, ao menos a tentativa dessa apreensão é fundamental para o exercício da alteridade.

Freitas e Benetti (2017) discutem o papel do Outro no jornalismo, quais as formas de construir sua identidade e, de forma única, como é possível constituir um “eu” conjuntamente com o Outro. Partem do pressuposto de que o jornalismo tem funções mediadoras e, pelas formas de narrar os fenômenos, “nos permite conhecer o meio em que vivemos e as pessoas que o habitam” (Freitas e Benetti, 2017, pág.11), produzindo conhecimentos sobre as diferenças e semelhanças entre os seres humanos. A partir de Lago (2014) e Reginato (2016), defendem que é papel do jornalismo reconhecer a alteridade, a fim de que possa dar a ver a diversidade do mundo e opiniões na sociedade. Tendo como base a fenomenologia em Merleau-Ponty, dirão que é por meio dos fenômenos do mundo que a alteridade se expressa, na tríade mente, corpo e mundo e, podemos captá-las, por meio da percepção, que também será ponto-chave de compreensão do próprio “eu” no mundo (Freitas e Benetti, 2017).

A forma particular de perceber os fenômenos do mundo faz com que hajam diversos pontos de vista sobre ele e que, também, a tendência de reduzirmos os fenômenos às nossas experiências. Mas o jornalismo permite ao público conhecer parte do mundo, se posiciona em um lugar específico nesse jogo de representação da alteridade, visto que a figura do repórter organiza experiências coletivas dentro da posição discursiva do jornalismo, além de que, o próprio jornalismo, enquanto instância do conhecimento, insta o seu público a não reduzir o mundo à sua experiência (Freitas e Benetti, 2017).

Interessa-nos, em particular, perceber como o jornalismo faz tal representação da realidade e do Outro por meio da narrativa. Especialmente por ser uma perspectiva consolidada de elaboração entre dois conceitos — alteridade e narrativa —, essa conjunção permite pensar as portas de acesso ao Outro possíveis e escopos afetivos de construções e apreensões da realidade por meio do jornalismo.

### 2.3 O OUTRO NARRADO

A narrativa, enquanto um ato comunicacional essencial humano, não envolve apenas transmissão de informações, mas é parte fundamental da criação de vínculos, compreensão do mundo e da realidade e apreensão da alteridade (Martino, 2016b).

Ainda que questione a abertura para a alteridade em lugares como as mídias digitais, Martino (2016b), ressalta a importância das narrativas como possibilidades afetivas de criação de vínculos com o Outro. Para o pesquisador, se o jornalismo é um dos meios preferidos para contar histórias na modernidade, a narrativa jornalística pode oferecer uma perspectiva diferente sobre aspectos da realidade. Além da criação de vínculos, a narrativa

também conforma identidades e comunidades e, enquanto os estereótipos são uma forma de economia cognitiva para pensar o Outro, as narrativas podem configurar uma experiência estética mais complexa. Nesse sentido, a narrativa permite conhecer e classificar a alteridade, mas também é um espaço oportuno de encontro com ela.

Paul Ricoeur, que também vê a narrativa como um ponto importante de entendimento sobre a alteridade, estava interessado em conhecer os elementos da intriga a fim de compreender tempo e narrativa. Esta é, para o autor, uma forma de transformar o tempo em tempo humano e é por meio dessa articulação que se evolui para uma existência temporal. “Para explorar essa relação, o autor trabalha na articulação que denominará de tríplice mimese. A solução para o problema da mediação entre tempo e narrativa estaria, segundo ele, no papel da tessitura da intriga no processo mimético” (Horn, 2017, pág.20). Contudo, Ricoeur, não vê a mimese feita pela narrativa como uma mera repetição da realidade, mas diz que “[...] a narrativa se refere à realidade não com o objetivo de refleti-la tal e qual, mas para lhe dar um novo significado, é porque faz uma nova leitura do mundo que envolve os receptores, os quais não apenas captam o enredo, mas recriam situações e comportamentos” (Horn, 2017, pág. 21). Ou seja, ela produz algo a partir da tessitura da intriga, em três fases.

Na primeira fase, tem-se a concepção de que, se algo pode ser narrado, é porque existe um mundo simbólico pré-existente, isto é, algo prefigurado, que não está tão atrelado ao que possa existir de novidade da narrativa, mas às ações dela que expõem regras, normas e símbolos (Horn, 2017). Compreendendo-a de forma diversa a partir de tais normas, é que surgirá a fase II da mimese, agora relacionada a algo configurado. Nesse momento, para Ricoeur é que existe a mediação por meio da tessitura da intriga (Horn, 2017).

Podemos traçar um paralelo, a partir da concepção de mediação por meio dessa tessitura em Ricoeur, com a mediação feita pelo signo em Peirce. Ao passo em que transmutada no signo, a realidade necessita e pressupõe, ao mesmo tempo de símbolos pré-existentes, também, adições de elementos possibilitados pela semiose produzida na mente interpretante.

Contudo, a mediação da tessitura em Ricoeur, se coloca em uma dimensão distinta dos objetos dinâmico e imediato para a semiótica, transposto — unicamente o imediato — na forma do signo. Partindo dos agenciamentos de fatos e organizando-os de forma inteligível, a tessitura extrai de uma sucessão de fatos uma nova configuração, colocando o “todo” de forma única, misturando elementos diversos e transformando-os em história (Horn, 2017). Ao passo que, para a semiótica Peirceana, a “totalidade” de um fenômeno jamais será captada no

signo, além de que não existe a preocupação explícita com uma cronologia e uma história a partir de acontecimentos.

Há para Ricoeur, ainda, uma terceira etapa da mimese: a da reconfiguração. Nela haverá a transposição do mundo do texto ao mundo do leitor. “Nesse momento, o leitor faz a refiguração da obra ao entrar em contato com o mundo configurado do autor. Para isso, toma como referência o mundo prefigurado” (Horn, 2017, pág. 22). Ainda que pareça, essa ação não é passiva do leitor diante do texto, mas recria a segunda fase. Essa formulação é pensada também em alguns pesquisadores do jornalismo que veem nessa fase uma transposição das formas de saberes e no narrar o presente do jornalismo.

Luiz Gonzaga Motta é um dos autores que destaca a importância da recepção na configuração da narrativa no jornalismo. Para ele, é nessa fase em que se pode extrair os sentidos e conhecimentos do tempo presente no discurso narrativo. A narrativa, para Motta (2005, pág.3), é uma forma de traduzir o conhecimento objetivo e subjetivo em relatos, enquanto a narratividade, uma “qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação”. Para o autor, que também se alinha à ideia de que a criação das narrativas são impulsos humanos a fim de construir a si mesmo e as relações com outras pessoas, ela é também uma forma de ser um eu com presente, passado e futuro. Articulando, assim, a temporalidade, como em Ricoeur. A narrativa está, portanto, por meio da sequencialidade, intimamente ligada ao tempo, porque cria relações de continuidade e descontinuidade e, por meio do jornalismo, diversas formas de efeitos de sentido (Motta, 2005).

No jornalismo contemporâneo, para Resende (2007), existe uma espécie de paradoxo entre um avanço tecnológico que supostamente amplifica e diversifica as vozes no debate público, mas que também passa, simultaneamente, por um velamento das diferenças. O autor pontua uma evidente polarização e pulverização de falas que se tornam submetidas ao apagamento. Nesse sentido, a tecnologia desempenha papel de decifradora e mediadora do mundo, ao contrário do signo e, nessa relação complexa entre tecnologia, homem e imagem, constitui-se uma realidade simplificada e menos complexa do mundo, em que os indivíduos anseiam por compreensões rápidas e fáceis da realidade e do Outro. Tal ideia, similar ao que propõe Martino (2016a) no contexto das mídias digitais como ambientes falsamente propícios para a alteridade, expõe uma produção de diferenças que ganha lastro em formas também rasas de produzir conhecimento no jornalismo.

A velocidade de apreensão do Outro nas mídias digitais, por exemplo, também pode limitar o discurso sobre uma identidade. Ao tratar sobre os estereótipos em Lippmann (2008

apud Martino, 2016a, pág.6), pode-se perceber como ambientes de alta velocidade — como as mídias digitais — além de limitarem a alteridade, proporcionam uma relação de fixação entre “os atos significantes de um indivíduo e o significado atribuído a partir disso”. Ou seja, também podemos relacionar essa limitação com o que se vê representado de um objeto no signo, como eles se mostra para nós, e todas as outras possibilidades de representações presentes no objeto dinâmico que, não ganhando o estatuto de objeto imediato no signo, deixam de ser uma realidade possível na mente interpretante.

Resende (2007) ainda destaca a existência de uma conexão entre o poder coercitivo da contemporaneidade estar atrelado a um poder libidinal. Para o autor, determinadas audiências do jornalismo se veem reféns de sua capacidade de melhor produzir textos e imagens. Essa produção, no entanto, nem sempre contempla a alteridade como deveria. Ao contrário, em muitas das vezes, se prioriza a fala do objeto em detrimento ao objeto da fala (o Outro). “Falcão — Os Meninos do Tráfico”, documentário que retrata a vida de jovens traficantes e é apresentado pelo rapper MV Bill, é trazido como exemplo em Resende (2007) para evidenciar as perspectivas e angulações sobre a alteridade que poderiam ser melhor expostas a fim de uma apreensão narrativa com maior verossimilhança — ou, como visto pela semiótica, sem produzir signos degenerados. Resende (2007, pág.9) aponta em sua crítica o caráter libidinal de uma produção que produz imagens redutoras da realidade complexa do Outro, assim, “[...] ainda que nos seja anunciado que conheceremos a realidade do tráfico à luz dos olhos de quem o vive, descobrimos que prevalece o olhar de quem recorta e produz as imagens que veremos”.

Por isso a importância, ressalta Resende (2007), de compreender os diversos modos de narrar um acontecimento, em especial quando se trata de alteridades historicamente estigmatizadas e sobre as quais já recaem estereótipos que as categorizam e simplificam. Representações distorcidas ou que trazem um pretense discurso de fala do objeto em sua totalidade e que levantam unicamente preconceito, falas chocantes ou notícias de reforço do estigma nos colocam um processo em que “[...] impotentes diante de uma realidade tão distante do que somos ou desejamos, ficamos sempre fadados ao pânico ou à indiferença” (Resende, 2007, pág.92).

Nesse sentido, Moraes (2022, pág. 40) também aponta, no contexto das representações de pessoas nordestinas ou negras no noticiário brasileiro, por exemplo, que essa forma de cobertura hierárquica sobre o Outro, deixa de visibilizar partes importantes, além de que “[...] são estratégias de manutenção de poder: é preciso mostrar a debilidade de uma população para poder elencar continuamente quem serão os heróis para salvá-la”. Tais

modos de olhar — e não olhar — nas narrativas jornalísticas são resquícios coloniais que organizam as formas de produzir do campo e que ainda se mantêm enraizados no fazer jornalístico que desumaniza.

Lobato e Lobato (2018) também articulam pensamentos a partir da narrativa de alteridade, formulando a ideia da necessidade de um olhar desinstrumentalizado sobre o Outro na prática jornalística que se almeja apreender a alteridade. Isso decorre do fato de existir um olhar para o Outro, muitas vezes, que apenas o reconhece enquanto um objeto de consumo midiático ou instrumento para gerar interesse. A discussão levantada pelos autores explicita a necessidade de uma abordagem que supere uma lógica utilitária da alteridade e que, ao narrar sobre o Outro, adotem-se estratégias mais empáticas, testemunhais e afetivas.

O jornalismo, nesse contexto, é uma das formas de se evitar a instrumentalização sobre o Outro e, a narrativa de alteridade, uma forma de ultrapassar a mera exposição de falas, mas ir em busca do dialógico, o que reconhece o Outro como sujeito, não como objeto. A atenção deve estar também sobre produções que pretensamente humanizam, contudo, produzem, no fim das contas, representações que não condizem com realidades diversas, em especial as de exclusão e abandono (Lobato e Lobato, 2018).

As dificuldades encontradas e possibilidades relacionadas à apreensão do Outro, no entanto, podem ser tratadas também a partir das brechas do discurso: formas de predispor o encontro com o Outro (Resende, 2009). Encontro esse que Lago (2014) entende como “a possibilidade de acolher narrativamente a alteridade” e seria possibilitado pelo reposicionamento do jornalista, abandonando o que Resende entende como “texto-cego” que só reforça ideias já existentes sem criar novas.

O jornalista, como um dos protagonistas do ato, quando se reposiciona no lugar de humano, cria possibilidades de encontro. Articulando-se no tecido da vida, ele deixa, através do texto, de ocupar o lugar de dono da lei, para tornar-se um observador, tanto o é aquele para quem escreve. Ainda que seja dado ao primeiro o privilégio da escrita, ele não faz sua a voz do Outro e nem se propõe, tão somente, a parafrasear suas fontes, como acontece com o texto jornalístico que nada mais faz do que obedecer a regras do discurso dado como legítimos (Resende, 2009, pág.38).

Essa forma do jornalista de se colocar também como sujeito, pode-se dizer, é uma maneira de incorporar a sua subjetividade como ferramenta de aproximação com o Outro, afinal elementos individuais também podem ser coletivos. Além disso, ao afirmar, compreender e deixar à mostra a identidade de quem o produz, o discurso jornalístico se torna mais sincero e transparente, porque reconhece que há um Outro. Essas questões trazidas por Resende e Lago, são fundamentais para entender melhor como trabalhar em um espaço de construção de narrativas, o jornalismo, que é muito excludente. Tanto para quem consome e

não se vê representado, quanto para a classe de produtores (jornalistas), que continuam reforçando a ideia do Mesmo, seja mediante ideias que reproduzem, seja a partir de uma única identidade que lhes é permitida.

O jornalismo, enquanto um exercício de produção sobre o social e que, configura diversos tipos de representações sobre a realidade e sobre o Outro, tem sobre ele o poder de mediar de forma, não apenas responsável e ética, mas também complexificada, afetiva e, principalmente, qualificada (Oliveira, 2016).

Nesse contexto, não é possível pensar um jornalismo afetivo, que busca formas narrativas de aproximação e apreensão do Outro, sem questionar a objetividade que recai sobre o exercício da profissão. Cremilda Medina (2008, pág. 19) aponta que os ideais positivistas do século XIX marcam, ainda hoje, o fazer da profissão e são avessos “à visão de mundo que emerge na crise de paradigmas e restaura a imaginação poética”.

Já Moraes (2022), que também incorpora os pensamentos de Medina (2008), questiona como é possível se manter imparcial diante das mazelas que atingem o Outro, e denuncia que este ideal de objetividade serve, na verdade, para manter princípios hegemônicos, uma vez que não servem para dar a ver a complexidade de representação sobre mulheres, negros, nordestinos, migrantes, LGBTQIAP+, pobres, etc. Essa neutralidade performativa apenas valida o comum dos discursos preeminentes. Por isso, Moraes (2022) defende o conceito de jornalismo de subjetividade como uma forma de ressignificar o próprio uso da palavra — subjetividade —, constantemente vista como uma película que se interpõe entre a realidade pura, objetiva, verdadeira e uma representação imaculada, possível apenas por meio da objetividade, neutralidade e, acima de tudo, impessoalidade.

Falar em jornalismo subjetivo, então, para a autora, é demarcar a posição do onde se diz e o senso crítico sob o qual, imprescindível para a prática jornalística, se deixa ver e ser consultado de forma transparente por quem acessa as mediações do jornalismo e do jornalista. É não recair sobre um ideal binarista de mundo, mas partir de procedimentos que visibilizem a complexidade dos fenômenos e que, rotineiramente, são silenciados. Para além de ver a subjetividade no jornalismo como um mero ponto de vista de quem produz, edita, expõe matérias, notícias e reportagens, é também agir reflexivamente sobre os critérios de escolha de fontes, personagens, especialistas, enfoques, entre outras decisões diárias de quem produz. É pensar, também, sobre a própria forma de produção de subjetividades e como ela afeta a área de conhecimento do jornalismo.

Quero dizer que é na subjetividade, sempre individual e sempre coletiva, que estão presentes valores, pré-conceitos, medos, outrofobia; é nela quem também repousam o racismo, o classismo, o elitismo, a concepção do conhecimento que deve ser

cortejado e do conhecimento que deve ser descartado. Assim, a crítica à negação da subjetividade deve ser compreendida também como uma crítica a novas e sucessivas tentativas de recalcar, no jornalismo, um traço inerente à formação social brasileira (e o entendimento de que essa negação somente adiciona mais camadas à violência cristalizada). Ela nos impede de falar, encarando o espelho, em uma democracia que supere uma concepção burguesa e limitante, democracia que na verdade sempre permitiu — e permite — o extermínio de populações não brancas e não proprietárias. (Moraes, 2022, pág. 103)

Ao contrário do que se pensa de que é sempre no Outro que repousa o questionável, é no eu que o jornalismo, quando encara a subjetividade, pode revelar suas limitações e posições de produtor e, incorporando ao invés de reprimindo, pode produzir conhecimentos que lidem com questões historicamente recalcadas. Fernandes (2006 apud Horn, 2017, pág. 29) também aponta o poder da subjetividade na construção narrativa. Ele formula o papel do jornalista-narrador como um importante elemento na mediação, ainda que, em prol da objetividade, muitos textos jornalísticos busquem apagar a presença de quem produz essa narração. Para o autor, a estratégia textual de propor uma tessitura mais complexa, ainda que não revele a presença de quem conta a história diretamente, “[...] ao observar e contar uma história, deixa transparecer a contradição das versões, sem ele próprio precisar apresentar uma”.

Mais do que falar ou dar voz para o Outro, incorporar a subjetividade de forma justa pode também ser um caminho de apreensão afetivo das demandas de representação da realidade e da alteridade. Pensando no caráter testemunhal no jornalismo, Resende (2016) assinala como os testemunhos podem ser experiências sensíveis para caracterizar um acontecimento no jornalismo. Na teia de relatos que conformam as narrativas da profissão, o teor testemunhal dessa tessitura posiciona os fenômenos do mundo em sua dimensão complexa, profunda e sensível de contar as histórias.

Em síntese, explorar e incorporar a subjetividade nos processos jornalísticos revela uma perspectiva transformadora que desafia questões historicamente concebidas sobre o papel da profissão, a forma de exercê-la e os métodos de incursão sobre a alteridade. Expõe as lacunas do reconhecimento sobre nossas dificuldades, sobre nossas (im)possibilidades, sobre nossas faltas ou nossas potências. Pensar novas produções de sentidos sobre o Outro e, principalmente, com o Outro são urgentes, já que “mesmo que queiramos contar histórias alheias, terminamos sempre contando nossa própria história” (Zambra, 2014, pág.). A abertura para a Outro que não passa por reconhecer que antes há um sujeito que articula e é articulado pelas posições que ocupa, não pode pretender formular realidades verossímeis, justas e acertadas sobre quem quer que seja.



## 4 O ACONTECIMENTO COVID-19

“Na vila, a gente vive pelo destino e pelo dilema: de se expor e contar com a sorte, ou não se expor e morrer de fome.”

(Cartas, 2020)

*Pandemia.* Eu lembro de escutar essa palavra pela primeira vez em uma aula de biologia do ensino médio. Ela não vinha sozinha, vinha acompanhada de suas irmãs: endemia, epidemia, pandemia. Lembro de como elas me soavam distantes, sem muito significado. Lembro das artimanhas que fazia para memorizar suas diferenças. Endemia, local. Epidemia, regional. Pandemia, mundial.

Sempre me pegava entre endemia e epidemia. Não entendia. Pandemia parecia algo maior, mais distante, mais raro e único, mais fácil de se lembrar. Mas ainda eram só palavras em um quadro branco. Podia ser qualquer palavra, qualquer explicação, bastasse a recordação na hora da prova, que relacionasse as colunas corretamente.

A explicação sobre pandemia nunca vinha acompanhada de como viver uma, não era necessário. Essas coisas não acontecem mais. É uma palavra que não faz sentido fora dos livros de história do século XX para trás. É uma palavra que não se fala em mesa de bar, em jantar de família, em rede social, no noticiário das 6h — ou das 7h, das 8h ou das 10h.

Pandemia, a partir de 2020, deixou de ser só palavra. Pandemia ganhou o estatuto de acontecimento e, com todas as nuances que uma ocorrência pode ter sobre os sujeitos, poupou poucos. Pandemia já não servia para passar no teste de biologia, mas ainda implicava desafios tão grandiosos quanto. O ato de contar se fez imperativo. Contar os dias desde o início. Contar os casos confirmados. Contar os hospitais lotados. Contar os medos e as incertezas, as faltas de conhecimentos suficientes para transpassá-la. Contar as notícias diárias. Contar as máscaras usadas. Contar as videochamadas diárias. Contar as saudades acumuladas. Contar os mortos e contar ansiosamente os dias até o fim.

Ela só chegou ao fim três anos depois do seu início, em 5 de maio de 2023, e o que antes já havia sido palavra-medo-acontecimento, virou memória. Mas não daquelas vívidas e frescas, cujos detalhes ficam como entalhes gravados em madeira ou material que o valha. A memória, como consequência do acontecer desta pandemia, é frágil. Se antes o desafio era puxar pela memória os mapas mentais coloridos no caderno de biologia para marcar a alternativa correta no teste, agora o desafio é de recobrar cada desdobramento do seu

acontecer, elaborar, processar e produzir um signo que dê a dimensão de um acontecimento tão único quanto grandioso. O que não é tarefa simples.

Cláudia Lago acredita que ainda não processamos a pandemia de covid-19 e o seu acontecer instaura mudanças drásticas. No entanto, ainda que tal crise deixe à mostra que o antigo está morrendo, o novo ainda não surgiu, e o que se coloca no vão são angústias e certezas que desmancham no ar (informação verbal)<sup>3</sup>. Poder-se-á dizer que a pandemia de covid-19 é algo recente, que não se pode olhar para um acontecimento tão próximo e tirar dele os diagnósticos mais acertados. Mas se é nomeando que é possível conhecer algo (Leal e Antunes, 2011), também é possível dizer que é olhando e buscando os sentidos sobre esse acontecimento, que se pode também nomear os sentimentos, implicações e construções que ele nos evoca.

#### 4.1 O PODER HERMENÊUTICO DO ACONTECIMENTO COVID-19

Se um acontecimento acontece, ele acontece a alguém (França e Lopes, 2017), mas é preciso pensar sob quais circunstâncias os fenômenos atingem as pessoas e quais consequências desencadeiam sobre suas vidas. O acontecimento covid-19 chegou primeiro ao Brasil como uma notícia distante, como um vírus que se notificava em Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, em 30 de dezembro de 2019 (PAHO, 2020). O vírus, que manifestava nas pessoas sintomas de uma gripe comum, podendo evoluir para uma síndrome respiratória aguda grave, era uma nova cepa do coronavírus — que seria designado, posteriormente, SARS-CoV-2 —, e até então não havia sido identificado em seres humanos.

Rapidamente, desde a primeira ocorrência em Wuhan, o vírus se espalha pela Ásia e demais continentes. Em 05 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde emite um alerta para uma “pneumonia de causa desconhecida” (Evaristo, 2022) e até o fim do mesmo mês, decretaria risco alto de epidemia. Enquanto milhares de brasileiros iam às ruas do país para festejar o carnaval, cerca de 34 brasileiros eram repatriados da cidade de Wuhan (Benites, 2020) e o Ministério da Saúde emitia alerta sobre os países asiáticos, enquanto monitorava casos suspeitos no Brasil, em São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 26 de fevereiro, na quarta-feira de cinzas que marca tradicionalmente o fim do carnaval, o primeiro caso da doença foi confirmado no país, em um homem de 61 anos que havia estado na Itália. Desde então, o acontecimento covid-19 passa a tomar forma, não mais

---

<sup>3</sup> Fala da prof<sup>a</sup> Cláudia Lago na palestra de abertura do 5º Seminário Discente do PPGCOM/UFRGS, FABICO, 27 de setembro de 2023.

como algo distante, mas uma realidade material que impunha precauções, desconhecimentos, medos e incertezas.

No Brasil, a primeira morte ocorre em 12 de março de 2020, ainda que só tenha sido oficializada meses depois, em uma tarefa que daria a ver as dificuldades de contabilizar as mortes sucedidas desde então. Era uma mulher da cidade de São Paulo, diarista de 57 anos, que havia viajado 25 km para visitar a mãe internada com pneumonia na cidade de Tatuapé-SP. Rosana Urbano morreu um dia após ver a mãe, quando passou mal e teve uma parada cardiorrespiratória (Collucci, 2022). A morte, no entanto, só seria confirmada em junho. Até então se tinha como primeira morte a de um homem, em 17 de março, confirmada em um hospital privado de São Paulo. A demora em relação à confirmação da morte de Rosada se dá devido ao atraso no envio dos exames confirmatórios ao laboratório que faria a análise (Lotufo, 2021). Se em hospitais privados tais resultados ficavam prontos em algumas horas, em unidades menos qualificadas a lentidão correspondia às desigualdades sociais implicadas no trato da doença desde seu princípio.

A vulnerabilidade em relação ao vírus a qual estão expostas populações periféricas coloca como pano de fundo também uma vulnerabilidade que não se limita como primeira ocorrência, mas é fruto de configurações histórico-sociais. Para Guedes (2020), a ideia de um vírus democrático se alicerça em um mito de democracia que, por sua vez, serve para dissimular raízes violentas que conformam tais democracias.

Ao nos referirmos a um “vírus democrático”, evidenciamos justamente a violência imposta por uma ordem democrática que carrega consigo a colônia. Operamos com um apagamento da diferença que nos constitui e que nos coloca riscos diferentes em um fato comum. Esse enunciado nos dá pistas sobre a noção de democracia que organiza o Estado brasileiro através de uma Constituição (Guedes, 2020, pág. 23).

Ainda que condição inerente do ser humano, a vulnerabilidade é vista por Butler (2025 apud Guedes, 2020) não como uma condição individual, mas como uma dimensão que nos coloca a imprevisibilidade do Outro e do encontro com ele, sem a qual não afetamos ou somos afetados, sem a qual não existiram as relações de co-dependência essencialmente humanas. Contudo, Guedes (2020) aponta que a vulnerabilidade que nos constitui e dá margem à vida não deve ir ao encontro de uma noção de “igualdade”, mas precisa ser pensada conforme as posições que os indivíduos ocupam. “A aposta não está em nos tornarmos invulneráveis, pois vulnerável é a vida, a questão é como está socialmente distribuída essa vulnerabilidade e precariedade que nos constituem” (Guedes, 2020, pág.27).

Dados apontam que a pandemia também foi acompanhada de infodemia, caracterizada como “um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam

difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (PAHO, 2020, pág.2). A infodemia, algo não inaugurado pela pandemia, se torna mais intensa, mas também evoca um contexto prévio ao acontecimento covid-19, no qual, por meio da desinformação, grupos sociais disseminavam o ódio, a perseguição às minorias e a aniquilação de diferenças por meio da exaltação de círculos digitais que fabricam e rejeitam um estrangeiro, como aponta Mello (2019).

A desinformação facilitou uma disputa de sentidos que certamente não poupou o jornalismo. Por meio da disseminação em larga escala de *fake news*, líderes autoritários ascenderam ao poder em diversas partes do mundo, em especial Donald Trump, em 2016, no Estados Unidos e, se utilizando de retóricas similares, Jair Bolsonaro, em 2018, no Brasil. Além da exaltação do ódio às diferenças, seus governos rechaçavam também a mídia tradicional e se utilizavam de suas próprias mídias para transmitir informações, quando já na pandemia, muitas vezes, prejudiciais à população. Olhando para o contexto prévio à pandemia, é possível ter um vislumbre das problemáticas que se agravariam com ela.

O acontecimento, para França (2012), é caracterizado por sua capacidade de afetação, ruptura e geração de sentidos, sendo um processo não linear que se insere na experiência humana. O acontecimento possui dupla vida, ou seja, após acontecer na experiência, ganha uma dimensão narrativa, uma segunda vida simbólica, revivida e transformada em discurso. Hoje, podemos pensar que os acontecimentos nos chegam sempre pela sua segunda vida, são ciberacontecimentos (Henn, 2013). Conforme pensa Henn (2013), o ciberacontecimento tem sua particularidade por surgir já imbricado nas mídias digitais que o reconstruem narrativamente. Ou seja, quando algo é tomado como realidade por alguém, afetado por este acontecimento, sua primeira afetação já será mediada pelo discurso que o conforma.

É difícil pensar, na realidade contemporânea, acontecimentos que não sejam ciberacontecimentos. Quando a infecção pelo SARS-CoV-2 é notificada em Wuhan pela primeira vez e noticiada à população de outras localidades, é por meio dos aparatos digitais que somos afetados, construímos e reconstruímos tal acontecimento logicamente. Oliveira, Osório e Henn (2019) propõe também que o ciberacontecimento possui natureza rizomática. Sob este horizonte, um acontecimento que nasce primordialmente nas redes sociais digitais, cria espécies de ramos de sentidos diversos, que podem ser caminhos diferentes — e, ao mesmo tempo, interligados — de modo a reconstruir os sentidos sobre ele. A natureza rizomática destes acontecimentos, muitas vezes, coloca em suspensão a credibilidade evocada pela representação destes acontecimentos quando é feita de forma cartesiana pelo jornalismo.

Ainda que a infodemia e a produção em larga escala de ciberconteúdos tenham acentuado uma disputa em relação aos sentidos produzidos pelo jornalismo, é possível perceber, contudo, a partir do acontecimento covid-19, um interesse maior e uma noção de importância do jornalismo sobre a dimensão pragmática de suas realidades. O *Reuters Institute Digital News Report 2020* demonstrou, por exemplo, que o coronavírus fez com que as pessoas valorizassem fontes tradicionais de notícias e apontou um aumento do consumo jornalístico, especialmente por meio televisão, mas também das notícias online, a partir de 2020, ainda que a proporção de pessoas que confiavam nos canais jornalísticos à época fosse de menos 3% em relação ao ano anterior. O relatório também aponta a desinformação como um motor de divisão entre grupos sociais para a direita e para a esquerda e uma parcela de 32% de pessoas que acreditavam que a mídia exagerava os impactos da pandemia sobre os indivíduos (Reuters, 2020).

O filósofo francês Louis Quéré (2011 apud Bastos, 2022) entende que os acontecimentos são algo da experiência antes de serem postos no discurso, ou seja, são coisas concretas, com desdobramentos anteriores à sua construção midiática. Ele defende que existem outros agentes que atuam na construção do acontecimento — os jornalistas, mas também os políticos, as associações, a justiça. O acontecimento, sob uma perspectiva pragmática, é algo que ocorre na realidade e gera afetação, transformando o que era esperado. A partir dele, surge o seu poder hermenêutico, que permite a reflexão e reconfiguração da normalidade.

Quando a covid-19 irrompe como um acontecimento na esfera pública, tem o poder de desorganizar e reconfigurar o que é estabelecido até então, mas também adicionar novas camadas de sentidos ou revelar as problemáticas colocadas. Desinformação, *fake news*, infodemia, ascensão de governos autoritários ao redor do mundo e, especial no Brasil, que prometiam resolver determinadas questões sociais históricas, como a pobreza ou desigualdade, com soluções simplificadas, são o cenário anterior que está colocado em relação à pandemia. Mas quais os sentidos sobre esse contexto que o acontecimento covid-19 é capaz de revelar, intensificar, fazer os indivíduos agirem em relação à dimensão pragmática de suas vidas?

O acontecimento covid-19, além de acontecer a alguém, é suportado por alguém. A depender de onde socialmente esteja posicionada esta pessoa ou grupo social, as implicações sobre sua experiência serão distintas. Roviada (2021) aponta, por exemplo, ao analisar “Em Quarentena”, que grande parte dos jornalistas que constroem o podcast da Agência Mural de Jornalismo das Periferias também vêm delas, e este fato, ainda que pareça óbvio ou

simplório, também deve ser visto sob a ótica das dificuldades implicadas na produção jornalística periférica. Se durante a pandemia de covid-19 diversas redações pelo país enfrentaram seus desafios, trabalhando e se reunindo de forma remota para discussões de pautas, enviando repórteres à rua que arriscavam suas vidas para cobrir os fatos que deviam ser noticiados, reduzindo suas redações devido a crises financeiras e fazendo com que os jornalistas que restavam, precisassem trabalhar o dobro, muitas vezes de uma forma precária, com a casa misturada ao trabalho, a produção jornalística nas periferias também enfrentou desafios tão desagradáveis quanto.

É no bojo dessas mudanças na forma de produzir sentido sobre o tempo presente que narrativas que buscam recobrar os sentidos sobre um acontecimento particular e os efeitos sobre uma camada de indivíduos ou estrato social específicos nascem. Quando movimentos periféricos tomam para si a tarefa de contar suas histórias, é uma forma de percorrer os outros sentidos de afetação sobre suas experiências que, muitas vezes, pela formulação feita pelo jornalismo tradicional, ficam à margem.

Isso não quer dizer que as construções narrativas feitas pela periferia sobre ela mesma são necessariamente melhores, mais complexas, imaculadas. Porém, são formas de olhar diversificadamente sobre populações historicamente afastadas da produção de sentidos sobre si mesmas midiaticamente e, principalmente, são produções que falam com a periferia, a partir dela, não de fora para dentro, de cima para baixo.

#### 4.2 A INDIVIDUALIZAÇÃO DO ACONTECIMENTO COVID-19

Enquanto um acontecimento, a covid-19 evoca sentidos sobre a realidade material, sobre os fenômenos do mundo e sobre o Outro. Mas quais sentidos? Em especial sobre camadas periféricas da sociedade brasileira, quais sentidos um vírus de escala global traz de novidades ou particularidades sobre o Outro? Como o acontecimento covid-19 evoca, reforça ou estabelece potências e ausências? Como o acontecimento covid-19 nos mobiliza a pensar sobre o Outro? Sob novos signos restauradores, conciliadores, benéficos, neutros, estigmatizantes ou instrumentalizados?

Rovida (2021) nos dá pistas para compreender a representação do Outro periférico no contexto da pandemia de covid-19. A autora, que estuda o jornalismo feito pelas periferias desde 2018, reflete sobre as narrativas jornalísticas produzidas para tratar da pandemia e as implicações desse acontecimento sobre populações historicamente marginalizadas, em especial em relação a questões de subsistência humana básica. Analisando o “Em

Quarentena”, podcast especial da Agência Mural de Jornalismo das Periferias que busca olhar para o trato em relação à pandemia nas periferias do estado de São Paulo, a autora aponta que, se os arquivos da imprensa servem como pesquisa documental e as produções jornalísticas serão usadas para estudos futuros sobre esse momento histórico, as produções jornalísticas das periferias também devem ser complemento na construção de conhecimento sobre a pandemia.

Dentre as várias dificuldades específicas que recaíram sobre populações periféricas está a possibilidade de isolamento por parte dos moradores das favelas, por exemplo. Ainda que Organização Mundial da Saúde (OMS) tenha recomendado o isolamento social e a manutenção em atividade apenas de setores essenciais, o debate em torno de quais segmentos da sociedade deviam continuar a operar foi mais complexo que esta determinação. A realidade era de que muitas das casas e espaços da periferia não eram sanitariamente adequados ou eram residência de muitos indivíduos que conviviam em um ambiente limitado, dificultando o distanciamento social. Ainda, que o ir à rua era sinônimo de garantir o que comer naquele dia para muitos, dificultando manter-se em reclusão, como recomendavam as notícias e instituições públicas.

Um acontecimento é parte da experiência. Sofrer um acontecimento é também agir a partir dele. Portanto, a prática dos atores em relação ao que constitui a experiência é essencial para compreender a individualização do acontecimento, por meio de sua dimensão pragmática. Como um acontecimento se conforma, para Louis Quéré (2011) é fruto de como os atores se posicionam e agem a partir dele, geram ações práticas que modelam a experiência humana, sempre dinâmica e incerta. Tais ações não surgem ao acaso, no entanto. Mas são consequência de como um acontecimento é capaz de acionar símbolos do que provoca. Ou seja, as formas como um acontecimento é descrito e colocado num determinado quadro de sentidos determina a ação dos sujeitos em relação a ele.

A individualização do acontecimento é também uma possibilidade de operação metodológica que busca entender o que o torna algo singular numa categoria de acontecimentos. Esse viés analítico proposto por França e Lopes (2017) desencadeia cinco etapas: a descrição (a busca pelo enquadramento que o acontecimento recebeu e o que dele é mais evidente), a narrativização (a identificação dos agentes, da temporalidade e as ênfases da construção narrativa), a identificação do pano de fundo pragmático (que reações o acontecimento provocou e como foi recebido), a caracterização do problema público (nem sempre vai existir em um acontecimento, mas é o movimento de identificar os problemas dentro daquela categoria de acontecimentos que se inscrevem em uma categoria social mais

ampla) e, por fim, a normalização (quando o estranhamento frente ao acontecimento dá lugar à normalidade perante à sociedade).

Além disso, na primeira etapa da individualização dos acontecimentos existe o estabelecimento de quadros de sentidos (Goffman, 2012 apud França e Lopes, 2017) a partir do posicionamento dos sujeitos em relação ao acontecimento e dos acionamentos feitos para enquadrar aquela ocorrência de modo que ela possa ser significada. É a fase da descrição que nos permite identificar prontamente “o que está acontecendo” (Goffman, 1991 apud Silva, 2011) enquadrando o acontecimento em uma categoria de acontecimentos anteriores.

O segundo momento da individualização chama-se narração, que está ligada à temporalidade. Neste momento, para Quéré (2011), o acontecimento revela a constituição de um passado e organiza um horizonte de possibilidades. Mas, em especial, a narração diz respeito aos atores envolvidos no acontecimento. Um acontecimento tem seus atores e seus protagonistas que tomam a frente enquanto outros acompanham o percurso.

É possível pensar, em relação à covid-19, protagonistas que suportam com protagonismo um acontecimento de escopo global? Se refinarmos a olhar sobre a pandemia de covid-19, não será difícil perceber que, desde seu princípio, a preocupação esteve colocada sobre grupos de risco. No sentido propriamente da infecção que o vírus provocava que, alcançando quadros graves, poderia ser letal, determinados grupos eram considerados os atores em destaque. Portadores de doenças crônicas como o diabetes, hipertensão, asma, obesidade e doenças pulmonares obstrutivas; pessoas acima de 60 anos ou menores de 5; gestantes, puérperas e trabalhadores da saúde.

Dos noticiários televisivos às matérias online, a preocupação inicial era de que o vírus acometesse grupos de indivíduos menos capazes de combater o vírus. Esta ideia foi central para a definição de como se agiria em relação ao enfrentamento da doença. O isolamento vertical, defendido por alguns epidemiologistas — e, também, pelo então presidente Donald Trump, nos Estados Unidos e, posteriormente, Jair Bolsonaro, no Brasil —, avaliava que apenas os indivíduos de tais grupos de risco deveriam permanecer isolados em casa, evitando a disseminação e/ou contaminação pelo vírus SARS-CoV-2 e, com isto, prejuízos econômicos de maior grau para o país (Sanches, 2020). Contudo, esta hipótese não se fez correta e o que se viu foi a disseminação em larga escala do vírus que, é verdade, impunha maiores riscos sobre grupos de comorbidade, mas não poupou outros que, ainda que não tivessem condições médicas pré-existentes, sofriam com a sina da desigualdade social, sem condições básicas de existência, como higiene adequada, moradia segura, trabalho digno.



A infodemia, as *fake news* e a desinformação, certamente, também se intensificam com a chegada da pandemia de covid-19, motivadas, muitas vezes, pelo medo e o desejo por uma significação rápida e precisa que ajudasse a agir consoante às contingências pandêmicas. Porém, são também anteriores à pandemia as dimensões sociais que fazem rechaçar o diferente e o que traz incertezas. Para Furlan e Alves (2021), as reminiscências pré-pandêmicas não superadas resistem à repetição. Desde o desejo à volta a um estado totalitário da ditadura de 1964, à obstinação ao afastamento da primeira mulher eleita no país, Dilma Rousseff. Também a misoginia que mataria, logo em seguida, a política brasileira Marielle Franco, às vésperas de uma eleição que demonstrava um país “que braveja por violência, que clama por ditadura, que tem sede de sangue humano” (Furlan e Alves, 2021, pág.411). Estes movimentos e momentos configuram um passado em relação ao acontecimento covid-19 que, no entanto, não se faz distante ao decorrer do seu acontecer, pelo contrário, têm eco na forma como agem os atores em destaque ou afetados pelo acontecimento.

E, depois de tudo, sofrida às angústias, os medos, as mortes, o que resta dele? A normalização, para Quéré (2011) é a última fase da individualização de um acontecimento no quadro da experiência pública. Isso significa dizer que, acionados os problemas, os atores envolvidos e as ações que implicam o acontecimento, ele é, então, normalizado. Significa dizer que as experiências suscitadas pelo acontecimento são colocadas no escopo de ocorrências comuns a outras e estabelecidas como algo da normalidade de suas afetações.

## 5 OS SENTIDOS SOBRE O OUTRO NO PODCAST CARTAS DA PERIFERIA

“Ao habitar um acontecimento, habitamos um campo de possibilidades e disputas. O quanto nos apropriamos desse exercício?” (Guedes, 2020, pág.45). Parte dos movimentos e angústias explicitados ao longo deste trabalho, o desejo de pensar e analisar a construção de sentidos sobre os diversos Outros no podcast Cartas da Periferia, objeto de estudo desta pesquisa, e como eles conformam as representações sobre a periferia de Porto Alegre a partir do acontecimento covid-19, percebendo, assim, quais sentidos sobre a alteridade são formulados a partir da narrativa empregada.

Nesta pesquisa, entende-se que o caráter qualitativo da metodologia é o que ganha destaque. Essa decisão poderia estar justificada pelo fato de que o objeto de análise ao qual se debruça são textos jornalísticos. No entanto, esse entendimento de que a pesquisa qualitativa está ancorada apenas em uma pesquisa “soft” pode ser algo limitado (Bauer e Gaskell, 2011). Portanto, define-se assim porque, quanto a sua intencionalidade, busca compreender e aprofundar os conhecimentos sobre o processo de produção de sentidos — e de conhecimento — empregado pelo jornalismo ancorado em determinado objeto empírico. Também por isso se configura como uma pesquisa descritiva (Gil, 2008), uma vez que estuda as características de determinado objeto empírico e traça relações entre variáveis, como a produção de sentidos a partir de um acontecimento social impactante, como a pandemia de covid-19, e a narração da alteridade.

Como forma de responder à pergunta que norteia esta pesquisa, bem como seus objetivos específicos, será utilizada a análise de conteúdo como procedimento para a identificação e descrição das temáticas presentes na temporada analisada do podcast Cartas da Periferia. Para Herscovitz (2018, pág. 127), a análise de conteúdo é um método útil para analisar textos, sons, imagens gravadas, impressas ou online, e permitirá melhores resultados se empregada combinando “a análise quantitativa (contagem da frequência do conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina)”.

Na análise de conteúdo, o conceituar precede o classificar. Nesse sentido, é preciso delimitar os conceitos que representam as classes de fenômenos analisados. A análise do conteúdo será empregada, em primeiro momento, como operador de identificação e descrição dos episódios, dentro do escopo de análise das seções agrupadas consoante as vozes ouvidas

(População de Baixa Renda, População de Rua, Mulheres e Povos Indígenas, respectivamente). Nesta fase, serão usados como conceitos norteadores para descrição: Título, Temas, Tempo, Fontes Primárias, Fontes Secundárias, Vozes, Locução e Localidade.

A unidade de registro escolhida para a aplicação da análise de conteúdo será o tema, a partir das falas de cada fonte primária dos episódios. Herscovitz (2018, pág. 134) entende que esta é a unidade mais comum utilizada por pesquisadores que usam tal metodologia e que produz resultados positivos, sendo este tema “formado por uma unidade de texto que inclui o sujeito, o verbo e o objeto ou agente, a ação e o alvo da ação. Frases muito longas ou complexas podem ser divididas em unidades temáticas”.

Ainda que a AC seja entendida ampla e historicamente como um método possível para analisar o agendamento de acontecimentos na mídia e perceber as formas como os veículos os constroem, Herscovitz (2018) aponta que há, por vezes, a necessidade de integração de métodos qualitativos e quantitativos, visto que ainda há um ceticismo de alguns pesquisadores em relação à AC enquanto um método que ignora o contexto que extrapola o objeto analisado. Leal e Antunes (2011) também fazem uma revisão crítica dos limites da AC no campo jornalístico, partindo da concepção de acontecimento como operador analítico qualitativo.

Na perspectiva das pesquisas em comunicação e, em específico, do jornalismo, se o significado é instável e constituído na relação entre sujeitos, como é possível extraí-lo por meio da análise de conteúdo, exclusivamente? (Leal e Antunes, 2011). Para os autores, existe na AC uma ideia de texto demasiadamente simplificada, como se os significados tivessem valor autônomo, o que pressupõe um sentido facilmente captável pelo analista. Nesse sentido, a análise de conteúdo precisa ser menos um exercício de interpretar textos, e mais um esforço de mapear frequências, recorrências e regularidades, por meio de exclusões ou tendências.

É preciso pensar, portanto, na dificuldade de observar e analisar os não ditos e os silêncios presentes. Leal e Antunes (2011), pela abordagem do acontecimento, preferem falar das notícias e produções jornalísticas enquanto textos, uma vez que dá a ver a complexidade das interfaces relacionais que estão implicadas na comunicação, estando relacionados ao tecer presente no ato de comunicar. O acontecimento não se esgota no produto notícia, por isso a análise de conteúdo pode ser uma abordagem inicial para sistematizar dados referentes ao objeto analisado, contudo, ela exige a complementariedade de outras metodologias que permitam um olhar para as partes operacionais complexas dos acontecimentos, aqueles cuja interpretação não se acabam nas unidades temáticas, mas se expandem para as relações sociais implicadas no agir comunicacional.

A análise de conteúdo funciona para revelar indícios e etiquetas que abrandam a diversidade do acontecimento, “[...] a questão é como não fazer desses vestígios ‘ruínas’ do acontecimento e da análise uma forma de autópsia.” (Leal e Antunes, 2011, pág.31). Se pensarmos no contexto de análise sobre a presença da alteridade em textos jornalísticos, a AC, ainda mais, pode ser questionada no escopo de um procedimento, quando sozinho, insuficiente para dar a ver a dimensão contextual das falas de grupos diversos inseridos na mídia jornalística.

França e Lopes (2017) propõem que o acontecimento possa ser compreendido como um conceito-operador e que se coloca como uma possibilidade metodológica para análise de objetos na Comunicação. Ele seria um orientador, por meio de diversos percursos investigativos, para se construir uma incursão sobre fenômenos do mundo e como são reconstruídos pelo jornalismo.

Acontecimento, numa perspectiva pragmatista, refere-se a uma ocorrência, um fato concreto do cotidiano com grande poder de afetação, que suscita inquietações, demanda escolhas e provoca ações, este fato convoca e revela sentidos, que dizem da sociedade na qual ele ocorre. Ao discutir sobre o conceito, empreendemos uma reflexão que pode ser, ao mesmo tempo, metodológica e também epistemológica da área da Comunicação, pois ao pensarmos sua operacionalização, delimitamos também nossa posição em relação à Comunicação, à postura sobre a qual é o nosso objeto e como podem ser efetuadas as nossas perguntas para ele. (França e Lopes, 2017, pág.71)

Nessa perspectiva de análise, ao contrário do contexto ser aquilo que explica o acontecimento, é o próprio acontecimento que tem poder de explicar, esclarecer e revelar. Se configura como uma análise fenomenológica dos sentidos evocados por ele, buscando identificar o que do acontecimento faz renovar a configuração social ou manter a ordem já existente. Interessa-nos pensar, neste caso, quais sentidos sobre o Outro periférico a partir do fenômeno em destaque, o acontecimento covid-19, são representados no podcast Cartas da Periferia. Se o acontecimento promove rupturas e incertezas, o jornalismo, de certa forma, busca domesticá-los transformando-os em signos. Mas quais são eles?

Nesse sentido, entendendo que esta etapa nos garantirá qualificar a análise perante os sentidos sobre o Outro presentes no objeto de estudo em relação ao acontecimento covid-19, usaremos o acontecimento como um operador de análise para responder aos objetivos específicos desta pesquisa, por meio da possibilidade metodológica da individualização do acontecimento, proposta por França e Lopes (2017) que se desdobra nas etapas de descrição, narrativização, identificação do pano de fundo pragmático, caracterização do problema público e normalização. Na etapa da descrição, buscaremos pelas expressões e palavras usadas para descrever o acontecimento covid-19 e de que forma ele impactou as populações

em destaque na análise. Algumas das expressões que surgem são, por exemplo, doença, risco, impedimento, dificuldades e ameaça.

Na segunda etapa, narrativização, buscamos identificar os atores colocados em destaque nessa descrição e qual temporalidade a forma de narrar do podcast *Cartas da Periferia* evoca: quais acontecimentos do passado, quais implicações no presentes, quais expectativas de futuro em relação às populações ouvidas. Na terceira etapa, a identificação do pano de fundo pragmático, buscamos perceber de que forma o podcast elenca as ações das populações ouvidas perante o acontecimento covid-19, como os atores têm suas vidas afetadas pragmaticamente na dimensão de suas realidades. São exemplos, nesse caso, as campanhas de assistência que surgem, muitas vezes, dos próprios periféricos.

Na quarta etapa, caracterização do problema público, identificamos quais as problemáticas sociais implicadas no acontecimento covid-19 e de que forma o podcast *Cartas da Periferia* busca debatê-las. De que forma ele aborda a desigualdade social ou a precariedade de suportes governamentais, por exemplo?

Por fim, a normalização, última etapa de análise do acontecimento, é onde identificamos onde existem marcas de um acontecimento normalizado perante à experiência pública. Ainda que o acontecimento covid-19 fosse algo inicial no momento de produção do *Cartas da Periferia*, é possível identificar aspectos que denotam olhares que normalizam as afetações do acontecimento na experiência dos indivíduos representados.

Pode-se entender, portanto, que a metodologia desta pesquisa é de caráter híbrido, haja vista o arranjo entre a análise de conteúdo — que nos permitirá perceber os assuntos de destaque presentes na narrativa da temporada — e a análise do acontecimento enquanto operador analítico possível para compreender de que forma o acontecimento covid-19 revela sentidos sobre o Outro no contexto de cada temática elencada ao longo dos seis episódios.

Partindo para a análise do objeto empírico desta pesquisa, o podcast *Cartas da Periferia*, a primeira tarefa foi a de transcrever os seis episódios em sua totalidade. Para tanto, foi utilizado como procedimento a gravação dos episódios e posterior transcrição automática pelo *Pinpoint*, ferramenta de pesquisa de documentos do *Google*<sup>4</sup>. Aproveitou-se deste primeiro momento de escuta para fazer anotações livres e perceber sentidos mais latentes sobre os episódios, quais as suas temáticas, tempo de duração, falas destacadas, personagens ouvidos, fontes trazidas para a contextualização, etc<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://journaliststudio.google.com/>

<sup>5</sup> A descrição completa dos episódios pode ser acessada na seção anexa ao final do trabalho.

## 5.1 O CARTAS DA PERIFERIA

O podcast Cartas da Periferia possui seis episódios em sua totalidade (QUADRO 1), de duração entre eles de 06 a 20 minutos cada, publicados, em sua maioria, quinzenalmente, a partir de 02 de junho de 2020. O primeiro episódio, “Cartas da Periferia #1 O panorama”, de 08 minutos e 08 segundos, publicado no dia 02 de junho de 2020, introduz a temporada e traz 3 testemunhos de pessoas periféricas de Porto Alegre que ajudam a contar os impactos da pandemia em suas localidades, além da locução feita por Arthur Amorim. O segundo episódio, “Cartas da Periferia #2 O auxílio emergencial”, publicado em 17 de junho de 2020, de 09 minutos e 33 segundos, traz 3 vozes de pessoas periféricas, essas diversas do episódio anterior e, além de representar as dificuldades do acesso ao auxílio emergencial disponibilizado pelo governo federal às famílias brasileiras de baixa renda, busca também informar sobre como ter acesso ao benefício. A locução deste episódio é feita por Gabrielle de Luna.

No episódio “Cartas da Periferia #3 População de Rua e a Pandemia 1: Contexto e Impactos”, publicado no dia 13 de julho de 2020, com duração de 06 minutos e 31 segundos, são retratadas 5 vozes de pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre, além da locução de Arthur Amorim. No episódio seguinte, “Cartas da Periferia #4 Povos Indígenas e a Pandemia: Contexto e Impactos”, publicado em 22 de julho de 2020, com duração de 12 minutos e 59 segundos, locução de Thaynan Schroeder, são escutadas 4 vozes de mulheres indígenas que falam a partir de suas localidades.

O episódio “Cartas da Periferia #5 A Pandemia e a Desigualdade de Gênero”, publicado em 12 de agosto de 2020, com 20 minutos e 40 segundos de duração e locução de Giovanna Parise, é o mais longo da temporada e busca contar os testemunhos das vivências relacionadas ao gênero durante a pandemia de covid-19 e conta com 14 vozes. O episódio que encerra a temporada é o “Cartas da Periferia #6 População de Rua e a Pandemia 2: Contexto e Impactos”, publicado em 20 de agosto de 2020, com duração de 08 minutos e 45 segundos e locução de Arthur Amorim. O episódio é a segunda parte da temática que envolve os desafios enfrentados pela população de rua na pandemia e reúne 5 vozes periféricas.

**QUADRO 1: Episódios, data de publicação e tempo**

TÍTULO	DATA	TEMPO
Cartas da Periferia #1	02 de junho de 2020	00:08:08

O panorama		
<b>Cartas da Periferia #2</b> O auxílio emergencial	17 de junho de 2020	00:09:33
<b>Cartas da Periferia #3</b> População de Rua e a Pandemia 1: Contexto e Impactos	13 de julho de 2020	00:06:31
<b>Cartas da Periferia #4</b> Povos Indígenas e a Pandemia: Contexto e Impactos	22 de julho de 2020	00:12:59
<b>Cartas da Periferia #5</b> A Pandemia e a Desigualdade de Gênero	12 de agosto de 2020	00:20:40
<b>Cartas da Periferia #6</b> População de Rua e a Pandemia 2: Contexto e Impactos	20 de agosto de 2020	00:08:45

Fonte: Autoria própria com base nas informações de Lúmina Podcasts<sup>6</sup>

Percebemos que nos episódios #1 e #2, respectivamente, o destaque recai sobre a população de baixa renda das periferias, portanto estes dois episódios serão analisados conjuntamente em relação às vozes que retratam. Já os episódios #3 e #6, divididos pelo próprio podcast como episódios complementares, abordam os impactos sobre a população de rua durante a pandemia de covid-19. No primeiro episódio, de número #3, são tratadas, entre outras coisas, as dificuldades da população de rua em não poder fazer o isolamento social demandado pela pandemia. Já no episódio #6, as redes de solidariedade que se formam nas periferias e centros de acolhida para ajudar essa população. Este será o segundo grupo de foco da análise.

Ser mulher transgênero, viver em isolamento com o agressor, ter como ganha-pão o sexo, entre outras questões, são debatidas no episódio #5, que será o terceiro de enfoque da análise. Por fim, o episódio #4 busca olhar para a experiência dos povos indígenas em contexto urbano durante a pandemia de covid-19. Pelas vozes femininas, a narrativa aponta as problemáticas de lastro histórico enfrentadas por este grupo social. Este será o quarto e último grupo de análise.

Para acessar o conteúdo dos seis episódios foram realizadas transcrições do material. Como as transcrições automáticas feitas a partir da gravação não são totalmente acuradas, partiu-se para uma segunda escuta que objetivou identificar cada uma das vozes trazidas nos seis episódios, corrigir palavras e frases eventualmente transcritas erroneamente e fazer a separação entre fontes ouvidas, falas do(a) locutor(a) e fontes secundárias usadas.

Após o movimento de organização do corpus de análise inicial, foram enumeradas e contadas as vozes e fontes presentes nos seis episódios (QUADRO 2), totalizando 35 ao

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.ufrgs.br/luminapodcasts/site/index/cartas-da-periferia>. Acesso em: 20 dez. 2023

longo de toda a temporada do podcast. Foram descritas também de acordo com localidade, como se apresentam e se são fontes primárias ou secundárias. As fontes primárias foram consideradas as falas de personagens ouvidos nos episódios e, secundárias (QUADRO 3), as fontes de dados trazidas em locução ou, no caso do episódio #4, dado mencionado por uma das personagens ouvida, Raquel Kubeo. Não foram contabilizadas nessa soma as vozes de locução dos episódios, ainda que apareçam no quadro de fontes primárias, a título de informação.

**QUADRO 2: Fontes primárias de cada episódio**

			VOZES DOS EPISÓDIOS	
	TIPOS DE FONTES		COMO SE IDENTIFICAM AS VOZES	LOCALIDADE DAS VOZES
	<i>Primária</i>	<i>Secundária</i>		
#1 - O panorama	3	5	LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM	Não identificado
			ANDRÉIA	Comunidade Jardim Marabá, bairro Cascata.
			SOLON BAIRROS WAECHTER JR.	Comunidade Mato Sampaio, Bom Jesus / São Paulo
			LETÍCIA	Bairro Restinga
#2 - O auxílio emergencial	3	2	LOCUÇÃO - GABRIELLE DE LUNA	Não identificado
			MARIA AUGUSTO DA SILVA	Aberta dos Morros, Porto Alegre
			CARMEM	Ocupação do Lami
			PATRÍCIA	Vila Mapa, Lomba do Pinheiro
#3 - População de Rua e a Pandemia 1: Contexto e Impactos	6	2	LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM	Não identificado
			ELIANDRO DE LIMA OLIVEIRA	Não identificado
			RAFAEL DOS SANTOS CARDOSO	Não identificado
			RODRIGO DO NASCIMENTO ANTUNES	Não identificado
			KLÉBER LACERDA MARTINS	Não identificado
			MARISTONE MOURA	Ocupação Ksa Rosa, bairro



				Floresta.
			TAMARA	Porto Alegre, Farrapos
#4 - Povos Indígenas e a Pandemia: Contexto e Impactos	4	4	LOCUÇÃO - THAYNAN SCHROEDER	Não identificado
			REGIANE KAINGANG	Aldeia indígena sede de Nonoai
			ALICE MARTINS	Centro de Referência Afro-Indígena do Rio Grande do Sul, Cidade Baixa, Porto Alegre
			RAQUEL KUBEO	Ocupação Baronesa, Cidade Baixa, Porto Alegre
			IRACEMA GA RÃ NASCIMENTO	Jardim Protásio, Porto Alegre
#5 - A Pandemia e a Desigualdade de Gênero	14	3	LOCUÇÃO - GIOVANNA PARISE	Não identificado
			ANDRESSA FERNANDES	Não identificado
			KATIUSCIA	Bairro Cascata, Porto Alegre
			PESSOA NÃO IDENTIFICADA 1	Não identificado
			ALI	Não identificado
			VIVIANE	Não identificado
			DINE GATA	Não identificado
			ADETE	Não identificado
			SÔNIA, SONINHA TODA PURA	Não identificado
			CAROLINA	Não identificado
			PRISCILA VOITH	Não identificado
			FABIANE LARA DOS SANTOS	Bairro Mathias Velho, na cidade de Canoas
			CARLA CASTRO	Não identificado
NANA SANCHES	Não identificado			
Cartas da Periferia #6 - População de Rua e a Pandemia 2: Contexto e Impactos	6	0	LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM	Não identificado
			ELIANDRO DE LIMA OLIVEIRA	Não identificado
			VERIDIANA	Não identificado
			JOSÉ LUÍS	Não identificado
			RODRIGO DO NASCIMENTO ANTUNES	Não identificado
			PAULO GILBERTO KLEIN	Não identificado

		JANE SILVA	Não identificado
--	--	------------	------------------

Fonte: Autoria própria

### QUADRO 3: Fontes secundárias de cada episódio

#1 - O panorama	Organização Mundial da Saúde
	Secretaria Municipal da Saúde da cidade de São Paulo
	Prefeitura de Lajeado
	Departamento de estatística da UFRGS
	Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde
#2 - O auxílio emergencial	Governo Estadual
	Governo Federal
#3 - População de Rua e a Pandemia 1: Contexto e Impactos	UFRGS
	Consultório na Rua
#4 - Povos Indígenas e a Pandemia: Contexto e Impactos	Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul
	Site Eco Debate - historiadora e arqueóloga, Alenice Baeta
	Funai (Fundação Nacional do Índio)*
	Site Brasil de Fato
#5 - A Pandemia e a Desigualdade de Gênero	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
	Associação Nacional de Travestis e Transsexuais
#6 - População de Rua e a Pandemia 2: Contexto e Impactos	Não identificado

\*No momento de produção do podcast Cartas da Periferia, em 2020, o nome da FUNAI não havia sido alterado para o nome atual, Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Fonte: Autoria própria

A partir das transcrições, escuta dos episódios e identificação das vozes e fontes usadas, foram separados os temas de maior destaque presentes ao longo da temporada e esquematizados em 13 categorias<sup>7</sup>. O movimento foi de perceber quais temáticas ganhavam destaque em cada trecho de fala dos personagens, inferindo, por meio do contexto da fala, qual temática se sobressaía e agrupando os temas por similaridade. Em alguns momentos, o trecho do tema foi dividido em unidades temáticas menores, por entender que foram abordados assuntos diferentes no mesmo trecho de fala. Em outros, contudo, quando eram mencionados mais de uma temática previamente categorizada, mas de forma curta em mesmo trecho, optou-se por categorizar a temática como “Não identificado”, por considerar que

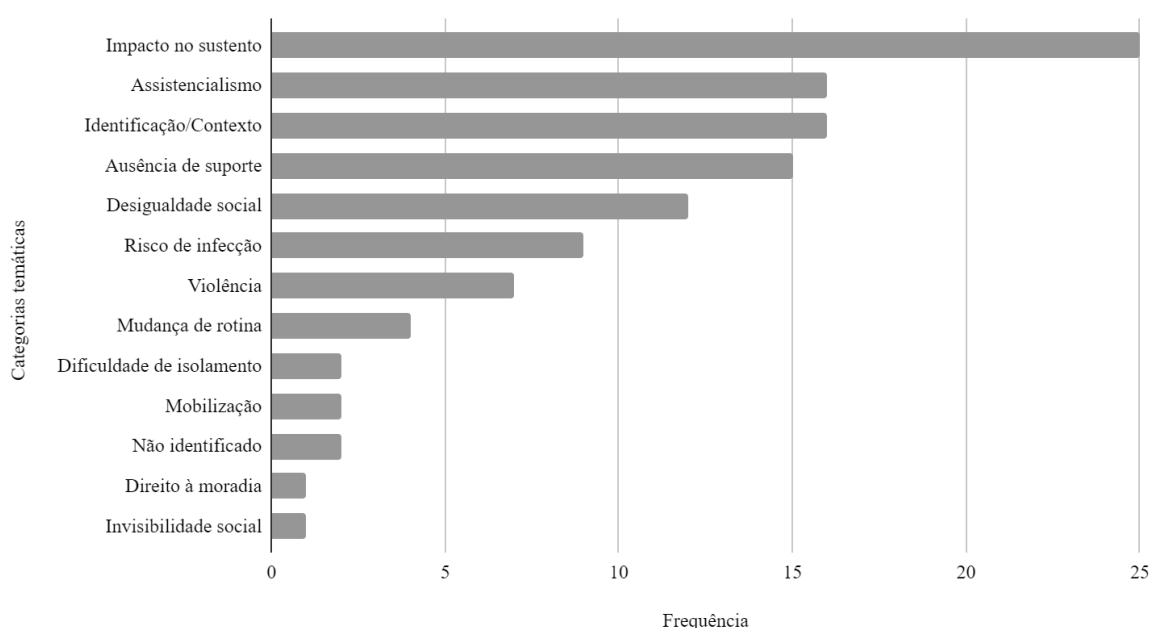
<sup>7</sup>Os temas presentes em cada episódio podem ser conferidos na planilha disponível em: <https://bit.ly/3StCHAI>

nenhuma delas se sobressaia como temática principal em relação ao tema abordado. Essa categoria aparece 2 vezes ao longo de todo o podcast. Além disso, a categoria temática “Identificação/Contexto”, que serve para identificar os momentos em que o podcast se autorreferencia, quando as falas introduzem o tema que será debatido ou se adiciona informações de contexto nas temáticas que se sucederão, aparece 16 vezes ao longo da temporada.

As demais 11 categorias abordam propriamente, então, as temáticas de sentidos sobre o Outro periférico mais latentes presentes ao longo do podcast Cartas da Periferia. São elas: Impacto no sustento; Ausência de suporte; Desigualdade Social; Assistencialismo; Risco de Infecção; Violência; Mudança na rotina; Dificuldade de isolamento; Mobilização; Direito à moradia e Invisibilidade social.

### GRÁFICO 1: Temas presentes nos episódios

Frequência de categorias temáticas



Fonte: Autoria própria

A categoria de sentidos “Impacto no sustento” foi a que mais apareceu, com 25 ocorrências ao longo do podcast, sendo a única categoria presente em todos os episódios da temporada, além da categoria de “Identificação/Contexto”. Essa categoria está relacionada às dificuldades de manter ou conseguir um emprego que sustente financeiramente o personagem ouvido, sua família ou comunidade. A segunda categoria de maior ocorrência é a de

“Assistencialismo”, com 16 aparições na temporada. Essa categoria tem relação com as campanhas de arrecadação de alimentos, suportes secundários de ONG’s, associações independentes e instituições que não as governamentais que prestam ajuda às necessidades enfrentadas pelos povos periféricos em relação à covid-19, muitas vezes, partindo dos próprios periféricos. A categoria “Assistencialismo” tem ocorrências nos episódios #2, #3, #5 e #6.

“Ausência de suporte” é a terceira categoria temática de maior frequência e está relacionada à falta de apoios governamentais para o enfrentamento da pandemia de covid-19 no contexto das falas de cada personagem. Essa categoria de sentidos aparece 15 vezes distribuídas nos episódios #2, #4 e #6.

Em sequência, aparece a categoria “Desigualdade social”, com 12 aparições ao longo da temporada e tem relação às ocorrências de falas relacionadas às diferenças no enfrentamento da doença por parte de camadas sociais diferentes e as dificuldades que recaem sobre parcelas periféricas, ao racismo e a desigualdade de gênero. A categoria está presente nos episódios #1, #3 e, especialmente, no episódio #5.

Posteriormente, temos a temática de “Risco de infecção”, com 9 aparições distribuídas nos episódios #1, #4 e #5 e, percebe-se que de maior ênfase no episódio #4, que debate o impacto da pandemia nas populações indígenas de contexto urbano. A temática aparece 5 vezes apenas neste episódio. Já a temática “Violência” vem na sequência, com 7 aparições, mas todas elas no episódio de número #5, que debate a desigualdade de gênero e os impactos da pandemia na vivência das mulheres.

“Mudança de rotina” e “Dificuldade de isolamento” aparecem na sequência, com 4 e 2 aparições, respectivamente. A primeira, no contexto das falas das vozes presentes nos episódios #1 e #6, diz respeito ao panorama de impacto sobre populações periféricas e a alteração das vivências da população de rua, no episódio de tema correspondente. Já “Dificuldade de isolamento” aparece apenas no episódio de número #1, quando também busca traçar um cenário de impactos sobre grupos sociais periféricos, dando enfoque para a população de baixa renda.

“Mobilização social” é a categoria temática que vem na sequência, com 2 aparições, ambas no episódio de número #4, respectivo aos povos indígenas. As falas atribuídas à temática são da personagem Alice Martins, no contexto da experiência dos povos indígenas em contexto urbano, quando mobilizados pela luta dos direitos também dos povos indígenas aldeados. “Direito à moradia” e “Invisibilidade social” são as últimas categorias temáticas elencadas e aparecem ambas apenas 1 vez cada, nos episódios #4 e #5, respectivamente. A

primeira delas também está relacionada à luta dos povos indígenas em relação ao direito à terra e moradia. Já a segunda, está atribuída ao contexto do debate de vivências de mulheres transgênero na pandemia e os impactos negativos em relação à visibilidade perante à sociedade e direitos assegurados. Analisaremos essas categorias de sentidos a partir dos grupos de análise previamente estipulados, buscando perceber de que forma o Cartas da Periferia individualiza o acontecimento covid-19, colocando em jogo, tanto a representação do acontecimento, quanto os atores envolvidos e afetados por ele.

## 5.2 O ACONTECIMENTO COVID-19 E A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

“Mudança de rotina”, “Dificuldade de isolamento”, “Risco de infecção”, “Impacto no sustento” e “Desigualdade Social” são as temáticas que prevalecem no primeiro episódio do podcast Cartas da Periferia, intitulado “O Panorama”. Ao longo de 8 minutos e 8 segundos, ouvimos 3 personagens periféricas de Porto Alegre, cujos testemunhos servem, como o nome do episódio demonstra, para dar um panorama do horizonte de dificuldades que afetam a experiência de populações menos assistidas da capital do Rio Grande do Sul e região metropolitana. No episódio #2, de 09 minutos e 33 segundos, ouvimos também 3 vezes periféricas que ajudam a compor as experiências de suas comunidades a partir dos sentidos, também de “Impacto no sustento”, mas das “Ausências de suportes” - nesse caso, a dificuldade de acesso ao auxílio emergencial, distribuição de renda destinada a populações de baixa renda durante a pandemia de covid-19 -, e do “Assistencialismo” que, ainda que possuísse falhas, era maneira de cobrir as lacunas de subsistência sob as quais parte da população brasileira estava à mercê naquele momento inicial de disseminação do vírus.

SOLON BAIROS WAETCHER JR.: Logo que começou a quarentena, eu fiquei durante quatro semanas sem trabalho nenhum, sem renda nenhuma, cara. Eu, agora, no momento, estou em São Paulo, que um primo meu conseguiu um serviço para nós fazer em São Paulo e como eu precisava sustentar minha família, nós viemos, né?! Na verdade, isso que mudou na minha rotina, eu tive que sair da minha cidade para poder estar sustentando a minha família. (Cartas, 2020)

Risco, dificuldade, necessidade, mudança e sobrevivência são expressões que ganham destaque para descrever o impacto da pandemia nessas populações nos primeiros dois episódios do podcast. Neles somos defrontados com a realidade de uma experiência que, se não surge com a pandemia, ganha contornos de piora com ela. Solon Bairros Waetcher Jr. é a primeira das vozes que ouvimos no episódio #1 - O panorama. Seguido por Andréia e Leticia, que se identificam apenas pelo primeiro nome, Solon conta que é morador da comunidade

Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, em Porto Alegre–RS e que, apesar do isolamento recomendado pelas instituições de saúde, a maioria das pessoas de sua comunidade ainda promovem aglomerações. A sua primeira fala e as demais servirão para descrever a pandemia a partir daquilo que primeiro afeta a periferia: o trabalho.

Sustento é uma palavra que se repete e possibilita ter dimensão, ao mesmo tempo que das ausências e dificuldades de sobreviver com as restrições impostas pelo novo SARS-CoV-2, também das possibilidades diversas que viver em comunidade pode representar. É desta forma que o podcast Cartas da Periferia, desde o princípio, nos apresenta a vivência periférica. Leticia, de 30 anos, mãe e chefe de família, moradora do Bairro Restinga, em Porto Alegre–RS, no entanto, é enquadrada a partir do acontecimento unicamente a partir das dificuldades que as mudanças em relação ao trabalho representaram em sua vida. Para ela, a pandemia significou um sonho interrompido, o do negócio próprio. E, mais que isso, representa a morte e o risco em qualquer cenário.

LETÍCIA: Eu venho trabalhando muitos anos na área da alimentação. Eu trabalho com confeitaria, no momento. E, alguns dias antes da pandemia chegar, teria realizado um sonho de abrir um espaço onde eu trabalho... posso atender meus clientes, aqui no bairro Restinga. E eu tive que fechar minha loja, tive todos os meus trabalhos cancelados. (Cartas, 2020)

Em primeiro momento, Solon, personagem também do primeiro episódio, descreve a falta de oferta de emprego na cidade, que impunha buscar alternativas, em segundo momento, ressalta os sentidos de comunidade que envolvem os seus sustento e de sua família, demarcando a solidariedade, auxílio e suporte que recebe e a dicotomia de sentidos que nos são apresentados sobre este personagem e sua experiência. Algo parecido acontece em outros dois momentos, com a fala de Andréia, ainda no episódio 1. Ao falar sobre a falta de oportunidade de isolamento, Andréia destaca as dificuldades que envolvem se isolar em comunidade. Se antes a proximidade era motivo de destaque negativo, a partir da dificuldade do isolamento, depois, o morar em comunidade é significado de compartilhamento, como percebemos nos três trechos de sua veiculados no episódio.

ANDRÉIA: [...] as pessoas na comunidade, elas convivem porque tem que conviver. As casas são muito próximas às outras. A necessidade obriga que tu sempre compartilhe com teu vizinho. É um prato de comida, um botijão de gás,... Quando tu não tem um gás ou tu não tem um alimento, é o teu vizinho que te alcança, é na casa do vizinho que tu vai cozinhar, na casa do vizinho que tu vai fazer tua refeição. Quem mora em comunidade sabe que, além das casas serem muito próximas umas das outras, as pessoas são muito solidárias umas com as outras. E outra coisa: como tu obriga dentro de uma comunidade uma pessoa ficar dentro de casa, sendo que ela mora numa casa de uns 5 metros quadrados com 5, 6 criança, né?! É complicado.(Cartas, 2020)

Nas duas primeiras falas de Andréia, se destacam a abordagem negativa que o morar em comunidade significa para muitas pessoas. A falta de espaço suficiente, a proximidade indesejada com os outros moradores de uma mesma casa ou de vizinhos e a convivência nem sempre bem-vinda. Na terceira, Andreia transforma o sentido de necessidade, presente tanto em relação às ausências, quanto às potências. Necessitar, agora, é sinônimo de partilha e solidariedade. Estar tão próximo impõe ver as necessidades alheias e agir de acordo com elas.

Já no episódio 2, “O auxílio emergencial”, são ouvidas também 3 pessoas periféricas que se identificam como Maria Augusto da Silva, Carmem e Patrícia. Em alguns trechos, estão presentes expressões como necessidade, ajuda, dificuldade, risco, enfrentamento, conflito e auxílio. Tais expressões, sempre em sentido negativo, destacam de que forma as problemáticas que o acontecimento covid-19 são percebidas em suas vidas, mas também aquilo que não é de agora, mas piora.

Carmem é uma das vozes do segundo episódio, “O auxílio emergencial”. Contudo, sua voz está presente em dois curtos momentos e sob a perspectiva das dificuldades no acesso ao auxílio emergencial e à renda que seria capaz de sustentá-la em um período acentuado de escassez de recursos e de falta de oportunidade de renda. Além disso, Carmem é moradora de uma ocupação no bairro Lami, em Porto Alegre–RS e fala também em nome daqueles que ali tiveram dificuldades no acesso ao auxílio emergencial.

CARMEM: [...] depois que começou essa pandemia aí, a coisa mudou muito, né? Ficou muito difícil porque eu tenho 60 anos e não eu não tenho ainda... não me aposentei ainda, né? O auxílio emergencial só da análise. Eu e a maioria das pessoas aqui da comunidade. Eu acho que uma duas conseguiram receber porque tava no Bolsa Família. (Cartas, 2020)

CARMEM: Tem gente aqui que tem 7 filhos... fica difícil, né?! A assistente social teve aqui uma vez. Aí trouxe umas sacolas para nós, depois ficou de voltar, né? A gente ganhou alguns ranchos, assim, de pessoas que passam aqui de carro, que ajudam nós, né? Vieram aqui no Dia das Mães, do trabalhador, trouxeram umas marmitas para nós de almoço. (Cartas, 2020)

A narrativa que coloca Carmem como um agente protagonista do acontecimento covid-19, ainda que dê destaque ao seu relato de dificuldade, falha em olhar, no entanto, para o contexto que poderia elencar os outros atores relevantes na problemática de assistência e providência da dignidade de existência aos grupos sociais dos quais ela faz parte, como a população de baixa renda. Pelo viés de narrativa da alteridade, pensado por Lobato e Lobato (2018, pág.146), essa seria uma forma de dar prioridade a conexões simplistas que acabam por ter função instrumental, além de “enfraquecer o efetivo contato e compreensão entre os indivíduos, fazendo com que estes deixem de se reconhecer como ‘Tu’ (sujeitos), firmando-se como ‘Isso’ (mais próximos de objetos)”.

Matos (2021) aponta que existe um contexto de precarizações no Brasil anterior à pandemia que coloca muitos dos trabalhadores precarizados em submissão a condições marcadas pela insalubridade, informalidade e intermitência. Essas condições que recaem sobre diversos indivíduos de baixa renda e trabalhadores como faxineiras, trabalhadoras domésticas, ambulantes, guardadores de automóveis, caixas de supermercado, entre outros indivíduos que se inserem em um sistema de trabalho que apenas oferece a subsistência daquele momento ou daquele dia, se agrava com a pandemia.

Assim, grande parte da classe trabalhadora no Brasil trabalha sem direitos e exposta a uma superexploração de sua força de trabalho. Mesmo aqueles/as que possuem contrato formal de trabalho também vêm vivendo essa pressão, em virtude da contrarreforma trabalhista que acelera os processos de assédio moral no trabalho. Estes/as, desde o início da pandemia, estão com medo do desemprego, se agarrando ao seu “auto-desejo” de que haja um bom caráter do empregador e atentos/as às iniciativas governamentais de redução dos salários. (Matos, 2021, pág.27)

Se pensarmos que o podcast Cartas da Periferia, para além de trazer testemunhos periféricos sobre a pandemia, também se destina à população periférica, e que a circulação dos trechos de áudio curtos é uma das formas de, não apenas veicular informações relevantes para a periferia, mas criar possibilidades de identificação entre os sujeitos que o acessam, têm-se uma justificativa plausível para a rapidez e, por vezes, simplificação de alguns relatos. Porém, é preciso pensar na dimensão pouco mobilizadora e, por vezes, instrumentalizada que a mera exposição das dores do Outro adquire.

Ambos episódios em análise buscam representar aquilo que se renova a partir da pandemia de covid-19, mas também o que permanece. Na fala de locução de Arthur Amorim, no episódio 1, podemos perceber os elementos e as principais questões que norteiam o enquadramento de sentidos buscado pelo podcast para representar as populações abordadas, sendo a desigualdade social uma delas e o que também aparece nas falas das vozes presentes nos dois episódios.

ARTHUR AMORIM (Locução): Nesse contexto, qual a realidade das comunidades de periferias? De que maneira está sendo feito o enfrentamento da doença? Quais os aspectos da desigualdade social que estão sendo revelados pela covid-19? (Cartas, 2020)

Em outro momento, existem marcas de sentidos que revelam a busca por aquilo que há de inovação a partir do acontecimento e de que forma ele impacta os indivíduos, extrapolando a afetação apenas por meio da infecção, mas demonstrando a transformação que denota as problemáticas anteriores à pandemia. Para o Cartas da Periferia, nos episódios 1 e 2 em especial, alguns dos agentes de destaque da pandemia devem ser as populações de baixa



renda que, sem acesso às condições básicas de subsistência e sobrevivência perante o risco do extermínio, agem de acordo com as necessidades que o momento impõe. Aqui, os indivíduos são vistos a partir da falta e do que há de enfrentamento a partir das ausências de suporte que recaem sobre eles.

ARTHUR AMORIM (Locução): Além da covid-19, as periferias têm outros problemas a enfrentar, dessa vez na escala social. Como a limitação de equipamentos de saúde e saneamento básico, a precariedade das suas moradias, que dificulta o isolamento social, além da falta de acesso à informação. (Cartas, 2020)

Pensar a periferia e os indivíduos que a compõe por meio desse viés, no entanto, ainda que sirva para descrever o impacto que o acontecimento covid-19 tem sobre os atores elencados na narração, pode ajudar a enquadrá-los a partir de um viés que não complexifica suas experiências, não problematiza as mazelas que os atingem ou os coloca a partir de uma representação opaca.

Ao longo dos dois primeiros episódios do podcast Cartas da Periferia, de acordo como se propõe a temporada, temos um panorama das dificuldades enfrentadas pela população periférica. Ouvimos a periferia a partir dela, por meio de relatos de suas experiências sobre este período. O acontecimento covid-19 é descrito por meio do medo, do risco, do enfrentamento e das dificuldades e, com isso, ajuda a enquadrar a população que busca representar a partir destes conceitos. É interessante perceber o movimento de enquadramento da covid-19 por meio de fontes testemunhais e não exclusivamente fontes secundárias. Nos dois primeiros episódios, as fontes secundárias usadas servem para traçar o contexto da pandemia e também informar a população à qual se destina a produção. Contudo, é a partir dos próprios periféricos que o acontecimento é descrito e enquadrado para ser representado a eles.

Nos momentos de mediação feitos pelo podcast, no entanto, não é possível perceber problematizações maiores daquilo que é anterior à covid-19, ainda que existam marcas dos problemas caracterizados na individualização do acontecimento, por meio das experiências e testemunhos elencados pela narrativa. A intenção também fica demarcada pelo questionamento feito pelo próprio podcast em relação ao acontecimento covid-19: “quais os aspectos da desigualdade social que estão sendo revelados pela covid-19?” (Cartas, 2020). Ao longo dos dois episódios, vemos essa discussão feita pelo podcast, em particular, a partir de dados que diferenciam os números de infecções nas periferias do estado do Rio Grande do Sul e dos números de internações em hospitais público e particulares, mas também a partir dos próprios testemunhos que elencam suas dificuldades materiais. Mas a mediação jornalística que se propõe expor essas desigualdades, inicialmente, acaba por deixar indícios

das consequências que ela têm gerado, sem aprofundar nas questões que poderiam gerar discussões mais complexas, inclusive por meio dos testemunhos periféricos em relação àquilo que é anterior à pandemia de covid-19.

Para Medina (2008), diante da produção da notícia, os jornalistas se veem na necessidade de operar por meio de um realismo positivista, ou seja, buscam por aquilo que é objetivo dos fatos do mundo para produzir enquadramentos do acontecimento que o coloquem na perspectiva de concepções de mundo positivistas. O espírito Comtiano, como formula a autora, está presente desde as formações universitárias até a prática do mercado profissional.

[...] a noção do real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da inviabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação dos fatos determinados. (Medina, 2008, pág.24)

Mas, quando pensamos em narrativas mais afetivas das problemáticas enfrentadas por determinadas populações, ou acontecimentos que não deixam possibilidades rápidas de representações que façam agir sobre eles, entre outras coisas, nem sempre tal objetivismo pode ser suficiente para representar e para formular signos que deem conta de apreender e se aproximar da alteridade.

Por meio da narrativização é que se estruturam os agentes e a dimensão temporal do acontecimento. No podcast *Cartas da Periferia*, percebemos isso a partir da mudança de rotina que impacta diretamente o sustento e o medo em relação ao risco de infecção. A temporalidade nesta fase de individualização do acontecimento fica demarcada pelo tempo presente, com indícios de um tempo passado anterior ao acontecimento covid-19, sem, contudo, trazê-lo em profundidade. Os periféricos, neste momento, são agentes do acontecimento tanto em sentido positivo, por descreverem o acontecimento a partir de seus testemunhos, mas também em sentido negativo, de precisarem recorrer a eles mesmos para suprir as necessidades que o acontecimento impõe. Como são colocados em centralidade, serve para dar protagonismo e visibilidade, criar identificação com o público ao qual se destina – os próprios periféricos –, mas também serve para deixar de elencar outros atores que têm relevância nas problemáticas apontadas, como o próprio governo que falha em oferecer suporte durante este período ou o sistema social que se beneficia de tais disparidades, desigualdades e precarizações.

O pano de fundo pragmático se configura, a partir disso, nas campanhas, doações e

mobilizações que os próprios periféricos organizam para suprir as necessidades e faltas de apoio, conformando os sentidos de assistencialismo que estão presentes em suas experiências e que o podcast busca representar. Isso também dá a ver do problema público que o podcast busca abordar: a desigualdade social. Elencando as dificuldades e colocando em comparação com outras camadas da sociedade, com sustento financeiro, possibilidades de isolamento e diferentes graus de exposição ao vírus, o Cartas da Periferia pinça algumas das problemáticas que envolvem a desigualdade por meio das fontes testemunhais que enquadra, mas, sem conseguir elencar outros agentes do acontecimento, acaba por deixar partes do problema público escassos de sentidos mais complexos.

A normalização, por fim, é a última etapa de individualização de um acontecimento (França e Lopes, 2017) e, ainda que em 02 e 17 de junho de 2020, momento de lançamento de ambos episódios, estivéssemos apenas no início da pandemia e as consequências sobre a população de baixa renda fosse incerta, percebem-se algumas marcas que buscam apaziguar o acontecimento naquele momento. Como o tom conclusivo, por meio das falas de Andréia, que pede para que as pessoas reflitam sobre a desigualdade social que acomete negativamente à população que não tem condições de lidar de forma mais eficiente com o vírus, colocando aquela experiência como algo comum, ainda que passível de reflexões, sem um campo futuro objetivo de resolução ou encerramento.

Para Quéré (2011), o acontecimento é algo ocorrido no tempo, que pode ser entendido, não como o ponto de partida, mas o de chegada, explicando e revelando sentidos sobre o passado. Ao descrever o acontecimento, o jornalismo permite compreender as particularidades de sentidos que o precedem ou o contexto de seu surgimento. Vemos isto a partir das temáticas e problemas elencados nos dois primeiros episódios do Cartas da Periferia que, sem a ocorrência da pandemia de covid-19 não teriam razão de ser. Ou seja, é o simples fato de existir um contexto de desigualdade e ineficiências em relação à população de baixa renda prévio ao acontecimento covid-19, que faz emergir também produções de sentidos sobre ela a partir dos atores que a experienciam.

### 5.3 O ACONTECIMENTO COVID-19 E A POPULAÇÃO DE RUA

No Cartas da Periferia, a pandemia é um quadro de sentido geral que aciona atores periféricos para falar sobre a desigualdade social que está posta mesmo antes da pandemia de covid-19 emergir na experiência individual e coletiva. Ao expor testemunhas que tematizam “Impacto no sustento”, “Ausência de suportes”, “Mudança de rotina” e “Assistencialismo”

podemos perceber as dimensões de afetações que a pandemia adquire sobre a população de rua.

O podcast Cartas da Periferia traz a população de rua em sua temporada nos episódios #3 e #6, intitulados “Pandemia e População de Rua: Contexto e Impactos”. No título dos episódios podemos perceber a tentativa de olhar para esta população e entender de qual forma a pandemia de covid-19 gera ações sobre elas, seja da sociedade, seja da própria população que sofre estes impactos.

No episódio #3, ainda que 6 vozes estejam presentes, somos convidados a ouvir as histórias de 4 pessoas em situação de rua em Porto Alegre durante a pandemia. Eles se identificam como Rafael dos Santos Cardoso, Kléber Lacerda Martins, Maristone Moura e Tamara. Antes de percebermos como cada uma dessas vozes é trazida para contar os sentidos em relação à pandemia nesta população, é interessante notar que, pelo formato de narrativa empregado em todos os episódios, são elencadas 3 falas iniciais, curtas, que são espécies de prévia do que vamos ouvir ao longo do episódio. No episódio #3, além das vozes elencadas anteriormente, ouvimos também, Eliandro de Lima Oliveira e Rodrigo do Nascimento Antunes, mas que apenas serão apresentados no episódio #6, que finaliza a temporada.

A primeira fala de locução, feita por Arthur Amorim em ambos episódios, denota o tema da “Desigualdade Social”, e coloca dois questionamentos: se para evitar o contágio pela covid-19, recomenda-se o isolamento em casa, o que faz quem não tem casa? E também, nesse contexto, quais auxílios recebem essa população?

ARTHUR AMORIM (Locução): A criação de políticas públicas voltadas para a população de rua são *historicamente recentes*. Em Porto Alegre, por exemplo, temos o Ação Rua, o Centro POP, os consultórios de rua, a Escola Porto Alegre, o aluguel social, os abrigos e albergues. Embora sejam iniciativas importantes para essa população, *a oferta dela se dá ainda de forma precarizada e insuficiente*. Em meio a pandemia, boa parte das pessoas tem casas, insumos básicos de higiene e alimentos para realizar a quarentena de forma segura e tranquila. Mas outra parcela da população *enfrenta a carência de bens e serviços*. Coisas simples, como lavar as mãos, roupas, tomar banho e ir ao banheiro, *não são acessíveis para todos*. Somado a isso, muitas não possuem documentação ou dispositivos eletrônicos para realizar o pedido do auxílio emergencial. (Podcast, 2020, grifo meu)

Para começar a descrever o contexto da vivência da população de rua e problematizar os tipos de suporte a elas ofertados são usadas expressões como políticas públicas historicamente recentes, elencando algumas delas na cidade de Porto Alegre. Contudo, parte da função do episódio, como vemos logo de início, será problematizar a eficiência de tais políticas públicas para dar conta dos problemas produzidos pela pandemia de covid-19 sobre essa população e também indicar insuficiências anteriores. A problemática da população de rua é trazida por meio da vivência do isolamento e proteção em relação à população que pode

ter melhores condições de higiene, saúde e resguardo. Isso se vê demonstrado ao elencar as ações que a pandemia mobiliza e que, para certas parcelas sociais, é simples de se ter: água para lavar as mãos, tomar banho, lavar as roupas. Também são descritas as dificuldades de identificação que impedem o acesso à renda básica disponibilizada para as populações necessitadas durante este período. Kléber Lacerda Martins é um testemunho que permite ter a dimensão da mudança de rotina e impacto no sustento. Com o fechamento do comércio, que permitia movimento nas ruas, agora, ele tem a necessidade de recorrer à venda de balas de goma no lugar de guardar carros na rua.

KLÉBER LACERDA MARTINS: Tenho o meu colchãozinho, tenho a minha cadeira que *eu trabalho na rua desde os 8 anos de idade*. Eu perdi meus pais cedo, né, e *estou me revirando sozinho. Sempre me virei sozinho*. (Cartas, 2020, grifo meu)

No trecho da fala de Kléber, pela narrativização do acontecimento, podemos perceber como o acontecimento covid-19 convoca um passado anterior em sua vida, o da perda de suportes familiares e necessidade de sustento ainda aos 8 anos. Tem-se, assim, um relato que ajuda a compreender não apenas as nuances do presente que impacta os atores deste acontecimento, mas o contexto prévio que, com a ocorrência da pandemia, se torna latente e que o podcast ajuda a dar visibilidade.

Por meio da temática de impacto no sustento, a locução subsequente à fala de Kléber, ainda no episódio #3, ajuda a problematizar e complexificar a exposição dele. Convocando um passado, por meio de dados anteriores à pandemia, ajuda a expor problemas de origem histórica, até mesmo pela falta de dados em relação à população de rua em Porto Alegre.

ARTHUR AMORIM (Locução): *Ainda que seja difícil de mensurar dados sobre população de rua*, segundo o levantamento feito pela UFRGS em 2016, Porto Alegre tinha, na época, 2.115 pessoas adultas vivendo em situação de rua. Passado tanto tempo, estima-se que hoje o número seja de cerca de 6 mil pessoas, de acordo com os dados do Consultório na Rua, que já cadastrou mais de 4 mil pacientes. E essas estimativas foram registradas antes da chegada da pandemia ao Brasil. *Além dos problemas históricos*, algumas das *preocupações desses grupos agora* são fechamento de lojas e a diminuição da circulação de pessoas nas ruas. (Cartas, 2020, grifo meu)

Após trazer a dificuldade de mensurar até mesmo quais problemas atingem essa população, recobrando um vestígio de problemas históricos, percebemos, também, o problema presente, não desencadeado pelo acontecimento covid-19, mas intensificado com ele e que ganha, portanto, a necessidade de ser visibilizado, debatido.

Em um momento posterior, o acontecimento covid-19 também coloca os atores em relação a um futuro que, se antes era desejado e bem-vindo, com a pandemia passou a se

tornar algo distante da experiência da população afetada. Tamara é moradora de uma ocupação na Avenida Farrapos, em Porto Alegre e, com a pandemia, deixou de conquistar o emprego que desejava.

TAMARA: *O covid tem afetado a minha vida desde que começou* porque eu tava com entrevista de emprego marcada, né? E *eu tava bem inspirada*, assim, nesse emprego novo e o covid atrapalhou tudo. Então, questão de emprego foi bem complicado, bem complicado mesmo... Foi difícil, eu fiquei desempregada mesmo... Tô, né, *até hoje*. É muito complicado, tem que pedir ajuda, né!? É difícil... (Cartas, 2020, grifo meu).

A fala de Tamara ajuda a compreender de que forma a narrativização feita pelo podcast coloca a temporalidade e os agentes em relação ao acontecimento da pandemia. Quando menciona um passado de oportunidade e possibilidade de sustento, emprego, sonhos e inspirações, mas também quando volta ao presente para olhar sobre a dimensão pragmática do acontecimento, sobre suas experiências. Sem aquilo que antes possibilitaria uma vida talvez mais digna, a pandemia exige ações dos indivíduos que recorrem à busca de ajuda.

Após a fala de Tamara, e como forma de finalizar a primeira parte que retrata o impacto da pandemia na população de rua, ouvimos de forma breve o testemunho de Rafael dos Santos Cardoso. Ainda que sua experiência não seja aprofundada, temos novamente uma percepção de que o impacto no sustento é a temática pela qual o podcast busca descrever a experiência da população de rua a partir da pandemia e do assistencialismo que os permite driblar as dificuldades do momento.

RAFAEL DOS SANTOS CARDOSO: Meu nome é Rafael dos Santos Cardoso. Estou confinado, *não tenho renda e estamos nos alimentando através de doações* e já estou perdendo as esperanças de arrumar emprego. (Cartas, 2020, grifo meu)

Seu relato, no entanto, não aparecerá no próximo episódio destinado à população de rua e, além deste trecho, ele também só aparece em um das falas iniciais, que buscam dar o panorama de experiências dessa população. Buscar personagens para ilustrar determinadas ideias, contextos e situações no jornalismo é algo comum. Contudo, se pensarmos o jornalismo como uma mente interpretante que possibilita a semiose infinita por meio dos signos que produz, quais signos o Cartas da Periferia dispara na semiose que produz sobre as populações de rua quando escolhe narrar suas experiências por meio da ausência e da falta de esperança?

Sem adicionar outras partes do objeto dinâmico no signo que produz sobre essa alteridade representada, o podcast acaba por findar as possibilidades de representação possível em um signo que o representará, portanto, por meio da falta, da dificuldade, das

ausências de possibilidades de existência mais dignas. Ainda que esse relato nos ajude a compor o mosaico de experiências comuns à população de rua neste momento, não parece ser justo com a experiência individual que se vê ali retratada.

O “Assistencialismo” em conjunto com a “Ausência de suportes” são as temáticas centrais do segundo episódio que retrata a população de rua. Vindo em sua maioria da própria população de rua em organizações ou de movimentos periféricos, as campanhas de arrecadação de alimentos, suprimentos de higiene e outros insumos básicos de subsistência, possibilitam o enfrentamento para essas pessoas logo nos primeiros meses de pandemia. Este será o foco do segundo episódio que representa a população de rua, o episódio de número #6, também o que encerra a temporada.

Se vê nessa forma de individualizar o acontecimento covid-19, tanto o problema público que ele revela, quanto a dimensão pragmática que faz com que os atores se posicionem e ajam de acordo com o acontecimento. No primeiro episódio, vemos denunciada a falta de suportes e desassistência que faz com que a rotina mude, mesmo para aqueles que antes da pandemia tinham uma experiência distinta. No segundo episódio, começamos com a denúncia em relação às ausências de suportes, em especial do governo, que recai sobre essa população, por meio da fala de Veridiana, uma das 6 vozes do episódio #6.

VERIDIANA: A sociedade civil que tem feito o papel do governo, porque o governo não dá resposta alguma para as reivindicações até agora. (Cartas, 2020)

Novamente, os relatos trazidos dão a dimensão de uma temporalidade que é anterior ao acontecimento covid-19, mas também seu presente e seu futuro. Se destacam para descrever a problemática as vozes de José Luis, Jane Silva e Rodrigo do Nascimento Antunes.

JOSÉ LUIS: Eu sou José Luis, integrante do Jornal Boca de Rua. *Eu vivo na rua há 12 anos.* Eu estou com 52 anos, eu cheguei na rua com 40, né. *Afetou de forma devastadora.* Porque, quando eu pensava que tava ruim, que tinha dificuldade, gente... *não sabia o tamanho da dificuldade que eu ainda tinha pela frente.* (Cartas, 2020, grifo meu)

JANE SILVA: Meu nome é Jane [inaudível] da Silva, eu tenho 45 anos, nasci em 1975. E tipo assim, ó, *nunca imaginei que ia existir esse vírus na nossa vida.* O nosso boca *mudou totalmente*, olha como é. Antigamente a gente vinha na reunião do Boca, pegava o jornal, nós ia vender. *Agora, o que tá acontecendo?! Não tá tendo movimento.* (Cartas, 2020, grifo meu)

RODRIGO DO NASCIMENTO ANTUNES: Meu nome é Rodrigo do Nascimento Antunes. *Afetou demais que as pessoas não querem mais ajudar...* meus carro ali ficou tudo ruim para cuidar e sem contar que eu não recebi R\$600 pila, daí ficou mais ruim ainda para mim, mais ruim mesmo. Não consegui receber os R\$600 pila. Eu cuidei carro na Redenção e ficou tudo ruim para mim também. *O boca tá ajudando, né?* Graças a Deus o Boca tá ajudando nós, aí. Dizem que é pouco, mas para mim tá bom. (Cartas, 2020, grifo meu)

Nas duas primeiras falas, os atores se posicionam e, por meio da narrativa, um presente, um passado e um futuro em relação ao acontecimento. Na fala de José Luis, vemos sendo mobilizada a sua vivência de quem está na rua há 12 anos, e um presente, por meio da forma devastadora que o acontecimento impõe sobre sua vida. A dificuldade que relata também expõe um passado que dá indícios de que, ainda que houvesse precariedades, elas se acentuam agora. Ambas as temporalidades adicionam uma dimensão de conformação que vê o futuro por meio das contingências momentâneas.

O mesmo acontece nas falas de Jane Silva e Rodrigo do Nascimento Antunes. Na primeira, o susto que algo inesperado como a pandemia impõe, desconfigurando o que já existia, colocando um grande ponto de interrogação em sua vida. Também o impacto de dimensão pragmática que o acontecimento covid-19, o de impacto sobre a materialidade de suas vidas por meio dos sustentos. Na fala de Rodrigo, isso acontece quando menciona “As pessoas não querem mais ajudar” e “O boca tá ajudando”, e possibilita perceber a dimensão da experiência que o acontecimento provoca e faz agir os indivíduos, por meio da organização que busca prover outros meios de subsistência durante o período.

Em seguida, o podcast ajuda também a caracterizar o problema público, por meio da descrição das ausências representadas na necessidade da própria população de rua agir sobre as faltas de suporte que enfrentam. Através da descrição de “preencher as lacunas deixadas pelo governo” e “garantir a alimentação e segurança para as pessoas que dependem da reciclagem”, podemos ver como o jornalismo se coloca como um observador das problemáticas trazidas nos testemunhos, mas também vai além dela.

ARTHUR AMORIM (Locução): E para tentar *minimizar os impactos*, ajudar quem precisa e *preencher as lacunas deixadas pelo governo*, redes de solidariedade ter sido formadas durante a pandemia da covid-19. Um exemplo disso é a campanha online que a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de materiais recicláveis lançou para arrecadar doações e *garantir a alimentação e segurança para as pessoas que dependem da reciclagem*. (Cartas, 2020, grifo meu)

Resende (2009) entende que, pela dialética do discurso, existem textos-cegos e textos-ruidosos na narrativa jornalística. A partir de Ricoeur e seu paradoxo da incomunicabilidade, que dirá que a comunicação é um processo que gera lacunas e, ao mesmo tempo, se nutre destes vazios, Resende elabora que a narrativa jornalística possui, por vezes, formas autoritárias de contar as histórias. Os textos-cegos, sob esta perspectiva, serão aqueles que reforçam um certo imaginário social sobre determinado grupo ou indivíduo representado pela narrativa jornalística. Textos ruidosos, por sua vez, são aqueles em que o



jornalista se posiciona enquanto observador e compartilha seu ponto de vista sobre o mundo, deixando à mostra este exercício. É neste momento em que são possíveis as brechas de encontro com a alteridade, em uma relação dialógica. Textos ruidosos pressupõem, então, uma dimensão complexificada do ato jornalístico, em que se descreve o que vê e que o jornalismo se coloca como mais um dos atores neste ato. Podemos perceber no trecho marcas de um texto que expõe seu observador, ainda que não explore isso em profundidade e constância ao longo dos episódios.

É interessante perceber, por fim, que no momento de normalizar o acontecimento covid-19, a própria normalização é colocada pela problematização que uma suposta normalidade traria para a população de rua. Aqui, novamente, vemos que há marcas de um texto-ruidoso, que inscreve a narrativa em uma brecha para a percepção de quem narra a alteridade.

ARTHUR AMORIM (Locução): Se para quem tem condições materiais para enfrentar a pandemia já é difícil, para quem vive nas ruas o perigo é imensamente maior. É urgente que as autoridades escutem essas *peças que, apesar de terem políticas públicas e auxílios, ainda são precarizados, dificultando o acesso a essa parte do que chamamos de brasileiros*. Essas pessoas precisam ter os seus direitos assegurados e respeitados. Só assim, *numa sociedade que assegure as condições básicas aos seus cidadãos, podemos falar de normalidade um dia*. Aliás, normalidade essa que é tão esperada por tanta gente [...]. (Cartas, 2020, grifo meu)

Carneiro e Procópio (2018, pág. 2) apontam que as ineficiências governamentais e, até mesmo, dos dados em relação à população de rua, “quando aliada à exclusão social e a pouca – e às vezes quase nenhuma – utilização da mídia como informante dessas vozes minoritárias, contribui para o ‘fechar de olhos’ tanto das autoridades como das pessoas-comuns”. Quando o podcast Cartas da Periferia tematiza as principais problemáticas que enfrentam essa população, descrevendo o acontecimento covid-19 por meio de suas experiências e inscrevendo os indivíduos em uma dimensão pragmática que os faz agir de acordo com o acontecimento, enfrentando o problema por meio de suas mobilizações, ajuda a dar visibilidade a uma população historicamente negligenciada, bem como os seus problemas.

A forma de representação da alteridade que, ora a coloca em uma dimensão das ausências, ora das potências do agir periférico e social perante o vírus, permite que nos aproximemos, ainda que um pouco, das experiências comuns desta parcela durante a pandemia. Além disso, a descrição que deixa marcas do próprio observador que olha para o acontecimento e para os atores impactados por ele, nos dizem que existem brechas de encontro com o Outro possíveis.

## 5.4 O ACONTECIMENTO COVID-19 E AS MULHERES

Ao longo da história, o homem foi visto como a categoria de referência para a espécie humana. Classificada enquanto uma alteridade em sentido negativo, a mulher foi enquadrada – ou enjaulada – em um “história moldada pelos próprios homens” (Felden, 2021, pág.13).

No podcast *Cartas da Periferia*, a preocupação sobre de que forma o acontecimento covid-19 revela sentidos sobre as experiências de diversas mulheres em Porto Alegre está representada no testemunho de 14 vozes ao longo de pouco mais de 20 minutos no episódio “*Cartas da Periferia #5 – A Pandemia e a Desigualdade de Gênero*”. Neste episódio, ouvimos sentidos, principalmente, sobre a “Desigualdade Social”, “Risco de Infecção”, “Impacto no sustento”, “Assistencialismo” e, é interessante perceber que são inaugurados, em relação aos demais episódios da temporada, dois novos sentidos para tratar desta população em específico: o da “Violência” e o de “Invisibilidade Social”.

A “Desigualdade Social”, temática carregada no nome do episódio, também é introduzida logo nos primeiros segundos da faixa. Por meio da locução feita por Giovana Parise, o tema da desigualdade é caracterizado como o principal problema público em relação às mulheres pela perspectiva do acontecimento covid-19. Ainda no mesmo trecho inicial, a pandemia é descrita como “crise” e “ameaça” em relação às vivências que carregam consigo a desigualdade de gênero.

GIOVANNA PARISE (Locução): Se antes da pandemia o Brasil já vivenciava uma enorme desigualdade de gênero, durante este período ela parece estar ainda maior. Parece não, está. (Cartas, 2020)

GIOVANNA PARISE (Locução): A *crise do coronavírus ameaça*, além da saúde de muitas mulheres, sua inserção no mercado de trabalho e a busca por direitos iguais a mais de um século. Os setores mais afetados são aqueles onde as mulheres estão mais presentes, como os de serviço. (Cartas, 2020, grifo meu)

Como veremos ao longo do episódio, está presente, logo de início, as marcas de um narrador-observador, como formula Resende (2009). Elas serão mais latentes que nos demais episódios, denotando um nível maior de reflexividade e exposição da posição de mediação do próprio jornalismo.

Alguns dos testemunhos, além da locução, ajudam a descrever o acontecimento por meio de certos marcadores. Preocupação, contaminação, condições de trabalho e risco são expressões que ajudam a compor o pano de fundo pragmático das experiências dos indivíduos impactados pela pandemia.

PESSOA NÃO IDENTIFICADA: [...] tá sendo bem preocupante, porque *a gente sai sabendo que a gente pode pegar o vírus* e, ao chegar em casa, a gente pode *contaminar* quem a gente ama. (Cartas, 2020, grifo meu)

GIOVANNA PARISE (Locução): [...] é difícil afirmar o cenário das mulheres negras em números porque eles são escassos. Enquanto isso, *elas se arriscam nas ruas*. (Cartas, 2020, grifo meu)

GIOVANNA PARISE (Locução): Muitas profissionais que trabalham na área da prostituição tiveram suas rotinas e seus rendimentos alterados *por conta do isolamento*. Além disso, por não terem outra fonte de renda, *muitas correm riscos e contam com o bom senso dos clientes* [...] (Cartas, 2020, grifo meu)

CAROLINA: [...] Tanto pelo *pânico* que vem gerado essa *doença*, o covid, quanto pela *falta de cuidado* com as pessoas. (Cartas, 2020, grifo meu)

É interessante perceber que, assim como é a tendência dos demais episódios, este em específico acentua a vontade de olhar para a dimensão de ação dos indivíduos em relação ao acontecimento covid-19 por meio de experiências menos comuns, costumeiramente deixadas de lado ou mal representadas pelo jornalismo hegemônico. O impacto no sustento é a única temática que está presente em todos os episódios e demonstra que a afetação do acontecimento covid-19 é, em especial, material, trazendo alteração no trabalho e meios de subsistência da população periférica. O podcast Cartas da Periferia escolhe, no entanto, vozes comumente invisibilizadas dos meios midiáticos, e mesmo do imaginário social, para falar desta temática. As profissionais do sexo, Dine Gata, Adete e Soninha Toda Pura, como se identificam, por meio de seus relatos sobre a afetação da pandemia em suas vidas, permitem ter uma dimensão diversa da experiência de gênero em relação ao acontecimento covid-19.

A prostituição, contudo, não é colocada enquanto um problema prévio, presente ou futuro em relação ao acontecimento. À forma como ele faz agir sobre os indivíduos, porém, é o que ganha o destaque, por meio da organização, planejamento e elementos da experiência dos atores envolvidos positivos em relação à pandemia e o risco de infecção.

DINE GATA: [...] os clientes que eu atendo, atualmente, são clientes conhecidos. Eu faço um critério de seleção, eu pergunto de onde a pessoa é, se a pessoa viajou, conto com o bom senso, que a pessoa não minta também, né? (Cartas, 2020)

ADETE: Eu ainda trabalho com prostituição, só que, com essa pandemia, eu tô trabalhando por telefone, tô atendendo dois, três clientes, porque não dá para sair muito para a rua. Estou atendendo por telefone meus clientes. (Cartas, 2020)

SONINHA TODA PURA: [...] Estamos na ativa. Agora, com a pandemia, um pouco menos, né? Porque estamos com problemas de decretos, enfim, temos que respeitar, né? Não estou na ativa, agora. Não estou mais na rua, mas tenho três clientes fixo que atendo em casa e, assim mesmo, os que eram semanalmente, eu botei de 15 em 15 dias. Fazendo com que ele se cuidem também, para mim poder continuar atendendo eles, né? (Cartas, 2020)

Os atores que escolhe para dar destaque na narrativização do acontecimento são talvez o ponto-chave do episódio que, ainda que não problematize questões anteriores à pandemia

que impactam a experiências de grupos periféricos no seu decorrer, ao permitir que tais indivíduos tenham sua vivência veiculada e escutada, contribui para oferecer uma representação mais diversa. Também ajudam a compor a narrativização da pandemia, a voz de Ali, mulher transgênero que fala do impacto do acontecimento sobre a população LGBTQIAP+ a partir das oportunidade de trabalho que deixam de ter. Além de relatar sobre as condições de trabalho de pessoas autônomas na comunidade, Ali é uma voz que coloca como problema público a invisibilidade social.

ALI: E, hoje, com distanciamento social e a gente recluso em casa, parece que eu me tornei mais invisível ainda, parece que eu não existo aos olhos das pessoas. (Cartas, 2020)

Ao se utilizar do testemunho de Ali, se vê representado no podcast um problema anterior à covid-19 e a dimensão temporal de um acontecimento que é capaz de permitir que uma experiência à margem pudesse ser levada ao centro. Apesar disso, as questões e problemáticas diversas que enfrentam a comunidade LGBTQIA+ , em especial a de pessoas transgênero, como Ali, ficam colocadas em um panorama de mais uma das violências que acometem as mulheres. Ao não problematizar e questionar quais medidas de assistência devem recair sobre esse público, qual parte da materialidade impacta suas vidas, contribui-se para criar o que Resende (2009) entende por texto-cego, que não dialoga com o público representado e cria uma falsa interpretação do objeto.

GIOVANNA PARISE (Locução): *O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo* e os números continuam aumentando. *Os assassinatos de mulheres trans e travestis aumentaram 49% no primeiro quadro quadrimestre de 2020. Sessenta e quatro contra 43 no mesmo período do ano passado. Isolando os meses de março e abril, início de isolamento social, houve um aumento de 13%, segundo pesquisa da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais.* Apesar dos dados preocupantes, o Estado não apresenta políticas públicas de acolhimento, segurança ou justiça para essas mulheres. *Com essa omissão histórica, os círculos de violência continuam sendo praticados.* (Cartas, 2020, grifo meu)

Isso também acontece em outros momentos ao longo do episódio. Como uma espécie de síntese das mazelas diversas que atingem as mulheres, são trazidas também as problemáticas de raça enquanto um problema público agravado e, até mesmo, visibilizado pela pandemia sob certos aspectos.

VIVIANE: Meu nome é Viviane, Tenho 39 anos, sou trabalhadora, sou mulher negra. O impacto que trouxe a pandemia foi só questões negativas. A questão do transporte público que tá bem ruim, as desigualdade social que bate sempre em nós, que somos mulheres negras trabalhadoras, que saímos todos os dias para trabalhar, para sustentar os nossos filhos. A pandemia só nos trouxe as desigualdade que bate sempre nessa pauta do racismo e das desigualdades sociais, principalmente na área do trabalho, que a gente se depara o quanto que a gente sofre diante desse sistema opressor, esse sistema racista. (Cartas, 2020)

Uma das temáticas que ganha maior destaque, contudo, é a da Violência, aparecendo em 7 das 35 unidades temáticas do episódio, o que denota que, ainda que outros problemas públicos sejam instaurados pelo acontecimento e estejam mencionados a partir da individualização do acontecimento feita pelo podcast, é por meio desta temática que o Cartas da Periferia escolhe para construir a representação que faz sobre as mulheres. Pela semiótica, um signo representa o objeto não em todos os seus aspectos, mas a partir de um elemento dele, o seu objeto dinâmico, gerando um interpretante. Os objetos nos permitem infinitas significações possíveis, mas a parte que escolhemos para representar ganha relevância e poder quanto mais pensarmos que tais infinitas possibilidades de significação, criam também as possibilidades para o que Santaella (1995) entende como a característica autogerativa do signo, aquilo que permite o desalojamento de crenças e mudança de hábitos.

GIOVANNA PARISE (Locução): Mas o medo de pegar a doença, a insegurança em relação ao trabalho e a sobrecarga de tarefas não são os únicos problemas que elas enfrentam. Antes da pandemia, uma mulher era assassinada, por ser mulher, a cada sete horas no Brasil. (Cartas, 2020)

PRISCILA VOITH: A gente, enquanto movimento social, tem visto, identificado, infelizmente, o aumento da violência contra as mulheres. E muitas mulheres, no momento de isolamento social, ficando trancadas, né, isoladas dentro das suas casas com os seus agressores. Tem piorado a situação das mulheres, fora o desemprego, que vem aumentando, né. (Cartas, 2020)

GIOVANNA PARISE (Locução): 61% das vítimas de feminicídio são negras, de acordo com o relatório produzido pela Rede de Observatórios da Segurança, grupo de estudo sobre violência nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Pernambuco. (Cartas, 2020)

A problemática da violência, contudo, vem ancorada em dados que demonstram que esse problema público, ainda que ganhe destaque e revele sentidos sobre as populações que acomete durante a pandemia, afeta indivíduos e grupos sociais marginalizados mesmo antes do acontecimento dela.

Estão presentes, ainda, três unidades temáticas que representam o “Assistencialismo”. Por meio das ações concretas de indivíduos periféricos e organizações que dão assistência quando o Estado falha, podemos perceber também a dimensão pragmática sob os atores que o acontecimento coloca em jogo, as mulheres.

Por fim, as marcas de uma normalização do acontecimento enquanto algo acabado estão presentes na fala de Viviane, a partir da reflexão sobre a desigualdade social e de gênero que recai sobre essa parcela da população. Contudo, ganham destaques como, novamente, o narrador-observador se impõe para falar do acontecimento a partir de onde o vê.

VIVIANE: A pandemia nos trouxe essa reflexão que sempre bate em nós, mulheres negras, né? Que a gente tem que tá se expondo a esse vírus tão mortal que tá matando todo dia, 24 horas por dia, cada pessoa. E, aí, esse que é o impacto que a pandemia me trouxe, hoje, a realidade de ser uma mulher preta, de periferia. (Cartas, 2020)

O jornalismo, como vimos em Meditsch (2004; 2010), não constrói a realidade que está dada, mas ele a representa e cria mediações entre os atores envolvidos nos acontecimentos. Se a realidade é uma, mas diversas as formas de representá-la, é preciso fazer o esforço de compreender quais efeitos de sentidos são produzidos sobre os objetos. No Cartas da Periferia, a partir do acontecimento covid-19, no que tange à experiência de gênero perante à pandemia, podemos perceber que, ao individualizar o acontecimento, o podcast mobiliza atores diversos para falar de suas dimensões pragmáticas, ou seja, aquilo que os afeta e, com isso, permite visualizar grupos periféricos por vezes à margem das possibilidades de escuta. A temporalidade da narração também fica demarcada pela forma como a mudança na experiência dos indivíduos é trazida à tona, por meio daquilo que é material, do sustento, do medo, do risco de infecção e das faltas de oportunidades que, se antes eram escassas, agora ainda mais.

Por meio, inclusive, dessa dimensão e da forma como os atores se mobilizam para enfrentar coletivamente a pandemia, se caracterizam problemas públicos, a falta de suporte governamental e daqueles que deveriam assegurar direitos, as distâncias entre a experiência comum de pessoas marginalizadas e o imaginário social que se não os estigmatiza, os invisibiliza, como pessoas negras, transgênero e pobres. Ser mulher, no entanto, é ser diversa, e a representação feita a partir da violência não permite acessar o objeto em sua complexidade. Ainda que o propósito seja colocar o panorama de impactos de um acontecimento ainda muito inicial na vida de pessoas periféricas, sob quais aspectos prévios essa construção jornalística é feita? De que modo contribui para problematizar ou, até mesmo, conscientizar sobre a realidade material que os afeta?

Babo (2013 apud França e Lopes, 2017) observa que os acontecimentos sempre dão a ver seus públicos, podendo instaurar, dependendo das formas de afetações e (re)ações dos indivíduos, problemas públicos de ampla discussão social. Acontecimentos de violência contra a mulher, por exemplo, podem convocar a configuração de diferentes públicos, os quais, por sua vez, colocam em circulação variados discursos que, potencialmente, poderão instaurar um debate público acerca dessa problemática, envolvendo correntes e posturas políticas diversificadas. (França e Lopes, 2017, pág.78). No Cartas da Periferia, a experiência diversa de ser mulher, resumida à desigualdade de gênero e violência, por vezes, faz com que se produzam textos-cegos e que não aprofundam as mazelas ali elencadas. O podcast, ao

produzir uma narração que, contudo, deixa marcas de um jornalista que observa o mundo e narra em conjunto, pode ser um indício de brecha para o encontro com a alteridade.

Ao individualizar o acontecimento covid-19 em relação à desigualdade de gênero, o podcast o descreve como um revelador de sentidos sobre acentuações de violências, mas falha em demonstrar quais as raízes de tais mazelas, a fim de superá-las ou produzir um signo que permita uma semiose autogerativa. Por meio da narrativização, ativa momentos passados, demonstrando que o acontecimento covid-19, na perspectiva da violência de gênero, possui uma temporalidade anterior à pandemia e revela sentidos de uma desigualdade ainda não superada. Instauro como problema público a desassistência por meio do estado, mas, ao abordar a materialidade do impacto no sustento, por exemplo, não olha para o sistema que permite tais contradições e desigualdades. O acontecimento covid-19, no *Cartas da Periferia*, por meio dos testemunhos que elenca, faz com que os indivíduos ajam a partir das faltas do governo e não de elementos de ausência presentes na forma como estão distribuídas as relações entre tais indivíduos e, ao permitir soluções simples por meio de uma assistência mais qualificada, faz pensar que, encerrada a pandemia, será possível voltar à normalidade novamente.

## 5.5 O ACONTECIMENTO COVID-19 E OS POVOS INDÍGENAS

Quando o acontecimento covid-19 surge como um fenômeno, os impasses que ele levanta são maiores que as respostas. Para França e Almeida (2008, pág. 2), o acontecimento midiático é mais que um fato, “trata-se de um fenômeno de sentido que instaura discontinuidades e afeta aqueles que o experimentam”. Os acontecimentos têm o poder de desorganizar e transformar o desenho de nossas vidas. Em sua natureza radicalmente imprevisível, ele suscita movimentos antes não previstos (França e Almeida, 2008).

No episódio #4, ouvimos 4 vozes indígenas femininas que ajudam a contar quais os impactos que a pandemia impõe sobre suas vidas e de que forma a vida indígena se vê diante dos problemas que o acontecimento covid-19 dá brecha. Além das temáticas de “Ausência de suportes”, “Risco de infecção” e “Impacto no sustento”, são inauguradas duas categorias de sentidos: “Mobilização” e “Direito à moradia”.

Regiane Kaingang, Alice Martins, Raquel Kubeo e Iracema Ga Rã Nascimento são as vozes de indígenas em contexto urbano que falam de suas comunidades, mas também dos parentes indígenas aldeados. É interessante perceber que, neste episódio em específico, o

problema público, a falta de terras indígenas demarcadas que permitiram a sobrevivência, sob determinado aspecto, no período inicial da pandemia, é o primeiro acionado no episódio;

THAYNAN SCHROEDER (Locução): Segundo o site da Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, o estado conta com três etnias indígenas em seu território. Ao todo são mais de 30 mil Charrua, Kaingang e Guarani nessa região. *Mesmo assim não há nenhuma terra indígena demarcada*, apenas cedida em acordos a nível de Decreto Estadual. *Com a escassez de terra produtiva para cultivo*, a principal fonte de renda de muitas dessas famílias é a venda de artesanatos na cidade. Mas, por conta da pandemia e da recomendação de isolamento social, o sustento desses indígenas foi afetado. (Cartas, 2020, grifo meu)

Primeiro, há uma contextualização sobre a quantidade de povos indígenas existentes no estado, cerca de 30 mil entre Charruas, Kaingang e Guarani, e isto para instaurar a questão que será discutida ao longo do episódio e dar a dimensão do problema público que o acontecimento covid-19 revela: se não há terra demarcada, não há sustento possível para o povo indígena, uma vez que a venda de artesanato, prática que, por si só, é algo de caráter auxiliar à sobrevivência dos povos indígenas em contexto urbano, teve de ser interrompida.

REGIANE KAINGANG: [...] Venho falar hoje um pouco da pandemia. Então, hoje os problemas mais vistos dentro das comunidades indígenas, como Nonoai, que é um território bem longe do meio urbano, é a exposição de artesanatos, né? Exposição de artesanatos, *ela não está acontecendo e hoje os artesanatos eles são meio de sobrevivência das comunidades indígenas*. A maioria ainda vive dos artesanatos indígenas. (Cartas, 2020, grifo meu)

IRACEMA GA RÃ NASCIMENTO: Quando nós morávamos lá no interior, lá fora e na área demarcado, né? *A gente tinha terra para plantar e nós não temos aqui, mas estamos sobrevivendo só com o nosso artesanato. Mudou muito, né, a venda. A venda nem tá saindo, não tá acontecendo. Parou tudo no contexto humano. E nosso ganho era através do artesanato. Agora tem que fazer campanha para a sociedade ajudar*, campanha para os órgãos ajudar, mas está sendo muito pouco. (Cartas, 2020, grifo meu)

Nesses dois momentos, temos uma temporalidade também demarcada que, por sua vez, posiciona os atores envolvidos no acontecimento, os povos indígenas. Em seguida, por meio de uma dimensão passada, somos convidados a refletir sobre aquilo que o acontecimento covid-19 convoca historicamente, em “a disseminação de viroses é um fenômeno comum na história dos indígenas” e que reverberam nas práticas sociais atuais e no contexto presente dos povos indígenas, “Com as aldeias distantes do imaginário do cidadão médio das cidades, coube aos indígenas no contexto urbano lutar por visibilidade e alertar sobre o genocídio da população”, demarcando, por fim, um futuro possível, caso não exista a resolução do problema público fígado pela narrativa. A disseminação do vírus também é colocada na descrição em relação à pandemia por meio de uma “arma biológica”.

THAYNAN SCHROEDER (Locução): Segundo um artigo da historiadora e arqueóloga, Alenice Baeta, para o site Eco Debate, *a disseminação de viroses é um fenômeno comum na história dos indígenas*. Desde a chegada do homem branco nas Américas, a arma mais utilizada para exterminar o povo indígena é a *arma biológica*.



Agora, são obrigados a se virar como podem. *Com as aldeias distantes do imaginário do cidadão médio das cidades, coube aos indígenas no contexto urbano lutar por visibilidade e alertar sobre o genocídio da população.* (Cartas, 2020, grifo meu)

O risco, a fragilidade e a falta de suportes se colocam como elementos dessa caracterização, o que ajuda a compor o cenário temporal sobre o qual os povos indígenas se veem e sobre o qual agem.

RAQUEL KUBEO: Hoje o risco da pandemia dizimar aldeias é enorme, pois muitos já tem problema de saúde, muitos se forem contaminados, infectados, não vão aguentar. Eu fico pensando muito o quanto hoje isso nos afeta na parte da demarcação das nossas terras, porque sem terra numa vida, sem terra não há índio, sem terra todas as pessoas vão acabar morrendo. (Cartas, 2020, grifo meu)

Pela dimensão pragmática da individualização do acontecimento, o podcast busca elencar as ações pelas quais os indivíduos lidam com o problema colocado.

THAYNAN SCHROEDER (Locução): Em meio às dificuldades nas vendas e a falta de apoio dos órgãos responsáveis, as comunidades indígenas encontram maneiras de se proteger e enfrentar a pandemia do COVID-19. As iniciativas englobam desde a medicina tradicional dos povos originários até a arrecadações realizadas por redes de solidariedade. (Cartas, 2020)

ALICE MARTINS: Formamos uma outra rede, que se chama Rede Indígena Poa, exclusiva para arrecadar doativos para essa época da pandemia. Alimentos, cestas básicas, máscara, álcool gel, produtos de higiene e limpeza, cobertores, roupas, enfim, tudo que for necessário para que essas mulheres continuem dentro das suas comunidades em segurança. Nós estamos fazendo, inclusive, através desse espaço, algo de qual o estado, a FUNAI, a SESAI, se isentaram. Elas não dão o atendimento para os indígenas das comunidades neste momento de pandemia. Nós, junto à sociedade civil e as nossas redes que a gente mobilizou, estamos fazendo isso. (Cartas, 2020)

A normalização do acontecimento, uma forma de inscrever ele naquilo que pode ser considerado normal da experiência e inscrito na categoria de outros problemas similares, ainda que o acontecimento esteja em curso, pode ser percebido na forma como a ação dos indivíduos em relação às ausências do estado é comparada com suas ações de outros momentos passados. Para continuar a sobreviver, as comunidades indígenas se utilizam da venda de artesanato, da medicina tradicional e do cultivo dos próprios alimentos. O acontecimento covid-19 ainda está em curso, porém relacionado na categoria de acontecimentos históricos que acometem os povos indígenas e, por isso, normalizado sob a perspectiva das faltas de suporte.

RAQUEL KUBEO: Nós, com a rede indígena e com a ocupação Baronesa, nós organizamos uma vaquinha e nela nós conseguimos atender três núcleos de artesãs indígenas que essas que vinham trabalhar em Porto Alegre. (Cartas, 2020, grifo meu)

REGIANE KAINGANG: O acesso à saúde para nós ele é muito precário. A gente se fala em Saúde Especial para indígenas, isso não existe, né? Só tem isso escrito no papel. (Cartas, 2020, grifo meu)

RAQUEL KUBEO: Nós aqui da aldeia estamos fazendo muito chá, tomando muito chá, do mato, das nossas ervas medicinais. Conversei agora com o nosso [inaudível] essa semana, ele me falando que ele vai fazer alguns rituais. Então, assim, a gente tá tentando se proteger com a nossa medicina. Né, nossa medicina tradicional. Porque órgão nenhum está protegendo as aldeias. (Cartas, 2020, grifo meu)

Para Matos (2021, pág.27), a pandemia de covid-19 ajudou a ampliar o conceito de saúde, “já que nesta, agora, o adoecimento não significaria somente um problema biológico de uma pessoa em particular”. Mas, além disso, a dimensão da saúde ganha um caráter social, que passa também pelas formas e condições de vida e de trabalho dos indivíduos. Se pensarmos no contexto da saúde em relação aos povos indígenas, contudo, essa noção de ampliação pode ser problematizada.

Olhando em retrospecto para os impactos deixados pela pandemia de covid-19, é possível inferir que a população indígena foi uma das mais impactadas pelo descaso no trato da doença e suas implicações. A falta de suporte à saúde, alimentação, às suas próprias terras e o direito à vida culminou também na crise humanitária das crianças Yanomami (Machado e Brum, 2023), fatalmente afetadas pela desnutrição e doenças tratáveis. Ainda em 2023, a discussão sobre o Marco Temporal manteve o debate aceso sobre a importância da demarcação das terras indígenas para a sobrevivência, não apenas da população indígena, mas da preservação da sobrevivência humana no planeta Terra, por meio da preservação da natureza nas terras demarcadas ou de uso dos povos originários.

O acontecimento covid-19 é algo que, quando irrompe na superfície de acontecimentos da esfera pública, gera afetações distintas e controversas, cria rupturas, descompassos, desorganiza o que era antes estabelecido. Ao acontecer, a pandemia, ainda que instaure um grande questionamento — e agora? — gera, também, possibilidades de reconfigurações e olhares sobre problemas que antes, muitas das vezes, se viam dispostos no pano de fundo da vida social — ou, quando trazido à toda, eram estabelecidos sob construções de sentidos diferentes das de agora. Interessa-nos pensar qual o poder hermenêutico deste acontecimento, ou seja, quais sentidos ele desencadeia ao acontecer e produzir afetações.

Ainda, qual seu poder de gerar sentidos sobre populações impactadas diversamente pelo seu acontecer e de que forma o jornalismo periférico é capaz de reconstruí-lo constituindo alteridades diversas? Se apreender a alteridade não é tarefa simples, não obstante imprescindível para o exercício jornalístico, quais formas possíveis de produzir sentidos sobre o Outro em um contexto de vulnerabilidade? Em especial este movimento que busca compreender o poder hermenêutico dos acontecimentos, demonstra a potencialidade do

acontecimento enquanto algo que aponta para tendências de renovação ou preservação da vida social (França e Lopes, 2017).

Neste episódio do podcast *Cartas da Periferia*, percebemos que a descrição do acontecimento covid-19 ajuda a colocar os principais problemas públicos que impactam a população indígena de Porto Alegre em contexto urbano e aldeadas. Por meio da pandemia como uma arma biológica e, recobrando os sentidos históricos em relação a um acontecimento de origem viral, o podcast coloca em perspectiva os riscos sob os quais essa população está submetida desde os primórdios da sociedade brasileira. A contaminação por meio de estrangeiros, a necessidade de sustento por meio do comércio de suas artes, a falta de suporte à saúde e necessidade de recorrer à sua própria medicina tradicional, o isolamento que, para além do impedimento do vírus, é marca também da existência de tais povos, isolados ou distanciados do imaginário social.

Ganham destaque as quatro vozes femininas trazidas para debater esses problemas enquanto atores do acontecimento e que ajudam a demarcar a temporalidade que o acontecimento covid-19 impõe, um histórico de doenças disseminadas que culminariam no genocídio da população. As vozes presentes e a forma de contar podem contribuir para uma narrativização do acontecimento que valoriza os atores em destaque e a dimensão pragmática que os faz agir em relação a ele, por meio de sabedorias ancestrais, da prática do isolamento recomendado. A normalização, contudo, serve para inscrever o acontecimento covid-19 no círculo de acontecimentos que acometem os povos indígenas historicamente.

## 5.6 O ACONTECIMENTO COVID-19 E AS DISPUTAS DE SENTIDOS SOBRE O OUTRO

Se é na realidade cotidiana que os grupos de significantes são infinitos e permitem a construção do conhecimento cotidiano, como apontam Berger e Luckmann (1983), o podcast *Cartas da Periferia* é bem-sucedido ao optar por se utilizar das vozes de pessoas periféricas em suas realidades materiais para compor o mosaico de sentidos em torno do acontecimento covid-19, na perspectiva de uma produção que se destina, acima de tudo, à própria população periférica. Além disso, esse movimento permite que exista uma produção jornalística sobre um dos momentos mais impactantes da sociedade contemporânea que abarca as realidades diversas de populações periféricas que, muitas vezes, negligenciadas nas produções do jornalismo hegemônico, se veem representadas a partir de signos vicários, que não dão a ver a complexidade dos objetos em destaque.

Para Resende (2008, pág.4), “um dos dilemas éticos que atravessa não só a produção de documentários, mas todos os objetos que, no viés da representação, se incubem da função de falar do outro, diz respeito aos modos de representar este outro na sua diferença”. Sendo assim, é preciso pensar, no escopo de ferramentas disponíveis ao jornalismo, em possibilidades de narrativas que permitam a escuta de diferenças sem, no entanto, estigmatizar e se servir das fragilidades que existam em uma relação que pressupõe que um fale de outro, como acontece na produção jornalística, partindo de uma hierarquia, na maioria das vezes, desfavorável ao objeto da representação.

Como vemos no podcast *Cartas da Periferia*, existe um esforço que coloca as vozes testemunhais em destaque e permite que os atores impactados pelo acontecimento covid-19 tenham protagonismo ao relatar as mazelas que os acometem, seja no desenrolar da pandemia, seja no tempo passado a ela. Ao dar destaque para problemáticas como a desigualdade social, a violência, as dificuldades de isolamento, os impactos no sustento financeiro e a ausência de suportes sociais para enfrentar a pandemia, o podcast também ajuda a elaborar problemáticas que não são fruto do acontecimento presente, mas retomam um histórico de fragilidades que acometem grupos marginalizados socialmente, como a população de baixa renda, a população de rua, as mulheres e os povos indígenas, ainda que outros grupos sociais tenham sido tão afetados negativamente quanto estes.

A pandemia intensificou, por exemplo, a realidade negativa daqueles que já sobreviviam com muito pouco. O acontecimento covid-19, quando não colocado em um escopo de direitos de vida digna para as populações impactadas por ele, foi capaz de acentuar as desigualdades. Em 2019, por exemplo, 10,97% da população brasileira vivia abaixo da linha de pobreza, o que equivalia a 23,1 milhões de pessoas que viviam com R\$ 499 per capita mensais ou menos. Com a disponibilização de suportes financeiros, a partir do auxílio emergencial e Bolsa Família, esse número caiu para 4,63%, ou 9,8 milhões de brasileiros, em setembro de 2020. Já em 2021, fase mais intensa da pandemia e com a suspensão dos suportes a essa população, já eram 34,3 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, chegando, em abril de 2021, ao pior patamar antes da pandemia, de 27,7 milhões de pobres no Brasil (Brasil, 2021).

A realidade do desalento econômico é o que perpassa todos os episódios do *Cartas da Periferia*, dando destaque às diferenças que essa realidade adquire para grupos sociais distintos. Para a população de rua que, mesmo antes da pandemia se via em situação de vulnerabilidade econômica, agora, era preciso reinventar as formas de obtenção de recursos que já eram escassos. Para a população de baixa renda, também, o acontecimento covid-19,

mais do que um acontecimento com impacto financeiro, de perda de suportes econômicos, significou o risco e a necessidade de exposição a um vírus mortal, sem conhecimento das consequências que isso poderia trazer e que, no fim das contas, dizimou populações que não podiam fazer o isolamento social de forma adequada.

Seja porque quem tem casa, precisa sustentá-la, seja porque quem não tem, não consegue se proteger da contaminação, o acontecimento covid-19 ganhou a dimensão de um evento que é capaz de revelar problemáticas sobre populações vulneráveis e questionar os suportes governamentais disponíveis a essas populações. O auxílio emergencial e a renda básica disponibilizada de forma urgente demonstra que, ainda que tenha sido uma ação benéfica para tais populações, não foi uma medida suficiente para reparar as distâncias sociais entre diversas camadas brasileiras e, ao final de 2022, pouco antes do fim oficial da pandemia, o Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), demonstrou que o Brasil figurava em 14º lugar entre os países mais desiguais segundo o coeficiente de Gini, indicador de desigualdades (Quais [...], 2023).

O podcast *Cartas da Periferia*, ainda que tenha êxito ao caracterizar o problema público que envolve as populações representadas a partir do acontecimento covid-19 e permita a escuta das vozes periféricas, por vezes, não elabora em profundidade sobre os impactos que essa materialidade problematizada ganha na experiência dos indivíduos. Ao individualizar o acontecimento covid-19, descrevendo-o como um agente de acentuação das diferenças, coloca também esse agenciamento a partir de uma perspectiva pouco mobilizadora dos problemas que exigem resoluções mais amplas e complexas do que a assistência por meio de campanhas e doações dos próprios periféricos.

Martini (2018) aponta que a especificidade do jornalismo periférico em detrimento ao jornalismo hegemônico não está, necessariamente, nos modos de produção, mas em veicular partes de uma experiência e vozes que, na maioria das vezes, não estão representadas no jornalismo tradicional. Essa característica pode ser percebida no *Cartas na Periferia* a partir da vontade e necessidade de contar as histórias periféricas a partir dos testemunhos periféricos sem, contudo, abdicar do fazer jornalístico, muitas vezes objetivo e bastante calcado em métodos positivistas, como elabora Medina (2008), pensando nas práticas e no ensino profissional.

Ao trazer à superfície aquilo que se vê omitido em muitas produções jornalísticas, contudo, é preciso pensar sobre quais aspectos e métodos essa narrativa se diferencia daquelas consideradas mais distantes do ideal de representação periférico. D'Andrea (2013)

aponta que nos últimos anos os termos relacionados à periferia ganharam sentidos diversos e polifônicos. Se antes favela, periferia, comunidade e outras palavras associadas vinham na esteira de preconceitos e estereótipos, agora, tais termos ganham sentido de potencialidade. “Não mais entendida apenas como local de pobreza, privação e sofrimento passível de comiserção, a periferia passa a ser um termo utilizado como marcador da presença ativa de populações vistas não sob o signo da fragilidade, mas da potencialidade” (D’Andrea, 2013, pág.10)

No entanto, ressalta D’Andrea (2013), o próprio termo potencialidade pode vir carregado de sentidos distintos. Em um primeiro momento, significa as oportunidades e forças disponíveis na periferia. Por outro lado, demonstra, por vezes, uma face de incorporação mercadológica sobre ela.

*Potencialidade* aqui entendida em dois sentidos: portador de possibilidades e portador de potência ou força. No entanto, essa *potencialidade* é marcada pela ambivalência. De um lado, carrega o que se pode entender como um sentido emancipatório, associado à diminuição da posição de subalternidade, à valorização das formas de ser dessas populações e dissolventes dos estigmas que sempre acompanharam, neste país, a condição de pobreza. Por outro lado, essa *potencialidade* foi também capturada pelo mercado. (D’ANDREA, 2013, pág. 10)

Olhar para os sentidos que emergem da periferia, portanto, não é simples e nem deve ser um ato indiscriminado, mas atento sobre as formas como se constroem as representações sobre ela. Quais palavras, expressões, reiteraões, usos, articulações são feitas para pensar os sujeitos que habitam nela. Dentro do escopo de construções empregadas na narrativa do podcast Cartas da Periferia, buscou-se, em primeiro momento, perceber as palavras que emergem para traçar o acontecimento covid-19 e sua implicação sobre a vida dos sujeitos periféricos retratados. A partir de suas vozes e testemunhos, são percebidos sentidos sobre a ausência que perpassa suas vidas, mas também como tais ausências servem, em muitas vezes, para demonstrar as potencialidades das vivências retratadas no podcast.

Ainda que a experiência da vivência em comunidade, a mobilização e a assistência, que parte dos próprios periféricos, sejam os pontos altos da narrativa empregada pelo podcast, ao representar os impactos do acontecimento nas populações elencadas, percebemos como alguns testemunhos são utilizados para compor um cenário unicamente negativo sobre tais populações. É o caso de Leticia, no episódio #1, que tem sua vivência resumida à perda do trabalho. De Carmem, no episódio #2, que impossibilitada do acesso ao auxílio emergencial e a aposentadoria, ajuda também a compor um cenário de desassistências, sem que seu testemunho esteja ancorado, ou na responsabilização dos agentes que ajudam a

compor esse cenário de fragilidade, ou nas complexidade de sua existência diversa e que, certamente, não se resume à falta de suportes financeiros.

Essa complexidade e diversidade que reside nas periferias, para Martini (2018), expõe uma relação menos homogênea do que se pensa, que apresenta identidades sociais variadas e vínculos distintos. A produção jornalística periférica, nesse sentido, possibilitaria uma relação mais dialógica e plural em torno dos sentidos diversos que compõem o viver periférico. Isso se comprova em alguns momentos na produção do Cartas da Periferia, como no episódio #6, que expõe a forma como se organiza o Jornal Boca de Rua para dar assistência à população de rua, mesmo antes da pandemia de covid-19.

Ou, também, no episódio #5, quando vemos sendo retratadas a vivência das mulheres profissionais do sexo e que precisam rearticular suas vidas em torno do acontecimento covid-19, de modo a permanecerem tendo sustento e, com isso, deixam a mostra partes de suas vivências que incorpora suas potencialidades, a preocupação com o isolamento e o risco de infecção, o cuidado com suas vidas, mas também à do outro. Além disso, a luta dos povos indígenas em contexto urbano para dar visibilidade às lutas históricas dos parentes aldeados e a forma como as práticas culturais de sua tradição são representadas como as potências que são relevadas a partir de um acontecimento tão negativo e que, no entanto, se coloca no destino de populações vítimas do contágio de viroses e da tentativa de genocídio histórica.

As marcas de uma dialogia entre um jornalismo que observa e um objeto observado em busca de ser retratado da melhor maneira, são perceptíveis em especial no episódio #5, dedicada às vivências de gênero na pandemia, onde o lugar do jornalista é também um lugar que mostra que acompanha a problemática e se insere nela também, possibilitando uma dimensão crítica e reflexiva. Contudo, ao tentar incorporar os diversos problemas que envolvem a desigualdade de gênero, é possível perceber que muitos deles acabam se servindo de uma lógica de olhar instrumentalizado, que enxerga, a partir da violência, as experiências da alteridade.

Essa maneira de identificar o problema público pode servir para dimensionar os impactos do acontecimento covid-19 na experiência das mulheres, intensificadas a partir da pandemia, mas também contribui para colocar os atores envolvidos no acontecimento em uma perspectiva simplificada e empobrecida das pessoas que se veem ali retratadas a partir de sentidos unicamente negativos. No episódio #4, ainda, também vemos marcas de um observador atento aos problemas da experiência que busca representar e que consegue olhar para os principais problemas suscitados pelo acontecimento covid-19, recobrando temporalidades passadas. Porém, o que o acontecimento covid-19, nesse contexto, faz falar é

que ele é apenas mais um dos acontecimento infelizes que são marca da experiência dos povos indígenas.

As disputas de sentidos em torno do acontecimento covid-19 no Cartas da Periferia, ao longo de toda a temporada, colocam em jogo atores que suportam este acontecimento, que agem conforme sua ocorrência, não apenas às mazelas que ele instaura, mas às afetações que se fortalecem negativamente com a sua chegada. Ora vemos indivíduos sendo usados como ferramenta para descrever os horrores de um incidente que, àquela altura incerto e imprevisível, já deixava marcas irrecuperáveis na experiência dos indivíduos. Ora somos capazes de, em contato com vozes tantas vezes distantes do imaginário social, sensibilizarmos com as mazelas que os acometem.

O Cartas da Periferia, ao individualizar o acontecimento covid-19, expõe disputas de sentidos sobre os diversos Outros que busca representar. Ainda que não mobilize sentidos mais amplos sobre as alteridades abarcadas, de modo que as adversidades que as acometem sejam superadas, contribui para oferecer uma produção que olha para aspectos diversos de camadas sociais negligenciadas e, mais que permitir suas falas, permite-nos a escuta.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um fato social é um fenômeno objetivo que emerge e precede a sua significação. Individualizá-lo, para Quéré (2011), é um ato posterior que implica delimitar, estruturar e separar para conferir uma coerência interna. A individualidade não é intrínseca aos fenômenos, contudo. Mas relativa aos pontos de vista e atos que os constroem. Quéré argumenta que o processo mais árduo não é o de analisar o fenômeno já individualizado, mas compreendê-lo em seu desenvolvimento, descrevendo a sua constituição. Por isso, talvez seja tão difícil analisar a pandemia, uma vez que, por mais que nos pareça um acontecimento já “individualizado”, ele ainda opera sentidos sobre nós, mobiliza-nos com questionamentos e arranjos inacabados. Analisar e descrever o seu acontecer, desde o seu início até sua individualização completa — se é que se pode ter esse momento futuro em mente —, ainda que não seja tarefa simples, é necessária se se pretende compreender a configuração dos fenômenos do mundo e a forma de representar o Outro e posicionar a alteridade diante de acontecimentos de ordem tão grandiosa para a experiência.

O perigo da individualização dos acontecimentos é deslocá-los do conjunto dos outros acontecimentos que o configuram (Quéré, 2011). O jornalismo faz isso ao dizer o que, quem onde, como, com quais consequências, etc. Analisa o acontecimento individualizado, sob o risco de ocultar/ofuscar o contexto e as origens sob as quais ele se alicerça.

[...] é convertido num objecto abstracto, ideal e descontextualizado, relevando da ordem do pensamento e dos signos, e portanto num objecto que se presta a inquérito, não mais numa dinâmica de organização da experiência, mas enquanto objecto subsumido sob os traços de uma entidade genérica (e eventualmente particularizado na sua classe de pertença). (Quéré, 2011, pág. 17)

A individualização dos fenômenos é feita pelas mentes interpretantes que dão sentido ao mundo — instituições, costumes e hábitos sociais, o próprio jornalismo. Eles são vistos sob uma descrição específica que lhes conferem forma ou ordens de sentido. Sendo assim, eles podem ser explicados, narrados e interpretados de diversas maneiras infinitamente (Quéré, 2011). O objetivo deste estudo foi perceber, sob o aspecto de disputa de definições dos sentidos de um acontecimento, de que forma o podcast Cartas da Periferia constrói suas representações sobre a alteridade e se abre brechas para um encontro possível.

Podemos perceber que, sob um contexto de opressões, o jornalismo periférico se coloca como uma necessidade alternativa para narrar as experiências que divergem daquelas do jornalismo tradicional. O podcast Cartas da Periferia se coloca como uma dessas produções. Ao olhar para o Outro e narrar suas experiências a partir dos seus próprios

testemunhos, a partir da escuta de quais são os impactos do acontecimento covid-19, revela e aponta para uma insuficiência de representações narrativas diversas. Contudo, ao colocar os atores afetados pelo acontecimento em destaque, recai, em alguns momentos, na ideia que eles são, ao mesmo tempo, vítima e responsáveis pelas mazelas que os acometem e que os problemas públicos revelados e caracterizados pelo acontecimento, tem pouca natureza mobilizadora para resoluções possíveis.

Caminhos que se abrem a partir desta pesquisa são o de pensar quais as formas que o jornalismo, ao se colocar enquanto um contraponto às representações ineficientes do campo jornalístico historicamente, pode incorporar as vozes periféricas na construção diária de suas pautas, a fim de que elas não sejam o veículo de produção de diferenças, mas de encontros gentis e afetivos da alteridade. Além disso, vale pensar, também, de que forma a alteridade propriamente se vê representada nestas construções, por meio de estudos de recepção.

Independente dos caminhos futuros que se colocam, o acontecimento covid-19 foi capaz de revelar, mais que os infortúnios dos problemas sociais, como a violência, as desigualdades, invisibilidades e ausência, necessidades de construções jornalísticas que dialoguem de fato com o público que pretende alcançar e não produza representações estanques sobre o Outro abarcado em suas produções.

## REFERÊNCIAS

- AMÉRICO, E. V. O conceito de fronteira na semiótica de Iúri Lotman. **Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. Port. 5–20 / Eng. 6, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/26361>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: L. A. Reto, A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, [2002?].
- BASTOS, M. T. **Cartografia dos afetos na covid-19 a partir das timelines discursivas no Facebook**. 2022. Cartografia dos afetos na covid-19 a partir das timelines discursivas no Facebook (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Minas Gerais, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/52044>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes Limitada, 2017.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BENITES, A. Brasileiros que deixaram a China para fugir do coronavírus iniciam quarentena sob clima de alívio. **El País**, Anápolis (Goiás), p. 1, 9 fev. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-09/brasileiros-que-fugiram-do-coronavirus-na-china-iniciam-quarentena-sob-clima-de-alivio.html>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRASIL, Cristina Indio do. **FGV: mais pobres sofrem maior impacto na pandemia**. Agência Brasil, Brasília, p. 1, 9 set. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-09/fgv-mais-pobres-sofrem-maior-impacto-na-pandemia>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- CARNEIRO, A. C. S.; PROCÓPIO, M. R. OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA ATRAVÉS DOS RELATOS DO PROJETO SP INVISÍVEL. **Anagrama**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2018. DOI: 10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2018.145629. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/145629>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- CARTAS da Periferia #1: O panorama. [Locução de]: Arthur Amorim. Porto Alegre. 02 de junho de 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5SGKhceqqkWaDCN0ntDAdu?si=d3c266f4bb0c44e2>. Acesso em: 09 jan. 2024.

CARTAS da Periferia #2: O auxílio emergencial. [Locução de]: Gabrielle de Luna. Porto Alegre. 17 de junho de 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0Eh8AAazXtG7Nccj4vkHwo?si=1476a759ea444147>  
Acesso em: 09 jan. 2024.

CARTAS da Periferia #3: População de Rua e Pandemia 1: Contexto e Impactos . [Locução de]: Arthur Amorim Porto Alegre. 13 de julho de 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2LpFF2oubkAH6JUWHdYmgs?si=16ef7487dcc640d7>  
Acesso em: 09 jan. 2024.

CARTAS da Periferia #4: Povos Indígenas e Pandemia: Contexto e Impactos. [Locução de]: Thaynan Schroeder. Porto Alegre. 22 de julho de 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0ZhUGZ5AyrD6H6VTQyLYGO?si=371043d3a34f4a72>  
Acesso em: 09 jan. 2024.

CARTAS da Periferia #5: A Pandemia e a Desigualdade de Gênero [Locução de]: Giovanna Parise. Porto Alegre. 12 de agosto de 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/40PARcyrKMZNjRmRecvNOk?si=66cfd8da93704538>  
Acesso em: 09 jan. 2024.

CARTAS da Periferia #6: População de Rua e Pandemia 2: Contexto e Impactos . [Locução de]: Arthur Amorim. Porto Alegre. 20 de agosto de 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4dAW25Jwi39M5xHQ83G8Bh?si=d06679522dcd4392>  
Acesso em: 09 jan. 2024.

CASTRO, A. **Outrofobia**: textos militantes. São Paulo: Publisher Brasil, 2015.

COLLUCCI, C. Há dois anos, morria a primeira vítima da covid-19 no Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 12 mar. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/03/ha-dois-anos-morria-a-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2023.

EVARISTO, B. Em 2020, OMS alertava para surto de pneumonia de causa desconhecida. **Agência Brasil**, [S. l.], p. 1, 5 jan. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2022-01/em-2020-oms-alertava-para-surto-de-pneumonia-de-causa-desconhecida> . Acesso em: 17 dez. 2023.

FELDEN, P. **Alteridade e reciprocidade no pensamento existencialista de Simone de Beauvoir e o projeto de libertação das mulheres**. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), [S. l.], 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23337>. Acesso em: 26 nov. 2023.

FONTANIVE, S. **Outridade no jornalismo : uma análise da construção do outro na narrativa das Hard News da Editoria Cotidiano da Folha de S. Paulo**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do

Sul (UFRGS), [S. l.], 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/229855>. Acesso em: 13 out. 2023.

FREITAS, C.; BENETTI, M. ALTERIDADE, OUTRIDADE E JORNALISMO: do fenômeno à narração do modo de existência. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n. 2, 2017.

FRANÇA, V.; ALMEIDA, R. O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso. **Contemporanea | Revista de Comunicação e Cultura**, v. 6, n. 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneapocom/article/view/3535>. Acesso em 17 dez. 2023.

FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. **Galáxia** (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939> Acesso em: 09 jan 2024.

FRANÇA, V. V.; LOPES, S. C. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **MATRIZES**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 71-87, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/138820>. Acesso em: 17 dez. 2023.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

FURLAN, V.; ALVES, C. P. Biopolitics and brazilian fascism in times of pandemic. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 409-420, ago. 2021. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2021000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 jan. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008

GUEDES, L. B. **Estado, risco e covid-19 : verso e reverso de uma experiência cartográfica**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), [S. l.], 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221605>. Acesso em: 7 dez. 2023.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008. cap.3, p.103-133.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 123-142.

HENN, R. C. Apontamentos sobre o ciberacontecimento: o caso Amanda Tood. In: **ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 22., 2013, Salvador. Disponível em: [http://compos.org.br/data/biblioteca\\_2068.pdf](http://compos.org.br/data/biblioteca_2068.pdf). Acesso em: 17 dez. 2023.

HORN, M. R. B. **A construção narrativa da rua na seção Brasileira da revista CartaCapital**. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), [S. l.], 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/159176>. Acesso em: 26 nov. 2023.

KOLLING, P. **Notícias do movimento indígena brasileiro: análise de conteúdo da produção da Apib e Coiab na pandemia da covid-19**. 2022. Tese de Doutorado (Doutorado em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), [S. l.], 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/253081>. Acesso em: 13 out. 2023.

LAGO, C. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 10, n. 2, 2014, p. 172-187. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/253>. Acesso em: 09 jan. 2024.

LEAL, B. S.; ANTUNES, E. O acontecimento como conteúdo: limites e implicações de uma metodologia. In: ANTUNES, Elton; LEAL, B.; VAZ, Paulo Bernardo. **Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos**, v. 2, p. 17-36, 2011.

LOBATO, J. A. M.; LOBATO, M. L. A. M. Alteridade, empatia e afetividade no jornalismo: um estudo sobre a desinstrumentalização e compreensão do outro na narrativa de informação. **Revista Comunicação Midiática**, v. 13, n. 1, p. 140-154, 2018. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/15>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LOTUFO, P. A extenuante tarefa de contabilizar mortes. **Folha de S. Paulo**, [S. l.], p. 1, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/03/a-extenuante-tarefa-de-contabilizar-mortes.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2023.

MARTINI, Mara Rovida. As periferias pelos periféricos: um fenômeno jornalístico contemporâneo. **Extraprensa**, [s. l.], v. 12, ed. 1, p. 50-65, jul./dez. 2018.

MARTINO, L. M. S. A potência da alteridade nas mídias digitais: uma perspectiva de identidade e diferença. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora**, v. 10, n.2, ago. 2016a. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21271>. Acesso em 09 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. **De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. Parágrafo**, v. 4, n. 1, p. 40-49, 2016b. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/377>. Acesso em 09 jan. 2024.

MATOS, M. C. de. O NEOFASCISMO DA POLÍTICA DE SAÚDE DE BOLSONARO EM TEMPOS PERIGOSOS DA PANDEMIA DA COVID-19. **Humanidades & Inovação**, São Paulo, v. vol.8, ed. no.35, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5340>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MEDINA, C. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MEDITSCH, E. O jornalismo é uma forma de conhecimento?. In: **Teoria da comunicação : antologia de pesquisadores brasileiros**. Porto Alegre, RS: Sulina, p. 363-377, 2004.

\_\_\_\_\_. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, p. 19-42, 2010.

MEIRELES, C. A. V. Acolher o outro: Notas sobre a comunicação em Nabert e Ricoeur. **Pensando-Revista de Filosofia**, v. 12, n. 26, p. 109-126, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/pensando/article/view/12649>. Acesso em 09 jan. 2024.

MELLO, P. C. et al. **Fronteiras: Territórios da literatura e da geopolítica**. Dublinense, 2019.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Arquipélago Editorial, 2022.

MOTTA, L. G. **A análise pragmática da narrativa jornalística**. Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28ª edição, 2005, Rio de Janeiro. São Paulo: Intercom, 2005.

OLIVEIRA, F. M. de. Do acontecimento à mediação: reflexões sobre a crise do jornalismo. In: ANAIS DO 24º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2015, Brasília. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2015. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2015/trabalhos/do-acontecimento-a-mediacao-reflexoes-sobre-a-crise-do-jornalismo?lang=pt-br>> Acesso em: 26 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **A semiose da notícia em ambiente de crise: Movimentos em rede e mediação na semiosfera contemporânea**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, [S. l.], 2016. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5372>. Acesso em: 30 out. 2023.

\_\_\_\_\_. Da crise à mediação qualificada: ensaio sobre a incidência do interpretante em rede nas práticas jornalísticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2018, São Paulo. **Anais da SBPJor [...]**. [S.l.: s. n.], 2018. Disponível em: <http://www.sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2018/paper/viewFile/1329/749>. Acesso em: 30 out. 2023.

\_\_\_\_\_; OSÓRIO M.; HENN R. Agir cartográfico: proposta teórico-metodológica para compreensão e exercício do jornalismo em rede. In: ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/agir-cartografico-proposta-teorico-metodologica-para-compreensao-e-exercicio-do?lang=pt-br>. Acesso em: 17 dez. 2023.

\_\_\_\_\_; STEFENON, E.; OZORIO, J. A crise em 20 anos: reflexões sobre a mediação qualificada como estratégia de enfrentamento à luz do GT Estudos de Jornalismo da Compós (2000-1019). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2020, virtual. **Anais da SBPJor [...]**. [S. l.: s.n.], 2020. Disponível em: <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2020/paper/viewFile/2633/1430> Acesso em: 30 out. 2023.



PAHO (Pan American Health Organization). Histórico da pandemia de covid-19. 2020 Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 17 dez. 2023.

PAULA, G. S. de. **Nas fronteiras da alteridade : a representação do espaço do imigrante na narrativa jornalística de Zero Hora (2014 - 2015)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), [S. l.], 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/194544>. Acesso em: 13 out. 2023.

QUAIS são os países com maior desigualdade social do mundo? Veja a posição do Brasil no ranking. **Exame**, [S. l.], p. 1, 29 dez. 2023. Disponível em: <https://exame.com/mundo/quais-sao-os-paises-com-maior-desigualdade-social-do-mundo-veja-a-posicao-do-brasil-no-ranking/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

QUÉRÉ, L. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. 2011. **Caleidoscópio**, (Lisboa), v. 10, p. 13-37, 2011. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/6050>. Acesso em: 14 dez. 2023

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2016.

RESENDE, F. O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. **Galáxia**, n. 14, p. 81-93, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641240005.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023

\_\_\_\_\_. A narratividade do discurso jornalístico: a questão do outro. [...]. [S. l.: s. n.], 6º ENCONTRO ANUAL DA SBPJOR, 2008, São Bernardo do Campo - SP, 2008.

\_\_\_\_\_. O jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/2629/1671>. Acesso em: 31 ago. 2020.

\_\_\_\_\_; PERES, Ana Cláudia. Nós, as testemunhas: notas sobre um jornalismo de teor testemunhal. **Dispositiva**, v. 5, n. 2, p. 121-137, 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/12694/9968>. Acesso em 25 nov. 2023

ROVIDA, M. Em Quarentena – um podcast da Agência Mural de Jornalismo das Periferias. **RuMoRes**, [S. l.], v. 15, n. 30, p. 11-34, 2021. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2021.183834. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/183834>. Acesso em: 13 out. 2023.

SANCHES, M. O que é o isolamento vertical que Bolsonaro quer e por que especialistas temem que cause mais mortes?. **BBC News Brasil**, Washington, p. 1, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52043112>. Acesso em: 15 jan. 2024.



SANTAELLA, L. **A Teoria Geral dos Signos: Semiose e autogeração**. São Paulo (SP): Ática, 1995. 199 p.

\_\_\_\_\_. **A Teoria Geral dos Signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Cengage Learning. 2008.

SIQUEIRA, C. F. **Alteridade e jornalismo : a outridade na editoria Mundo da Folha de S. Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), [S. l.], 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/158181>. Acesso em: 13 out. 2023.

SILVA, M. T. da. **A constituição simbólica de um acontecimento: uma análise do processo de individualização do Mensalão**. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte-MG, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8VEKVG>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SODRÉ, M. A abominação do outro. In: **Teoria da comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros**. Porto Alegre-RS: Sulina, 2004, p. 179-191.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009.

UFRGS. Cartas da Periferia | Podcast (2020). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/margemlab/cartas-da-periferia-podcast/>. Acesso em 14 jul. de 2023.

ZAMBRA, A. **Formas de voltar para casa**. São Paulo: Cosac & Naify, 201

## APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO DE EPISÓDIOS

### CARTAS DA PERIFERIA #1 - O PANORAMA

SOLON BAIROS WAECHTER JR.: O que o coronavírus mudou na minha rotina de vida e na minha comunidade?

ANDRÉIA: A nossa realidade é outra. As casas são pequenas, espaços pequenos. Como tu obriga, dentro de uma comunidade, uma pessoa a ficar dentro de casa, sendo que ela mora numa casa de cinco metros quadrados?! É complicado.

LETÍCIA: A gente não tem saída. Se a gente sai para trabalhar, a gente corre risco de pegar esse vírus. Se a gente fica em casa, nós, nossos filhos, a gente morre de fome, entendeu?!

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou pandemia mundial. A COVID-19, a doença causada pelo novo coronavírus, já atingiu mais de 150 países, provocando mortes e isolamento social. Nesse contexto, qual a realidade das comunidades de periferias? De que maneira está sendo feito o enfrentamento da doença? Quais os aspectos da desigualdade social que estão sendo revelados pela COVID-19? Acompanhe agora a série Cartas da Periferia, uma iniciativa do Coletivo Fora dos Muros em parceria com Iguana Jornalismo e O Periférico. Nessa temporada vamos escutar relatos das comunidades sobre como o novo coronavírus produz mudanças e impactos nas periferias de Porto Alegre. A ideia central desse podcast é escutar a todos, é escutar você.

ANDRÉIA: Oi, pessoal. Meu nome é Andréia, eu moro na comunidade do Jardim Marabá, bairro Cascata. Eu tenho uma associação de matriz africana em um ponto de cultura que se chama Xemirê. Aqui, logo de início, nos primeiros 15 dias, o pessoal seguiu à risca o que veio do Ministério da Saúde pedindo que se resguardassem dentro das suas casas, pouco convívio... Só que o que acontece: as pessoas na comunidade, elas convivem porque tem que conviver. As casas são muito próximas às outras. A necessidade obriga que tu sempre compartilhe com teu vizinho. É um prato de comida, um botijão de gás,... Quando tu não tem um gás ou tu não tem um alimento, é o teu vizinho que te alcança, é na casa do vizinho que tu vai cozinhar, na casa do vizinho que tu vai fazer tua refeição. Quem mora em comunidade

sabe que, além das casas serem muito próximas umas das outras, as pessoas são muito solidárias umas com as outras. E outra coisa: como tu obriga dentro de uma comunidade uma pessoa ficar dentro de casa, sendo que ela mora numa casa de uns 5 metros quadrados com 5, 6 criança, né?! É complicado.

**SOLON BAIROS WAECHTER JR.:** Meu nome é Solon Bairros Waechter Jr., sou morador da comunidade Mato Sampaio, na Bom Jesus. Bom, na minha comunidade, infelizmente, continua... quase que 80% das pessoas ainda continuam fazendo confraternizações, festas e aglomeração de pessoas e são poucas as pessoas que estão realmente na quarentena, tá? Logo que começou a quarentena, eu fiquei durante quatro semanas sem trabalho nenhum, sem renda nenhuma, cara. Eu, agora, no momento, estou em São Paulo que um primo meu conseguiu um serviço para nós fazer em São Paulo e como eu precisava sustentar minha família, nós viemos, né?! Na verdade, isso que mudou na minha rotina, eu tive que sair da minha cidade para poder estar sustentando a minha família.

**LETÍCIA:** Meu nome é Letícia. Eu tenho 30 anos. Sou mãe, chefe de família, mãe de três meninas. Eu venho trabalhando muitos anos na área da alimentação. Eu trabalho com confeitaria, no momento. E, alguns dias antes da pandemia chegar, teria realizado um sonho de abrir um espaço onde eu trabalho... posso atender meus clientes, aqui no bairro Restinga. E eu tive que fechar minha loja, tive todos os meus trabalhos cancelados. Eu deixo aqui um pouco do meu recado... o quanto o COVID-19, o quanto a pandemia, ela bateu bastante na minha vida e isso é uma coisa que ela desanima a gente muito, entendeu?! Porque a gente não tem saída. Se a gente sai para trabalhar, a gente corre risco de pegar esse vírus. Se a gente fica em casa, nós, nossos filhos, a gente morre de fome, entendeu?!

**LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM:** De acordo com a Secretaria Municipal da Saúde da cidade de São Paulo, as periferias lideram as mortes e suspeitas por COVID-19. O cenário não é muito diferente aqui no Rio Grande do Sul. Segundo dados da Prefeitura de Lajeado, os dois bairros periféricos Conservas e Jardim do Cedro são os mais afetados pela pandemia na cidade, ficando atrás apenas dos bairros Centro e Moinhos. Conforme os dados do dia 2 de junho, 2.330 confirmados, 24 moram na periferia e 52 nos bairros centrais. A maioria dos casos de Lajeado são de funcionários dos frigoríficos: 1037 confirmados. Em Porto Alegre, a última atualização dos dados ocorreu no dia primeiro de junho por um projeto do departamento de estatística da UFRGS. Já os dados fornecidos pela Coordenadoria Geral de

Vigilância em Saúde, tiveram sua última atualização no dia 27 de maio. Segundo as informações mais atualizadas, os hospitais com mais casos em Porto Alegre são o Nossa Senhora da Conceição, com 45 infectados; o Clínicas, com 37; e os hospitais Vila Nova e Santa Casa de Misericórdia, com 26 infectados cada. O avanço do vírus nas periferias pode ser medido pela mudança no perfil da procura aos hospitais que atendem pacientes graves internados em UTI's para adultos. Nos primeiros meses da pandemia no Brasil, o tratamento da COVID-19 era apenas particular ou por convênio e, em sua maioria, atendidos nos hospitais Moinhos de Vento e Mãe de Deus. Segundo dados, até o dia 11 de maio, 4 a cada 10 casos graves estavam no Hospital Conceição, que atende em sua maioria moradores da zona norte e da região metropolitana de Porto Alegre e somente pelo SUS. A seguir, encontra-se o Hospital de Clínicas, que atende gratuitamente os pacientes vindos, geralmente, do interior; e o Hospital Ernesto Dornelles que oferece apenas tratamento particular ou por convênio para os pacientes da Classe B e C. Podemos notar como o cenário é preocupante, sobretudo, para as comunidades que, historicamente, já são as mais afetadas. Além da COVID-19, as periferias têm outros problemas a enfrentar, dessa vez na escala social. Como a limitação de equipamentos de saúde e saneamento básico, a precariedade das suas moradias, que dificulta o isolamento social, além da falta de acesso à informação.

ANDRÉIA - Essa pandemia veio para nos mostrar que a desigualdade social é o vírus mais letal que tem. Em comunidade, então, nem se fala. Então, vamos refletir sobre isso, pessoal.

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: E como tá a situação do auxílio emergencial? Quais são os riscos que pessoas em situação de rua vem enfrentando ao não ter oportunidade de confinamento? Quais são os conflitos que mulheres periféricas enfrentam nessa pandemia? Essas são algumas das discussões que vamos abordar nessa série. Se você chegou até aqui, obrigado por nos escutar. Eu sou Arthur Amorim e esse foi o primeiro episódio do podcast Cartas da Periferia, uma iniciativa do Coletivo Fora dos Muros em parceria com o Iguana, Jornalismo e O Periférico. Esse episódio contou com a produção de Giovanna Parise, Júlia Osorio e Nicole Goulart. Técnica e edição de som de Arthur Amorim e Felipe Pimentel. Roteiro de Giovanna Parise, Júlia Osorio, Nicole Goulart e Rafael Pereira. Escute o próximo episódio dessa série para entender mais sobre o auxílio emergencial nas periferias de Porto Alegre. E não deixe de nos mandar o seu depoimento pelas nossas redes sociais. Os links estão na descrição desse episódio. Até mais!

## CARTAS DA PERIFERIA #2 - O AUXÍLIO EMERGENCIAL

PATRÍCIA: Um salário mínimo a gente já tem dificuldade de sustentar uma família, R\$ 600 é bem complicado... Até porque em comunidades as famílias são grandes, né?

MARIA AUGUSTO DA SILVA: Porque não adianta tu levar uma cesta num mês, com meia dúzia de situações e aonde as pessoas precisam de tudo, tudo. Principalmente, apoio moral.

CARMEM: O auxílio emergencial só dá análise... eu e a maioria das pessoas aqui da comunidade. Eu acho que uma ou duas conseguiram receber porque estavam no Bolsa Família.

LOCUÇÃO - GABRIELLE DE LUNA: Como o vírus afetou o ganha-pão de quem mora na periferia? Como esses espaços têm se virado para driblar as dificuldades impostas pelo vírus e sustentar suas famílias? Acompanhe agora o segundo episódio da série Cartas da Periferia, uma iniciativa do Coletivo Fora dos Muros em parceria com o Iguana Jornalismo e O Periférico. Nesse episódio, vamos escutar relatos sobre o auxílio emergencial nas comunidades. A ideia central desse podcast é escutar todos, é escutar você. No dia 31 de março de 2020, o governador Eduardo Leite anunciou um decreto determinando o fechamento do comércio em todos os municípios do Rio Grande do Sul. A flexibilização para sua reabertura só aconteceu no começo do mês de maio, mais de um mês depois. Tempo suficiente para deixar muitos vendedores prejudicados.

CARMEM: Boa tarde, meu nome é Carmem. Sou conhecida como tia Carmem aqui na Ocupação do Lami... Eu moro aqui numa ocupação aqui do Lami, né? E aí, depois que começou essa pandemia aí, a coisa mudou muito, né? Ficou muito difícil porque eu tenho 60 anos e não eu não tenho ainda... não me aposentei ainda, né? O auxílio emergencial só da análise. Eu e a maioria das pessoas aqui da comunidade. Eu acho que uma duas conseguiram receber porque tava no Bolsa Família.

LOCUÇÃO - GABRIELLE DE LUNA: Também chamado de renda básica ou, até mesmo, Corona Voucher, o auxílio emergencial consiste em um benefício de R\$ 600, pagos durante três meses. O objetivo é subsidiar os trabalhadores informais, microempreendedores, autônomos e desempregados durante o período da pandemia do COVID-19. Para as mulheres

chefes de família, o valor pago de R\$ 1.200. Para receber o auxílio é preciso ter mais de 18 anos, não ter emprego formal com carteira assinada e não estar recebendo nenhum outro benefício, com exceção do Bolsa Família. Além disso, a renda familiar dos beneficiários não pode ultrapassar meio salário mínimo por pessoa ou três salários mínimos no total. As dificuldades encontradas em torno do recebimento do auxílio envolvem, principalmente, a falta ou as condições precárias de acesso à internet, já que o cadastro do benefício é feito pelo site ou aplicativo da Caixa. Enquanto os auxílios e apoio governamentais chegam com dificuldades nas periferias, as pessoas que precisam acabam buscando ajuda em ações voluntárias, vindas, muitas vezes, dos próprios periféricos.

CARMEM: Tem gente aqui que tem 7 filhos... fica difícil, né?! A assistente social teve aqui uma vez. Aí trouxe umas sacolas para nós, depois ficou de voltar, né? A gente ganhou alguns ranchos assim de pessoas que passam aqui de carro que ajudam nós, né? Vieram aqui no Dia das Mães, do trabalhador, trouxeram umas marmitas para nós de almoço.

MARIA AUGUSTO DA SILVA: Olá, meu nome é Maria Augusto da Silva, sou da Aberta dos Morros, Porto Alegre. Fizemos essas doações porque são alunos da nossa escola, né? E nós trabalhamos na escola Chapéu do Sol e o grupo que eu estou, mobilizadas pela situação, começamos a arrecadar cestas e roupas para levar para os nossos alunos. Mas em questão a gente viu que todos precisam, né? E fora com esse negócio do salário... do salário, ajuda emergencial do governo, muitos não tiveram acesso e não vão ter. Então, a gente ainda continua atrás de doações. E quanto a esse auxílio emergencial, muitas pessoas foram beneficiadas, graças a Deus, mas muitos que precisam ainda não foram ajudadas. E aí, precisam de ajudas sempre, porque não adianta você levar uma cesta no mês, com meia dúzia de situações e aonde as pessoas precisam de tudo, tudo. Principalmente, apoio moral.

PATRÍCIA: Oi, meu nome é Patrícia. No momento eu estou auxiliando na arrecadação e distribuição de cestas básicas na comunidade da Vila Mapa, aqui na Lomba do Pinheiro, dentro da ação comunitária da Orquestra Villa-Lobos. Então, a campanha consiste em arrecadar fundos, comprar as cestas e distribuir para as famílias, tá?! Eu e outras integrantes listamos as famílias necessitadas e também as que nos procuram dizendo que são necessitadas, né? Como nós somos moradores da comunidade, mas nós não conhecemos a todos, assim... Então, eu e outros que moramos aqui na comunidade, a gente acaba fazendo uma filtragem para que seja uma cesta para cada família, para que a prioridade seja as

famílias mais necessitadas, famílias com pessoas doentes, com crianças, famílias grandes. Um salário mínimo a gente já tem dificuldade de sustentar uma família, R\$ 600 é bem complicado, até porque em comunidade as famílias são grandes. Para mim, assim, é muito trabalhoso essa campanha, né? A campanha muito trabalhosa, mas, ao mesmo tempo, é muito gratificante ver pessoas que realmente estão precisando, estão passando necessidade, né, poder auxiliar de alguma forma e diminuir um pouquinho porque a comida é algo, assim, que realmente nos deixa muito aflito, né? Então, poder ajudar dessa forma... têm muitas famílias com crianças, famílias que pagam aluguel, tem famílias que o pai faleceu, a mãe é usuária de droga e a avó que sustenta, a avó que cria e a avó é adoentada...

LOCUÇÃO - GABRIELLE DE LUNA: A solicitação para receber o auxílio emergencial pode ser realizada até o dia 2 de julho e se tiver direito o beneficiário vai receber as três parcelas acumuladas. Além disso, o governo federal confirmou que pagará duas parcelas extras do benefício.

PATRÍCIA: Eu espero que ações assim continuem, né, durante este período é bem complicado... tem muitas ações, né, ajudando muitas pessoas que esse momento precisa, mas também que, mais adiante, quando, se Deus quiser, tudo acabe o quanto antes e da melhor forma possível, mas que mais adiante essa... Esse carinho, né, entre as pessoas, essa ajuda entre as pessoas continue, porque independente do período, sempre tem muitas pessoas necessitando, né? Agora mais do que nunca. Mas que ainda perdure por muito tempo toda essa ajuda para as pessoas.

LOCUÇÃO - GABRIELLE DE LUNA: Para fazer o cadastro, basta baixar o aplicativo Caixa Auxílio Emergencial ou acessar o site [auxilio.caixa.gov.br](http://auxilio.caixa.gov.br) e preencher os dados solicitados. Quais são os riscos que pessoas em situação de rua vem enfrentando ao não ter a oportunidade de confinamento? Quais são os conflitos que mulheres periféricas enfrentam nesta pandemia? E os povos indígenas? Essas são algumas das discussões que vamos abordar nessa série. Se você chegou até aqui, obrigado por nos escutar. Eu sou Gabrielle de Luna e este foi o segundo episódio do podcast Cartas da Periferia, uma iniciativa do Coletivo Fora dos Muros em parceria com Iguana Jornalismo e O Periférico. Esse episódio contou com a produção de Eduarda Stefenon, Emerson Santos, Gabrielle de Luna e Júlia Ozorio. Técnica e edição de som de Gabrielle de Luna. Roteiro de Eduarda Stefenon, Gabrielle de Luna, Julia Ozorio e Thaynan Schroeder. Escute o próximo episódio dessa série para entender mais sobre

como a pandemia tem afetado os moradores de rua. Não deixe de mandar o seu depoimento para as nossas redes sociais que estão na descrição desse episódio. Até mais!

### CARTAS DA PERIFERIA #3 - POPULAÇÃO DE RUA E A PANDEMIA 1: CONTEXTO E IMPACTOS

ELIANDRO DE LIMA OLIVEIRA: Esse daí é um vírus muito cruel o que tá fazendo com o povo.

RAFAEL DOS SANTOS CARDOSO: Estou confinado, não tenho renda e estamos nos alimentando através de doações e já estou perdendo as esperanças de arrumar emprego.

RODRIGO DO NASCIMENTO ANTUNES: Afetou demais. As pessoas não querem mais ajudar.

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: Um dos principais métodos de evitar o contágio da COVID-19 é o isolamento social em casa, mas o que fazem as pessoas que vivem nas ruas? Que tipo de auxílio elas estão recebendo? Para responder essas perguntas, dividimos esse episódio em dois. No primeiro, vamos escutar relatos sobre como o novo coronavírus produz mudanças e impactos na vida da população de rua de Porto Alegre e região metropolitana; e, no segundo, vamos entender mais sobre as redes de solidariedade que circulam pelas ruas. Acompanhe agora a série Cartas da Periferia, uma iniciativa do Coletivo Fora dos Muros em parceria com Iguana Jornalismo. A ideia central desse podcast é escutar todo mundo, é escutar você. A criação de políticas públicas voltadas para a população de rua são historicamente recentes. Em Porto Alegre, por exemplo, temos o Ação Rua, o Centro POP, os consultórios de rua, a Escola Porto Alegre, o aluguel social, os abrigos e albergues. Embora sejam iniciativas importantes para essa população, a oferta dela se dá ainda de forma precarizada e insuficiente. Em meio a pandemia, boa parte das pessoas tem casas, insumos básicos de higiene e alimentos para realizar a quarentena de forma segura e tranquila. Mas outra parcela da população enfrenta a carência de bens e serviços. Coisas simples, como lavar as mãos, roupas, tomar banho e ir ao banheiro, não são acessíveis para todos. Somado a isso, muitas não possuem documentação ou dispositivos eletrônicos para realizar o pedido do auxílio emergencial. E é isso que o Kléber nos conta.



KLÉBER LACERDA MARTINS: Meu nome é Kléber Lacerda Martins, tenho 39 anos. Tenho o meu colchãozinho, tenho a minha cadeira que eu trabalho na rua desde os 8 anos de idade. Eu perdi meus pais cedo, né, e estou me revirando sozinho. Sempre me virei sozinho. Os bares estão fechados, né? O pessoal ajudava muito nós e daí, como tá fechado agora, tô levando a vida vendendo as minhas balas de goma para sobreviver. Eu não consegui pegar esse dinheiro porque eu não tenho os documentos, né? Eu não consegui tirar meus documentos, portanto, tá tudo fechado e não tem condições de tirar os documentos agora.

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: Ainda que seja difícil de mensurar dados sobre população de rua, segundo o levantamento feito pela UFRGS em 2016, Porto Alegre tinha, na época, 2.115 pessoas adultas vivendo em situação de rua. Passado tanto tempo, estima-se que hoje o número seja de cerca de 6 mil pessoas, de acordo com os dados do Consultório na Rua, que já cadastrou mais de 4 mil pacientes. E essas estimativas foram registradas antes da chegada da pandemia ao Brasil. Além dos problemas históricos, algumas das preocupações desses grupos agora são fechamento de lojas e a diminuição da circulação de pessoas nas ruas. O comércio ajuda o povo de rua não só com alimentos, mas também com materiais recicláveis para aqueles que trabalham como catadores. E vale a pena lembrar que as principais fontes de renda da população de rua costumam vir da venda de materiais recicláveis, de guardar e cuidar carros, da venda de produtos nas ruas, entre outros.

MARISTONE MOURA: Eu sou a Maristone Moura, aqui do projeto Ksa Rosa. Tenho 47 anos e desenvolvo um trabalho de gestão de resíduos aqui na minha comunidade. E agora com o COVID, com a pandemia, isso para nos afetou muito porque a gente trabalha com resíduos e trabalha com as pessoas, e isso praticamente parou o comércio e a gente tem vivido com muita dificuldade mesmo. Para acessar, inclusive, o álcool gel e ver as pessoas tendo máscara...

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: Não somente quem vive na rua tem dificuldade de se isolar, de acessar serviços e de tomar os cuidados que a pandemia demanda. Os sem teto, moradores de ocupações, também enfrentam dificuldades.

TAMARA: Meu nome é Tamara, tenho 32 anos e moro aqui no centro de Porto Alegre, na Farrapos. O COVID tem afetado a minha vida desde que começou porque eu tava com entrevista de emprego marcada, né? E eu tava bem inspirada, assim, nesse emprego novo e

COVID atrapalhou tudo. Então, questão de emprego foi bem complicado, bem complicado mesmo... Foi difícil, eu fiquei desempregada mesmo... Tô, né, até hoje. É muito complicado, tem que pedir ajuda, né!? É difícil...

RAFAEL DOS SANTOS CARDOSO: Meu nome é Rafael dos Santos Cardoso. Estou confinado, não tenho renda e estamos nos alimentando através de doações e já estou perdendo as esperanças de arrumar emprego.

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: Quais são os auxílios que o povo de rua tá recebendo? Como estão sendo articuladas as redes de solidariedade aqui em Porto Alegre e na região metropolitana? Essas questões vão ser discutidas na segunda parte desse episódio.

KLÉBER LACERDA MARTINS: Os bares estão fechados, né? O pessoal ajudava muito nós. E daí, como está fechado, agora eu tô levando a vida vendendo as minhas balas de goma para sobreviver.

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: Se tu chegou até aqui, obrigado por nos escutar. Eu sou Arthur Amorim, esse foi o terceiro episódio do podcast Cartas da Periferia. Esse episódio foi feito pelo Coletivo Fora dos muros em parceria com o Iguana Jornalismo. Contou com a produção dos repórteres Giovanna Parise, Júlia Ozorio, Filipe Pimentel e Nicole Goulart. Além disso, também contou com apoio de Binotto Suede e dos repórteres populares Ana Paula Kuhn, Rafael Cardoso, Rafael Lissarassa, Gilnei da Silva e Letícia Durlo. Técnica e edição de Artur Amorim e Filipe Pimentel, roteiro de Giovanna Parise, Julia Osorio, Filipe Pimentel e Nicole Goulart. Escute a próxima parte desse episódio para entender mais sobre as redes de solidariedade durante a pandemia. E não deixe de nos mandar o seu depoimento pelas nossas redes sociais. Os links estão na descrição do episódio. Até mais!

#### CARTAS DA PERIFERIA #4 - POVOS INDÍGENAS E A PANDEMIA: CONTEXTO E IMPACTOS

REGIANE KAINGANG: A exposição de artesanatos ela não está acontecendo e, hoje, os artesanatos... eles são o meio de sobrevivência das comunidades indígenas.

ALICE MARTINS: Então, esse levante dos povos indígenas do contexto urbano, ele carrega junto, mesmo com todas as dificuldades, com toda a invisibilidade, com toda a violação de direitos, com toda opressão que nós sofremos, nós levantamos bandeiras que contemplam também os nossos parentes aldeados.

RAQUEL KUBEO: Uma reportagem do Brasil de Fato falando que o investimento que a FUNAI fez para cada indígena no território brasileiro foi equivalente a R\$ 8 por pessoas indígenas. Então, será que uma vida indígena valeu R\$ 8?!

LOCUÇÃO - THAYNAN SCHROEDER: Que dificuldades atingem os povos indígenas durante a pandemia? Como essas comunidades, quase sempre negligenciadas pelo poder público, estão lidando com mais essa preocupação? Acompanhe agora o quarto episódio da série Cartas da Periferia, uma iniciativa do Coletivo Fora dos Muros em parceria com Iguana Jornalismo e O Periférico. Nesse episódio, vamos escutar relatos de mulheres indígenas sobre como a pandemia afetou suas comunidades. A ideia central desse podcast é escutar todos, é escutar você. Segundo o site da Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, o estado conta com três etnias indígenas em seu território. Ao todo são mais de 30 mil Charrua, Kaingang e Guarani nessa região. Mesmo assim não há nenhuma terra indígena demarcada, apenas cedida em acordos a nível de Decreto Estadual. Com a escassez de terra produtiva para cultivo, a principal fonte de renda de muitas dessas famílias é a venda de artesanatos na cidade. Mas, por conta da pandemia e da recomendação de isolamento social, o sustento desses indígenas foi afetado.

RAQUEL KUBEO: Oi, meu nome é Raquel Kubeo. Eu sou do Coletivo Rede Indígena de Porto Alegre. A nossa luta... ela se manifestou primeiramente nesse susto em relação a como nosso povo pode sobreviver. Já tinha tantas dificuldades antes, principalmente na questão do direito à moradia.

ALICE MARTINS: Sou Alice Martins, sou uma mulher indígena no contexto urbano, descendente dos povos Guarani Kaingang. Sou coordenadora do Levante Indígena Urbano do Rio Grande do Sul, nesse espaço que é o Centro de Referência Afro-Indígena do Rio Grande do Sul. Esse levante dos povos indígenas do contexto Urbano, ele carrega junto, mesmo com todas as dificuldades, com toda a invisibilidade, com toda violação de direitos, com toda

opressão que nós sofremos, nós levantamos bandeiras que contemplam também os nossos parentes aldeados.

RAQUEL KUBEO: Eu vejo que se intensificou essa maneira de que as mulheres que vinham para o centro da cidade vender os artesanatos - porque existem as aldeias indígenas no perímetro de Porto Alegre, que a cidade que a gente mora e que a gente atua, hoje em dia - essas mulheres não puderam mais fazer a sua venda, fazer... ter contato com o centro da cidade por conta da contaminação.

REGIANE KAINGANG: Sou Regiane Kaingang, sou da aldeia indígena sede de Nonoai. Me chamo Pafei na minha língua materna. Venho falar hoje um pouco da pandemia. Então, hoje os problemas mais vistos dentro das comunidades indígenas, como Nonoai, que é um território bem longe do meio urbano, é a exposição de artesanatos, né? Exposição de artesanatos, ela não está acontecendo e hoje os artesanatos eles são meio de sobrevivência das comunidades indígenas. A maioria ainda vive dos artesanatos indígenas.

IRACEMA GA RÃ NASCIMENTO: Meu nome é Iracema Ga Rã Nascimento, sou do povo Kaingang, sou uma liderança da periferia Anjos Mulheres Indígenas. Moro aqui na Jardim Protásio que seria a periferia de Porto Alegre. O nosso trabalho é só venda de artesanato, né? Quando nós morávamos lá no interior, lá fora e na área demarcado, né? A gente tinha terra para plantar e nós não temos aqui, mas estamos sobrevivendo só com o nosso artesanato. Mudou muito, né, a venda. A venda nem tá saindo, não tá acontecendo. Parou tudo no contexto humano. E nosso ganho era através do artesanato. Agora tem que fazer campanha para a sociedade ajudar, campanha para os órgãos ajudar, mas está sendo muito pouco. A saúde está péssima. A educação está péssima. Tem as crianças que estão na aula e não parado, não tem como participar da aula. Não temos internet. O governo não oferece nada, isso aí... Não sei... a minha neta vai rodar por falta de internet que não temos, né. Não tão [inaudível] de recurso, mas ela podia estar estudando. Pelo computador, pelo telefone, mas nós não temos internet, não temos recurso para pagar isso.

LOCUÇÃO - THAYNAN SCHROEDER: Segundo um artigo da historiadora e arqueóloga, Alenice Baeta, para o site Eco Debate, a disseminação de viroses é um fenômeno comum na história dos indígenas. Desde a chegada do homem branco nas Américas, a arma mais utilizada para exterminar o povo indígena é a arma biológica. Agora, são obrigados a se virar

como podem. Com as aldeias distantes do imaginário do cidadão médio das cidades, coube aos indígenas no contexto urbano lutar por visibilidade e alertar sobre o genocídio da população.

RAQUEL KUBEO: Hoje o risco da pandemia dizimar aldeias é enorme, pois muitos já tem problema de saúde, muitos se forem contaminados, infectados, não vão aguentar. Eu fico pensando muito o quanto hoje isso nos afeta na parte da demarcação das nossas terras, porque sem terra numa vida, sem terra não há índio, sem terra todas as pessoas vão acabar morrendo.

LOCUÇÃO - THAYNAN SCHROEDER: Além da dificuldade para trabalhar e se manter economicamente, as famílias indígenas não encontraram apoio nos órgãos públicos responsáveis. A Funai (Fundação Nacional do Índio), responsável por manter os direitos indígenas, tem se mostrado ineficiente aos olhos da comunidade. Por isso, coube às redes indígenas urbanas retomarem seu território nas cidades, onde estão mais perto dos centros de poder, para reivindicar seus direitos violados.

REGIANE KAINGANG: Em nenhum momento veio até aldeia, se prontificou. Não, isso não aconteceu. E a gente sabe que é a FUNAI, ela tem verba para isso, ela deveria estar ajudando os povos indígenas, mas a minha aldeia ela tá esquecida. Então, a gente não tá recebendo ajuda de ninguém, assim. A gente só recebeu uma ajuda da Seduc e da CopNae, que é Associação das terras arrendadas aqui da Aldeia, mas de outros órgãos simplesmente os Kaingang-Nonoai não existem.

ALICE MARTINS: Formamos uma outra rede, que se chama Rede Indígena Poa, exclusiva para arrecadar donativos para essa época da pandemia. Alimentos, cestas básicas, máscara, álcool gel, produtos de higiene e limpeza, cobertores, roupas, enfim, tudo que for necessário para que essas mulheres continuem dentro das suas comunidades em segurança. Nós estamos fazendo, inclusive, através desse espaço, algo de qual o estado, a FUNAI, a SESAI, se isentaram. Elas não dão o atendimento para os indígenas das comunidades neste momento de pandemia. Nós, junto à sociedade civil e as nossas redes que a gente mobilizou, estamos fazendo isso.

RAQUEL KUBEO: É uma reportagem do Brasil de fato falando que o investimento que a Funai fez para cada indígena no território brasileiro, ficou o equivalente a R\$ 8 por pessoas indígenas, então, será que uma vida indígena vale 8 reais?

LOCUÇÃO - THAYNAN SCHROEDER: Em meio às dificuldades nas vendas e a falta de apoio dos órgãos responsáveis, as comunidades indígenas encontram maneiras de se proteger e enfrentar a pandemia do COVID-19. As iniciativas englobam desde a medicina tradicional dos povos originários até a arrecadações realizadas por redes de solidariedade.

RAQUEL KUBEO: Nós, com a rede indígena e com a ocupação Baronesa, nas organizamos uma vaquinha e nela nós conseguimos atender três núcleos de artesãs indígenas que essas que vinham trabalhar em Porto Alegre.

REGIANE KAINGANG: O acesso à saúde para nós ele é muito precário. A gente se fala em Saúde Especial para indígenas, isso não existe, né? Só tem isso escrito no papel.

RAQUEL KUBEO: Nós aqui da aldeia estamos fazendo muito chá, tomando muito chá, do mato, das nossas ervas medicinais. Conversei agora com o nosso [inaudível] essa semana, ele me falando que ele vai fazer alguns rituais. Então, assim, a gente tá tentando se proteger com a nossa medicina. Né, nossa medicina tradicional. Porque órgão nenhum está protegendo as aldeias.

IRACEMA GA RÃ NASCIMENTO: Nós estamos ficando em casa, né. Fazendo nossas [inaudível] dentro da casa, convivendo, né. Explicando como que tem que se cuidar. [Inaudível] de remédios e ervas, estamos usando. E mesmo com esses venenos que tem por aí, igual nossos remédios [inaudível] mesmo. Eu trouxe antes de acontecer e estou usando, né, se cuidando. Lavar as mãos, usar as máscaras [inaudível] estamos fazendo em casa. Não estamos saindo muito. Eu saí só o necessário mesmo. Mas as crianças estão em casa, nós estamos em casa, estamos fazendo.

LOCUÇÃO - THAYNAN SCHROEDER: Se você chegou até aqui, obrigado por nos escutar. Eu sou Thaynan Schroeder e este foi o quarto episódio do podcast Cartas da Periferia, uma iniciativa do Coletivo Fora dos Muros em parceria com Iguana Jornalismo e O Periférico. Esse episódio contou com a produção de Alice Martins, Gabrielle de Luna, Rodrigo Isoppo e

Thaynan Schroeder. Técnica e edição de som de Gabrielle de Luna. Roteiro de Gabrielle de Luna e Thaynan Schroeder. A trilha sonora desse episódio foi composta por Katú Mirim. Não deixe de mandar o seu depoimento para as nossas redes sociais. Estão na descrição deste episódio. Até mais!

### CARTAS DA PERIFERIA #5 - A PANDEMIA E A DESIGUALDADE DE GÊNERO

FABIANE LARA DOS SANTOS: Essa pandemia deixa evidente a total ausência do estado, aumentando ainda mais a desigualdade social e o abismo que nós vivemos e, contudo, o aumento da violência doméstica.

ANDRESSA FERNANDES: As limitações que a pandemia impõe para todos nós, principalmente mulheres periféricas e negras, são uma mostra da desigualdade social, mas oculta pela grande maioria.

KATIUSCIA: Na vila, a gente vive pelo destino e pelo dilema de se expor e contar com a sorte, ou não se expor e morrer de fome.

LOCUÇÃO - GIOVANNA PARISE: Se antes da pandemia o Brasil já vivenciava uma enorme desigualdade de gênero, durante este período ela parece estar ainda maior. Parece não, está. Acompanhe agora a série Cartas da Periferia, uma iniciativa do Coletivo Fora dos Muros em parceria com Iguana jornalismo. A ideia central desse podcast é escutar todo mundo, é escutar você. A crise do coronavírus ameaça, além da saúde de muitas mulheres, sua inserção no mercado de trabalho e a busca por direitos iguais a mais de um século. Os setores mais afetados são aqueles onde as mulheres estão mais presentes, como os de serviço.

PESSOA NÃO IDENTIFICADA: É bem complicado. Nós, mãe solteira, trabalhadora, a gente não tem o que fazer. A gente tem que trabalhar para poder se manter, para poder comer. Então, tá sendo bem preocupante, porque a gente sai sabendo que a gente pode pegar o vírus e, ao chegar em casa, a gente pode contaminar quem a gente ama. Mas, é, fazer o que?! A gente é pobre, então, a gente tem que enfrentar.

ALI: Oi, meu nome é Ali, eu sou mulher trans. Há pouco mais de um ano, eu realizei a criação de um projeto que é uma loja no Instagram e consigo viver da minha venda, que com

o coronavírus reduziu bruscamente ou está quase acabando. As pessoas da minha comunidade LGBTQIA+ que trabalham em salão de beleza, que são autônomas, assim como, eu que não estão tendo oportunidade, que não estão tendo condições de trabalhar.

LOCUÇÃO - GIOVANNA PARISE: Dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domicílio, mostram que 72,8% dos brasileiros que estão trabalhando em home office tem diploma universitário e são, majoritariamente, brancos. Porém, é difícil afirmar o cenário das mulheres negras em números porque eles são escassos. Enquanto isso, elas se arriscam nas ruas.

VIVIANE: Meu nome é Viviane, Tenho 39 anos, sou trabalhadora, sou mulher negra. O impacto que trouxe a pandemia foi só questões negativas. A questão do transporte público que tá bem ruim, as desigualdade social que bate sempre em nós, que somos mulheres negras trabalhadoras, que saímos todos os dias para trabalhar, para sustentar os nossos filhos. A pandemia só nos trouxe as desigualdade que bate sempre nessa pauta do racismo e das desigualdades sociais, principalmente na área do trabalho, que a gente se depara o quanto que a gente sofre diante desse sistema opressor, esse sistema racista.

KATIUSCIA: Meu nome é Kátiuscia, eu sou moradora aqui da Cascata, em Porto Alegre. Faço parte do empreendimento Misturando Arte e também do coletivo Vozes da quebrada. E aqui onde eu moro, a gente vive pelo destino. O destino dos R\$ 600, que muitos não conseguiram receber ainda, estão em análise. E os que receberam, receberam tão tarde que tiveram que enfrentar o COVID nas ruas, indo buscar outra forma de sobreviver, sem poder fazer esse isolamento. Aqui, a gente tem muita faxineira, empregada doméstica. Os seus patrões não liberaram e, quando liberam, ainda sem o recurso. Na vila, a gente vive pelo destino e pelo dilema de se expor e contar com a sorte, ou não se expor e morrer de fome.

LOCUÇÃO - GIOVANNA PARISE: Muitas profissionais que trabalham na área da prostituição tiveram suas rotinas e seus rendimentos alterados por conta do isolamento. Além disso, por não terem outra fonte de renda, muitas correm riscos e contam com o bom senso dos clientes, como conta Dine Gata.

DINE GATA: Eu continuo atendendo com a pandemia. Eu me chamo de Dine Gata, sou atriz pornô. Tenho várias redes sociais, com isso, me ajuda bastante. Eu atendo só motel, não atendo na quadra. E os clientes que eu atendo, atualmente, são clientes conhecidos. Eu faço



um critério de seleção, eu pergunto de onde a pessoa é, se a pessoa viajou, conto com o bom senso, que a pessoa não minta também, né?

ADETE: Eu sou Adete. Eu ainda trabalho com prostituição, só que, com essa pandemia, eu tô trabalhando por telefone, tô atendendo dois, três clientes, porque não dá para sair muito para a rua. Estou atendendo por telefone meus clientes.

SÔNIA, SONINHA TODA PURA: Meu nome é Sônia, Soninha Toda Pura, sou prostituta há 17 anos, tô com 55. Sou uma das sócio-fundadoras do NEP, que é o Núcleo de Estudos da Prostituição, é uma ONG que trabalha com mulheres prostitutas maiores de 18 anos. Estamos na ativa. Agora, com a pandemia, um pouco menos, né? Porque estamos com problemas de decretos, enfim, temos que respeitar, né? Não estou na ativa, agora. Não estou mais na rua, mas tenho três clientes fixo que atendo em casa e, assim mesmo, os que eram semanalmente, eu botei de 15 em 15 dias. Fazendo com que ele se cuidem também, para mim poder continuar atendendo eles, né?

LOCUÇÃO - GIOVANNA PARISE: Há, ainda, uma porcentagem grande de domésticas que foram afastadas do trabalho, em razão da pandemia, e que não tem outra forma de sustento. De acordo com a PNAD, o grupo de trabalhadores domésticos sem carteira assinada foi o que teve a maior proporção de afastamento devido ao isolamento social. Segundo o Ipea, cerca de 5,7 milhões de pessoas desse grupo são mulheres.

CAROLINA: Meu nome é Carolina, eu faço parte do MLB, que é o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, e também milito no movimento de mulheres Olga Benário. Para o pessoal da população que trabalha ainda, no dia a dia - tanto diaristas, que em muitos casos não foram dispensadas; as mães do lar, no caso, como eu me encaixo - e precisam estar fazendo seus afazeres na rua e não consegue depender de terceiros, né, para estar se locomovendo, tem afetado bastante. Tanto pelo pânico que vem gerado essa doença, o COVID, quanto pela falta de cuidado com as pessoas.

LOCUÇÃO - GIOVANNA PARISE: Outras desigualdades históricas foram ampliadas na pandemia. Uma delas é a atribuição dos afazeres domésticos e dos cuidados com parentes ou dependentes, que recai majoritariamente para as mulheres. Dentre as mais de 45 milhões de mulheres inativas, que não procuraram trabalho, 16,7%, não fizeram porque tiveram de

cuidar dos afazeres domésticos ou de parentes. Contra apenas 1% dos 27,2 milhões de homens inativos. Novamente, também temos um recorte racial, ao observar que as mulheres negras estão 50% mais suscetíveis ao desemprego do que outros grupos, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ANDRESSA FERNANDES: Olá, eu sou a Andressa Fernandes, moro no bairro Cascata, aqui em Porto Alegre. As limitações que a pandemia impõe para todos nós, principalmente mulheres periféricas e negras, são uma amostra da desigualdade social, mas oculta pela grande maioria. Estamos sem educação infantil para que possamos deixar os nossos filhos. E isso é compreensível, mas não aceitável, pois não criaram nenhuma estratégia de como nós, mães, poderíamos fazer para sanar as necessidades básicas, como alimentos, a saúde, que está um caos, e a dignidade. Pois, com tudo isso, sem ter onde deixar as nossas crianças, veio o desemprego, não se tem qualidade de vida e o assistencialismo está sobrecarregado devido a tantas famílias não terem condições para se manter. E isso é apenas um dos fatos que impactou a minha vida, pois, nesse momento, conto com a ajuda da minha mãe para cuidar do meu filho, enquanto eu trabalho.

LOCUÇÃO - GIOVANNA PARISE: Por outro lado, as mulheres que podem trabalhar em casa, precisam conciliar os cuidados com as tarefas domésticas e a vida profissional. Ainda antes da pandemia, as mulheres dedicavam em média 18,5 horas semanais para essas tarefas, enquanto os homens gastavam 10,3 horas. Se a situação já é ruim com essa divisão desigual, para as mais de 11 milhões de mães solo brasileiras, ela piora. Além disso, o governo federal vetou o projeto que dava preferência às mães solteiras para receber o auxílio emergencial de R\$ 1.200. Mas o medo de pegar a doença, a insegurança em relação ao trabalho e a sobrecarga de tarefas não são os únicos problemas que elas enfrentam. Antes da pandemia, uma mulher era assassinada, por ser mulher, a cada sete horas no Brasil. Nos dois primeiros meses da pandemia, esse número cresceu 22,2% em 12 estados. No Rio Grande do Sul, houve um aumento de 24,4% dos casos no primeiro semestre de 2020. O estado em que se observa o agravamento mais crítico é o Acre, com 300% de acréscimo.

PRISCILA VOITH: Eu sou Priscila Voith, do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). A gente, enquanto movimento social, tem visto, identificado, infelizmente, o aumento da violência contra as mulheres. E muitas mulheres, no momento de isolamento

social, ficando trancadas, né, isoladas dentro das suas casas com os seus agressores. Tem piorado a situação das mulheres, fora o desemprego, que vem aumentando, né.

LOCUÇÃO - GIOVANNA PARISE: 61% das vítimas de feminicídio são negras, de acordo com o relatório produzido pela Rede de Observatórios da Segurança, grupo de estudo sobre violência nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Pernambuco.

FABIANE LARA DOS SANTOS: Olá, sou Fabiane Lara dos Santos, tenho 44 anos, sou promotora legal popular, sou mãe de dois meninos, moro aqui no bairro Mathias Velho, na cidade de Canoas. E essa pandemia deixa evidente a total ausência do Estado, aumentando ainda mais a desigualdade social e o abismo que nós vivemos e, com tudo, o aumento da violência doméstica. Números esses que já vinham aumentando antes da pandemia e, com a pandemia, o agravamento dessas violências domésticas.

CARLA CASTRO: Meu nome é Carla Castro, eu sou militante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. E aqui onde eu moro, eu presenciei uma que me chamou muita atenção que, além de ser contra uma mulher, era uma mulher idosa. Então, assim, isso é uma situação que a gente tem que ficar atenta, né? Principalmente nós que somos mulheres. Porque já é difícil passar por um período em que não pode se andar na rua, que não pode se fazer outras atividades. Mas, além de tudo isso, a gente sabe que tem mulheres que estão, neste momento, sendo violentadas dentro das suas próprias casas. Então, mais difícil ainda, né? O lugar onde era para ser o forte dela ali, né? O local mais seguro para ela é o local onde ela é violada.

LOCUÇÃO - GIOVANNA PARISE: O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo e os números continuam aumentando. Os assassinatos de mulheres trans e travestis aumentaram 49% no primeiro quadro quadrimestre de 2020. Sessenta e quatro contra 43 no mesmo período do ano passado. Isolando os meses de março e abril, início de isolamento social, houve um aumento de 13%, segundo pesquisa da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais. Apesar dos dados preocupantes, o Estado não apresenta políticas públicas de acolhimento, segurança ou justiça para essas mulheres. Com essa omissão histórica, os círculos de violência continuam sendo praticados.

ALI: E, hoje, com distanciamento social e a gente recluso em casa, parece que eu me tornei mais invisível ainda, parece que eu não existo aos olhos das pessoas.

NANA SANCHES: Que no nosso país já é muito grande, né, a violência doméstica. Também, se agrava com essa situação e a gente vê que não existe mesmo, né, políticas públicas para as mulheres. Quando acabou o ministério das mulheres de 2016, ele se tornando uma secretaria, a gente sabe que a Damares não gastou até agora um real com as casas de referência para mulher brasileira. Brava quando a gente vê que as mulheres são violentadas e não tem para onde ir ou, muitas vezes, não sabem, né, o que fazer, onde denunciar. Não conhecem a rede de enfrentamento, né? E a própria rede está sendo cada vez mais fica sucateada.

LOCUÇÃO - GIOVANNA PARISE: Sem poder manter distância dos agressores, sem conseguir escapar para pedir ajuda, fica mais difícil para as mulheres que sofrem com a violência doméstica. As redes de apoio às mulheres procuram se adequar as atuais condições, como conta Nana Sanches.

NANA SANCHES: Na pandemia, a gente percebe que tem mais responsabilidade ainda. Então, o movimento de mulheres Olga Benário tem se colocando a estar conversando cada vez com mais mulheres. Agora, a gente quer fazer uma campanha de rede, né, de apoio psicológico. Em breve a gente deve estar fazendo isso e que juntar demandas, né, juntar pessoas que estão precisando de atendimento, de acolhimento e pessoas voluntários, né, querem ajudar. Essas campanhas, elas têm surgido dos bairros. Elas têm surgido das necessidades das pessoas. Tem sido um exercício muito bacana assim de poder popular, né? As pessoas planejem, executarem e buscarem auxiliar, né, a sociedade de uma forma boa, né? Que é uma forma construtiva.

CAROLINA: E para ajudar as pessoas a passarem esse período com um pouquinho menos de dificuldade, com mais dignidade, o MLB organizou, desde o mês de março, entregas de cestas básicas. A gente tá fazendo isso em todo o Brasil e aqui em Porto Alegre, na região metropolitana, a gente tem feito um trabalho muito bacana. Até me sinto bastante feliz e orgulhosa de participar dessa ação. Quando a gente chega com as cestas básicas, a gente vê que a gente não tá levando só comida. A gente tá levando um pouco de dignidade. A gente tá levando, às vezes, uma palavra, assim, conforto para essas pessoas, orientação. Às vezes, muitas estão com problemas, assim, de "Ah, não tive acesso ao auxílio emergencial" e, aí, a gente tenta ajudar da melhor forma. A rede de solidariedade do MLB é uma grande prova de como que a organização popular pode ajudar as pessoas nesse momento.

LOCUÇÃO - GIOVANNA PARISE: Nesse contexto, muitas iniciativas ganharam força para ajudar essas mulheres. Entre elas, estão a Casa de Referência Mulheres Mirabal, o Fundo das Mulheres POA, o fundo SIM da ONG Themis, a Clínica Feminista e outras. Reunimos mais informações sobre elas nas redes sociais do Fora dos Muros. Para acessá-las, é só clicar no link disponível na descrição do podcast. Problemas que nós, mulheres, enfrentamos são muitos e variam em quantidade e intensidade, de acordo com cada condição. Como escutamos, as relações entre gênero, classe e raça provocam diferentes consequências na vida de cada uma. A pandemia do COVID-19, infelizmente, intensificou a desigualdade de gênero que mata, silencia, violenta, explora e exclui as mulheres. As redes de solidariedade que compartilhamos aqui são pensadas para combater essas violências, mas há outras formas. A violência contra mulher e as desigualdades de gênero da sociedade não são um problema cuja solução precisa vir só de nós mulheres. Esta é uma tarefa de todos. Por isso, denuncie, converse sobre o assunto, ajude como puder, mas não fique quieto. O silêncio em uma sociedade que não garante nosso direito de existir é parte do problema. Se você está passando ou conhece alguém que esteja passando por isso, não se cale, denuncie. Disque 180 e fale com a Secretaria de Políticas para Mulheres. As denúncias são anônimas e encaminhadas ao Ministério Público. Em caso de emergência, ligue 190 da Polícia Militar.

VIVIANE: A pandemia nos trouxe essa reflexão que sempre bate em nós, mulheres negras, né? Que a gente tem que tá se expondo a esse vírus tão mortal que tá matando todo dia, 24 horas por dia, cada pessoa. E, aí, esse que é o impacto que a pandemia me trouxe, hoje, a realidade de ser uma mulher preta, de periferia.

LOCUÇÃO - GIOVANNA PARISE: Se você chegou até aqui, obrigada por nos escutar. Eu sou a Giovana Parise e este foi o quinto episódio do podcast Cartas da Periferia. Esse episódio foi feito pelo Coletivo Fora dos Muros em parceria com Iguana Jornalismo. Roteiro e produção das repórteres Giovanna Parise, Julia Ozorio e Nicole Goulart. Repórteres populares Soninha Toda Pura e Anaí Antunes. Técnica e edição de Artur Amorim e Filipe Pimentel. Não deixe de nos mandar o seu depoimento pelas nossas redes sociais. Os links estão na descrição do episódio. Até mais!

CARTAS DA PERIFERIA #6 - POPULAÇÃO DE RUA E PANDEMIA 2: CONTEXTO E IMPACTOS

ELIANDRO DE LIMA OLIVEIRA: É um vírus muito cruel o que tá fazendo com o povo.

PESSOA NÃO IDENTIFICADA: Afetou demais. As pessoas não querem mais ajudar.

VERIDIANA A sociedade civil que tem feito o papel do governo, porque o governo não dá resposta alguma para as reivindicações até agora.

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: Um dos principais métodos de evitar o contágio da COVID-19 é o isolamento social em casa, mas o que fazem as pessoas que vivem nas ruas? Que tipo de auxílio elas estão recebendo? Para responder essas perguntas dividimos esse episódio em dois. No primeiro, escutamos relatos sobre como novo coronavírus produz mudanças e impactos na população de rua de Porto Alegre e região metropolitana. Agora, vamos entender mais sobre as redes de solidariedade que circulam pelas ruas. Acompanhe agora a série Cartas da Periferia, uma iniciativa do Coletivo Fora dos Muros em parceria com Iguana Jornalismo. A ideia central desse podcast é escutar todo mundo, é escutar você.

JOSÉ LUÍS: Eu sou José Luís, integrante do Jornal Boca de Rua. Eu vivo na rua há 12 anos. Eu estou com 52 anos, eu cheguei na rua com 40, né. Afetou de forma devastadora. Porque, quando eu pensava que tava ruim, que tinha dificuldade, gente... não sabia o tamanho da dificuldade que eu ainda tinha pela frente.

JANE SILVA: Meu nome é Jane [inaudível] da Silva, eu tenho 45 anos, nasci em 1975. E tipo assim, ó, nunca imaginei que ia existir esse vírus na nossa vida. O nosso boca mudou totalmente, olha como é. Antigamente a gente vinha na reunião do Boca, pegava o jornal, nós ia vender. Agora, o que tá acontecendo?! Não tá tendo movimento.

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: O Boca de Rua é um jornal produzido por um coletivo de moradores de rua de Porto Alegre. Suas reportagens, coleta de notícias, entrevistas e fotografias são feitas, inteiramente, pelo povo da rua e sua venda serve como geração de renda para os integrantes envolvidos no processo de produção. O jornal impresso é vendido nas ruas e nos eventos da cidade há 19 anos e é o único periódico elaborado, integralmente, pela população de rua. Mas as restrições impostas pelo coronavírus também atingiram esse grupo. E para o jornal seguir circulando durante a pandemia, o coletivo decidiu lançar edições online. Através de uma assinatura social, os leitores agora podem comprar a publicação

virtualmente e o valor arrecadado é dividido de forma igualitária entre os repórteres do projeto.

RODRIGO DO NASCIMENTO ANTUNES: Meu nome é Rodrigo do Nascimento Antunes. Afetou demais que as pessoas não querem mais ajudar... meu carro ali ficou tudo ruim para cuidar e sem contar que eu não recebi R\$600 "pila", daí ficou mais ruim ainda para mim, mais ruim mesmo. Não consegui receber os R\$600 "pila". Eu cuido carro na Redenção e ficou tudo ruim para mim também. O boca tá ajudando, né? Graças a Deus o Boca tá ajudando nós, aí. Dizem que é pouco, mas para mim tá bom.

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: E para tentar minimizar os impactos, ajudar quem precisa e preencher as lacunas deixadas pelo governo, redes de solidariedade ter sido formadas durante a pandemia da COVID-19. Um exemplo disso é a campanha online que a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de materiais recicláveis lançou para arrecadar doações e garantir a alimentação e segurança para as pessoas que dependem da reciclagem. Gilberto e Veridiana nos contam sobre outras iniciativas.

PAULO GILBERTO KLEIN: Meu nome é Paulo Gilberto Klein, eu sou diretor da Escola Porto Alegre. A gente tá vindo três dias por semana, estamos servindo as refeições e nas sextas a gente distribui um kit com alimentos e outro com itens de higiene também, né? A gente tá percebendo assim dos nossos alunos mesmo, não tá vindo a maioria. Estamos servindo 30 refeições que a gente tá usando o dinheiro que é arrecadado, parte alimentação doada e parte alimentação que tem da escola ainda alguma coisa. E a gente percebe, assim, que os nossos, mesmo, eles vêm, mas vem uma grande parte do pessoal que não tem vínculo com a escola ainda. Isso porque a gente percebe, assim, que uma parte dos nossos alunos conseguiu aluguel social, e aí eles estão conseguindo acessar essa alimentação de outras formas, né? Tem um grupo recebendo quentinhas, ali do Mais Dignidade, nas próprias pensões, né, onde eles estão. Outros, aí, estão em abrigos, enfim. Às vezes, mais diversas assim, né, que o pessoal tem as suas redes, né?

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: Veridiana faz parte de um coletivo suprapartidário da sociedade civil que escreveu uma carta ao governo municipal apresentando uma série de reivindicações para que a população de rua tenha condições mínimas de enfrentamento a pandemia. Entre elas estão espaços para isolamento, com as escolas que não estão sendo

utilizadas, ampliação de vagas nos serviços de assistência, acesso a banheiros públicos e acesso à água potável.

VERIDIANA: Olá, me chamo Veridiana. Eu trabalho com a população adulta em situação de rua em Porto Alegre há 19 anos. Tenho uma trajetória também na equipe de consultório na rua e vim trazer a questão da pauta da população em situação de rua em épocas de pandemia em Porto Alegre. Quem acabou abrindo essas torneiras foram as universidades em alguns campus. A UFRGS, na [Avenida] João Pessoa, na [Avenida] Nilo [Peçanha], o próprio Sindicato dos Municipários colocou e instalou uma torneira no seu espaço externo para a população estação de rua. O grupo suprapartidário fornece alimentação, o movimento social da população de rua tem entrado com algumas ações de prevenção, ido aos grupos na rua levando máscara, levando o kit de higiene, podendo conversar com o pessoal que tá na rua sobre a prevenção, como se prevenir, onde tem os espaços de acesso à água.

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: O movimento da população de rua tem distribuído alimentos e kits de higiene para as pessoas em situação de rua, todas as quintas-feiras, no sindicato dos municípios de Porto Alegre, na rua João Alfredo, 61. O projeto Amada Massa, que fica na [Rua] Sebastião Leão, está distribuindo lanches de segunda a quinta-feira. As pessoas em situação de rua também recebem informações, máscaras e álcool em gel para se prevenirem.

VERIDIANA: A sociedade civil que tem feito o papel do governo porque o governo não dá resposta alguma para as reivindicações até agora. Muito pelo contrário, ele tá usando a pandemia para entregar os espaços públicos de acolhimento para a população de rua para as iniciativa privada. É isso que a gente tem visto em Porto Alegre, no momento de pandemia, complicado como esse.

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: Se para quem tem condições materiais para enfrentar a pandemia já é difícil, para quem vive nas ruas o perigo é imensamente maior. É urgente que as autoridades escutem essas pessoas que, apesar de terem políticas públicas e auxílios, ainda são precarizados, dificultando o acesso a essa parte do que chamamos de brasileiros. Essas pessoas precisam ter os seus direitos assegurados e respeitados. Só assim, numa sociedade que assegure as condições básicas aos seus cidadãos, podemos falar de normalidade um dia.



Aliás, normalidade essa que é tão esperada por tanta gente, como o Eliandro de Lima Oliveira, reciclador que vive em Porto Alegre.

ELIANDRO DE LIMA OLIVEIRA: Isso daí é um vírus muito cruel o que tá fazendo com o povo. E, na verdade, esperamos que isso daí passe o quanto antes para a gente poder seguir nossa vida e recomeçar de novo, pós-pandemia.

LOCUÇÃO - ARTHUR AMORIM: E quais são os conflitos que mulheres periféricas enfrentam nessa pandemia? Como estão os povos indígenas em meio à COVID-19? Essas são algumas das discussões que já abordamos ao longo dessa série e os episódios estão disponíveis nas plataformas de áudio Anchor, Spotify, Breaker, Google podcasts, Overcast, Pocket Casts e RadioPublic. Se você chegou até aqui, obrigado por nos escutar. Eu sou o Arthur Amorim, esse foi o sexto episódio do podcast Cartas da Periferia, uma iniciativa do Coletivo Fora dos Muros em parceria com o Iguana jornalismo. Esse episódio contou com a produção e o roteiro dos repórteres Giovanna Parise, Júlia Ozorio, Filipe Pimentel e Nicole Goulart. Além disso, contou com o apoio da repórter popular Anne Katrin Falquer. Técnica e edição de som de Arthur Amorim e Filipe Pimentel. Não deixe de nos mandar o seu depoimento pelas nossas redes sociais. Os links estão na descrição desse episódio. Até mais!